

**Os *caes* do sítio da Boavista no século XVIII:  
estudo arqueológico de estruturas portuárias**

**Alexandra Isabel Almeida Gomes**

**Dissertação de Mestrado em Arqueologia**

**Outubro de 2014**

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

---

Lisboa, .... de ..... de .....

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador,

---

Lisboa, .... de ..... de .....

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor André Pinto de Sousa Dias Teixeira, Professor Auxiliar do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, e do Dr. José Bettencourt, investigador do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar.

*À memória de Nelson Francisco Gomes.*



## **AGRADECIMENTOS**

A jornada da escrita de uma dissertação de mestrado é inevitavelmente solitária. No entanto o carinho e apoio de terceiros transformaram momentos de angústia em motivação, pelo que uma simples palavra de agradecimento sabe a pouco.

Antes de mais quero agradecer aos meus orientadores, pela apresentação e fomentação da minha paixão pelo tema. Ao professor Doutor André Teixeira e ao Dr. José António Bettencourt o meu sincero obrigado pela disponibilidade demonstrada, por todas as oportunidades oferecidas e pela motivação fornecida em momentos-chave durante a realização desta dissertação.

Ao Centro de Arqueologia de Lisboa e à empresa ERA-Arqueologia S. A., representados pelo professor Doutor Rodrigo Banha da Silva e Alexandre Sarrazola respectivamente, um muito obrigado. A realização deste estudo não seria possível sem a disponibilidade dos materiais arqueológicos bem como a documentação associada às intervenções arqueológicas em questão.

Por todos os ensinamentos e apoio um muito obrigada à família arqueológica do Centro de História de Aquém e Além-Mar. A sua prontidão no auxílio e na formação de uma mestranda personificam o trabalho de equipa essencial em Arqueologia. Um especial obrigada ao Cristóvão Fonseca pela paciência e todos os ensinamentos aquando a realização de vectorizações em Auto-CAD e à Joana Torres por me contagiar a sua paixão por materiais arqueológicos e tornar o seu estudo suportável.

Um especial obrigada à minha colega de sítio, Sara Ferreira, pelas longas discussões arqueológicas, pelos desabafos frustrantes e inevitavelmente motivação em momentos desesperantes. À Cátia Charters e à Sandra Marques o meu sincero obrigado, bem como as minhas desculpas, por experienciarem em primeira mão o meu mau feitio e mesmo assim terem demonstrado um apoio e carinho incondicional no primeiro ano desta dissertação.

A todos os meus amigos que de uma forma ou outra me confortaram e apoiaram. Em especial à Mónica Fagundes, à Leila Monteiro e ao David Toste que estiveram sempre presentes e ajudaram-me a relaxar em momentos cruciais.

Por último, e não menos importante, à minha família pelo apoio incondicional na minha jornada no mundo da Arqueologia. À minha mãe e ao irmão o meu sincero obrigado pela sua luta diária, proporcionando-me as ferramentas necessárias ao meu percurso académico bem como a oportunidade de prosseguir o meu sonho arqueológico.

**Os caes do sítio da Boavista no século XVIII: estudo arqueológico de estruturas  
portuárias**

**Alexandra Isabel Almeida Gomes**

**RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** Cais, Boavista, São Paulo, século XVIII.

A presente dissertação tem como principal objectivo a compreensão da dinâmica portuária da Ribeira de Lisboa em época moderna. Procura contribuir para a reconstrução da frente ribeirinha anterior ao terramoto de 1755, pouco conhecida a nível histórico e arqueológico. Será baseada no estudo arqueológico de duas estruturas portuárias exumadas no sítio da Boavista, antiga freguesia de S. Paulo. O seu cruzamento com dados historiográficos, documentação histórica e iconografia pode proporcionar uma interpretação mais precisa destes locais de embarque e desembarque na Ribeira de Lisboa.

Outro objectivo da dissertação é a pesquisa e caracterização da forma, da funcionalidade e, se possível, o conhecimento da toponímia das estruturas portuárias em análise, em articulação com os edifícios existentes na orla ribeirinha. Estudos como estes são escassos em Portugal e permitem compreender a dinâmica marítimo-portuária local, neste caso de Lisboa, de uma capital de um reino em expansão marítima.

**ABSTRACT**

**KEYWORDS:** Wharves, Boavista, São Paulo, 18<sup>th</sup> century.

This dissertation aims to understand the port dynamic of Lisbon Ribeira in modern times. It seeks to contribute for the landscape reconstruction prior to the 1755 earthquake, which riverfront is little known historical and archeological. The dissertation will be based on the archeological study of two wharves exhumed in Boavista, former parish of St. Paul site. The intersection with historiography data, historical documentation and iconography will provide a more precise interpretation of the boarding in the Lisbon Ribeira.

Another purpose of the dissertation is the research and characterization of form, functionality and, if possible, to know the place names of wharves under analysis, in conjunction with existing buildings in the riverside area. Studies like these are scarce in Portugal and it will allow to understand the local sea-port dynamics, in this case of Lisbon, a capital of a kingdom in maritime expansion.

## ÍNDICE

1. Nota introdutória .....	1
2. A Praça D. Luís I	
2.1. O Sítio Arqueológico .....	6
2.2. A Estrutura Portuária .....	14
2.3. Os Materiais Arqueológicos .....	28
2.4. O Cais da Casa da Moeda .....	37
3. O Mercado da Ribeira	
3.1. O Sítio Arqueológico .....	46
3.2. A Estrutura Portuária .....	55
3.3. Os Materiais Arqueológicos .....	64
3.4. O Cais da Ribeira Nova .....	71
4. Dinâmica portuária da Ribeira de Lisboa	
4.1. A Ribeira de Lisboa .....	78
4.2. A Boavista .....	97
5. Considerações finais .....	106
6. Fontes e Bibliografia	
6.1. Fontes manuscritas .....	110
6.2. Fontes impressas .....	110
6.3. Fontes iconográficas e cartográficas .....	111
6.4. Bibliografia	
.....	112
6.5. Webgrafia .....	120
Lista de figuras	
Lista de gráficos	
Apêndice A: Catálogo cerâmico da Praça D. Luís I	
Apêndice B: Catálogo cerâmico do Mercado da Ribeira	

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O traçado urbano da orla fluvial lisboeta sofreu diversas modificações nos últimos tempos. A procura, por parte da Câmara Municipal de Lisboa e de privados, da manutenção, renovação e desenvolvimento do espaço ribeirinho reflectiu-se em inúmeras obras realizadas no seu subsolo. A implantação do Plano de Director Municipal de Lisboa em 1994 tornou toda a faixa ribeirinha numa “Área de Potencial Arqueológico de nível 2”<sup>1</sup>, significando que nestas zonas há a obrigatoriedade de acompanhamento arqueológico em todas as intervenções nestas zonas. Como tal, estas intervenções no eixo ribeirinho lisboeta proliferaram nas duas últimas décadas, acompanhando aquela multiplicação de obras públicas e privadas<sup>2</sup>.

As evidências arqueológicas aqui analisadas surgem exactamente neste contexto. As intervenções arqueológicas no Mercado da Ribeira (2003) e na Praça D. Luís I (2011) surgiram ambas em situações de acompanhamento arqueológico, devido à remodelação do Mercado da Ribeira e à construção de um parque de estacionamento subterrâneo, respectivamente. Na intervenção do Mercado da Ribeira a arqueóloga responsável pelo projecto foi Inês Mendes da Silva, enquanto na Praça D. Luís I o arqueólogo responsável foi o Alexandre Sarrazola, ambos pertencentes à empresa ERA-Arqueologia S.A. No caso da Praça D. Luís I, dada a descoberta de achados de natureza náutica, houve a colaboração da unidade de arqueologia do Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores.

Ambas as estruturas aqui estudadas possuem um carácter marítimo, apesar de terem sido registadas em meio terrestre. Dada a conquista de terra ao rio Tejo ao longo dos tempos, muitas das zonas ribeirinhas de Lisboa Moderna encontram-se hoje a largos metros da costa em ambientes terrestre ou húmido (como é o caso do Mercado da Ribeira e da Praça D. Luís I). São zonas de interface entre o meio terrestre e o aquático, tratando-se possivelmente de estruturas destinadas à acostagem de embarcações.

---

<sup>1</sup> Jacinta Bugalhão – “Lisboa «Sempre» Ribeirinha”. In *Al-Madan*. II Série. Nº13. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2005, p. 151.

<sup>2</sup> M<sup>a</sup> Alexandra; Ana Maria Gomes; M<sup>a</sup> José Sequeira; Rodrigo Silva – “Arqueologia urbana em Lisboa?”. In Victor Oliveira Jorge (coord.) – *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular: “Terrenos” da Arqueologia da Península Ibérica*. Vol. 8. Porto: ADECAP, 2000, p. 57.

Assim, sendo evidências arqueológicas terrestres, têm uma ligação inegável ao meio marítimo e tornam-se a concretização da arqueologia de interface.

Nas últimas duas décadas começaram a surgir em Portugal as primeiras reflexões sobre a arqueologia de interface, através do contributo da investigadora Maria Luísa Blot. A arqueologia de interface pressupõe, antes de mais, o estudo de realidades marítimas em contextos hoje terrestres. Estes são indispensáveis na análise da uma cidade costeira, pois alertam para as inúmeras possibilidades que as evidências arqueológicas, ou a falta das mesmas, nos podem oferecer. No caso lisboeta, a crescente realização de acompanhamentos arqueológicos em áreas ribeirinhas, bem como a atenção específica dada a evidências arqueológicas com particularidades marítimas, permitiu o grande contributo da arqueologia na reconstituição da orla costeira<sup>3</sup>.

No âmbito europeu o estudo arqueológico de estruturas portuárias em contextos urbanos desenvolveu-se a partir das décadas de 70 e 80 e tornaram-se rapidamente em estudos de referência para a arqueologia de interface. A natureza das descobertas lisboetas assemelhou-se a estes casos europeus, nomeadamente no Norte da Europa e Reino Unido, pois foram os inúmeros acompanhamentos arqueológicos nas suas orlas costeiras que proporcionaram os estudos arqueológicos que lhes sucederam<sup>4</sup>.

Estes estudos permitiram que, a partir da década de 90, houvesse uma especial atenção aquando as intervenções arqueológicas em zonas ribeirinhas portuguesas mais constante nos últimos dez anos, particularmente em Lisboa. As evidências arqueológicas marítimas de maior importância identificadas em Lisboa foram: a cofragem de um aterro portuário na Avenida D. Carlos I, a embarcação do século XV exumada no Cais do Sodré, o estaleiro naval medieval do Largo do Município, elementos de embarcações do século XIV no Corpo Santo, o dique da Ribeira das Naus de finais século XVIII<sup>5</sup>, diversos vestígios

---

<sup>3</sup> M<sup>a</sup> Luísa Blot – “Arqueologia do meio aquático e a problemática portuária em arqueologia do meio húmido: um elo de ligação entre dois territórios de investigação”. In António Carvalho (coord.) – *Tempo resgatado ao mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2014, pp. 86-88.

<sup>4</sup> G.L. Good; et. al. (ed.) - *Waterfront archaeology: proceeding of the third International conference. Bristol 23-26 September 1988*. CBA Research Report. Londres: Council for British Archaeology, 1991, nº 74.

<sup>5</sup> César Augusto Neves – “Acerca do Dique da Ribeira das Naus (Lisboa): vestígios identificados em acompanhamento arqueológico”. In *Al-Madan* Online. II Série. Nº 18 (Tomo 1). Almada: Centro de Arqueologia de Almada, Julho de 2013, pp. 99-109. [Disponível em: [http://issuu.com/almadan/docs/maqueta18\\_1\\_online](http://issuu.com/almadan/docs/maqueta18_1_online); consultado em Agosto de 2014].

de ocupações ribeirinhas desde a Idade do Ferro à época moderna no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros<sup>6</sup>, a grade de maré possivelmente do século XVII bem como o fundeadouro romano na Praça D. Luís I e as embarcações da Boavista<sup>7</sup>. Especificamente, as estruturas portuárias destinadas à acostagem de embarcações, para além das que são objectos de estudo desta dissertação, foram o Cais do Porto Franco do século XIX (em Alcântara), um embarcadouro de madeira (do mesmo século) no Largo Vitorino Damásio, o cais do século XVII situado no Terreiro do Paço e o possível Cais da Alfândega<sup>8</sup>.

A reconstituição de uma cidade, tendo em conta períodos históricos precisos, não poderá cingir-se apenas ao estudo da documentação histórica ou à análise de evidências arqueológicas. É fundamental a interdisciplinaridade na observação de uma cidade dinâmica costeira, que passou por diversos processos naturais e antrópicos ao longo dos tempos. A tentativa de reconstituição da paisagem marítima de uma cidade pressupõe o cruzamento da informação que a documentação escrita, a iconografia, a cartografia, a arqueologia e a geomorfologia nos oferece<sup>9</sup>. Foi este princípio que procuramos aplicar neste estudo embora conscientes das suas limitações e do seu pendor claramente arqueológico. Assim, após a compreensão da geomorfologia básica de Lisboa, propusemo-nos observar as evidências arqueológicas (a estratigrafia, as estruturas e materiais associados). O levantamento da documentação e cartografia histórica das zonas onde as evidências arqueológicas estavam inseridas permitiu compreender as funcionalidades, a durabilidade e a importância que estas estruturas

---

<sup>6</sup> Jacinta Bugalhão – *Op. cit.* 2005, p. 153.

<sup>7</sup> Alexandre Sarrazola; José Bettencourt; André Teixeira – “Lisboa, o Tejo e a expansão portuguesa.”. In António Carvalho; M<sup>a</sup> Amélia Fernandes (coord.) – *Tempo resgatado ao mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2014, pp. 111-116.

<sup>8</sup> Jacinta Bugalhão – *Op. cit.* 2005, pp. 151-154; César A. Neves; Andrea Martins; Gonçalo Lopes; M<sup>a</sup> Luísa Blot – “Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio (Lisboa): identificação de vestígios arqueológicos de natureza portuária no subsolo urbano”. In André Teixeira; José António (coord.) Bettencourt - *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*. Vol. 2. Lisboa: Centro de História Além-Mar, 2012, pp. 613-626. e Tânia Falcão; Sérgio Antunes – *Empreitada de execução dos acessos nascente e poente da Estação do Terreiro do Paço da linha azul do Metropolitano de Lisboa. Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos*. Alter do Chão: ArchéoEstudos, 2005.

<sup>9</sup> M<sup>a</sup> Luísa Blot – “Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal”. In *Trabalhos de Arqueologia* nº28. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2003.

portuárias de interface possuíam, embora necessariamente com as limitações de um trabalho académico desta natureza.

Lisboa encontra-se inserida no estuário fluvial do rio Tejo e terá usufruído da sua litoralidade desde os tempos mais remotos até à actualidade, o que lhe permitiu a utilização de vias marítimo-fluviais para além das vias terrestres no que toca a actividades comerciais. Como a própria arqueologia o comprova a antiga linha de costa lisboeta era recuada em relação à actual. O crescente assoreamento do rio Tejo, agravado com a exploração agrícola moderna, e posteriormente os aterros realizados em Lisboa nos séculos XVIII e XIX, são os principais motivos para o avanço da orla costeira<sup>10</sup>. Geologicamente, Lisboa apresenta uma história muito variada com a presença de formações desde o Jurássico, como é o caso do dorso da actual serra da Arrábida e o Norte dos flancos da serra de Sintra. Estes terrenos mais antigos são compostos por calcários branco-acinzentados, compactos e duros e em seu redor formaram-se plataformas calcárias cretácicas, como por exemplo o actual Monsanto. A restante área citadina foi formada durante o miocénico marinho, contendo calcários margosos, argilas e areias. O nordeste da cidade, porém, é caracterizado por formações do manto basáltico e as áreas ribeirinhas por aluviões recentes<sup>11</sup>. A planície aluvial do Tejo, em específico e onde se localizam os sítios arqueológicos em estudo (Praça D. Luís e Mercado da Ribeira), foram áreas formadas por diversos aluviões que consequentemente escavaram rochas brandas dando origem a excelentes solos agrícolas e aquíferos<sup>12</sup>. Por sua vez, os aterros antrópicos de época moderna e contemporânea no local são compostos por uma miscelânea de areias, cascalheira, siltes e argilas<sup>13</sup>.

A acostagem de uma embarcação a terra poderá acarretar diversos objectivos, e consequentemente, pressupõe processos muito específicos; as estruturas portuárias

---

<sup>10</sup> Maria Azevedo – “As mudanças de percurso do Tejo nos tempos modernos. Causas naturais e antrópicas”. In António Tavares; Maria Tavares; João Luís Cardoso – *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos: Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 2004, pp. 517-568.

<sup>11</sup> Raquel Soeiro Brito – “Lisboa: esboço geográfico” in Separata do *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. III Série, nº 82. 1977, p. 13-15.

<sup>12</sup> Ana Ramos Pereira – “Diversidade do meio físico e recursos naturais.” In A. H. de Oliveira Marques - *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. José António Tenedório ed. Lisboa: A.M., 2003, p. 51-55.

<sup>13</sup> Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P. – Mapa geológico, “Boavista.”, 2010. [Disponível em <http://geoportal.ineg.pt/geoportal/mapas/index.html>]; consultado a Fevereiro de 2014]



adaptam-se, assim, às necessidades traduzindo-se em variadas morfologias, como cais e pontes, rampas de lançamento, docas, diques, entre outros. Um cais tratava-se de uma obra em madeira ou pedra com o objectivo de auxiliar o embarque e desembarque de mercadorias e passageiros, para além disso implica também a acostagem e possível atracagem de embarcações à própria estrutura<sup>14</sup>. Deste modo, as evidências arqueológicas desta natureza traduzem-se em estruturas de madeira e/ou pedra consolidadas paralelas à costa e, em alguns casos, com especificidades que auxiliam a acostagem como argolas para amarração ou escadaria. No decorrer de um estudo sobre esta realidade, ao analisarmos a documentação escrita, surgem uma panóplia de denominações para este tipo de estruturas, como cais, ponte ou ponte-cais. Contudo, nem os dicionários técnicos nem a documentação especificam morfologias particulares associadas a cada um destes termos, dificultando a correspondência entre forma e denominação específica destas estruturas portuárias.

---

<sup>14</sup> João Pedro de Amorim – *Dicionário de Marinha*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1841, p. 75.; António M. Esparteiro – *Dicionário ilustrado da Marinha*. 2ª Ed. Rev. pelo Comandante J. Martins e Silva. Lisboa: Clássica Editora, 2001, pp. 108 e 438. e Humberto Leitão; Vicente Lopes – *Dicionário da linguagem da marinha antiga e actual*. 2ª Ed. Lisboa: Centro de estudos históricos ultramarinos da Junta de investigações científicas do Ultramar, 1974, p. 126.

## 2. A PRAÇA D. LUÍS I

### 2.1. O SÍTIO ARQUEOLÓGICO

A Praça D. Luís I situa-se actualmente na freguesia da Misericórdia (que anexou a freguesia de São Paulo na reforma administrativa de 2012), de formato rectangular esta praça é limitada a Sul pela Avenida 24 de Julho e a Norte pela rua D. Luís I. Está presente nas coordenadas 38°42'26.46"N e 9° 8'48.35"W, nas suas imediações localizam-se o Mercado da Ribeira, imediatamente a oriente, e o posto de Correios D. Luís I, a Norte (Figura 1).



**Figura 1** – Localização da Praça D. Luís I, realçando a área intervencionada. (Fonte: Google Earth, 28 de Janeiro de 2014)

A intervenção arqueológica na Praça D. Luís I cingiu-se à secção Norte da dita praça. Esta surgiu aquando o acompanhamento arqueológico associado à construção de um parque de estacionamento subterrâneo no local, como anteriormente mencionado. Numa fase inicial, durante o acompanhamento arqueológico, os estratos mais recentes foram intervencionados via escavação mecânica, nomeadamente a realidade arqueológica aqui analisada. Apenas após a constatação do potencial arqueológico do sítio, especificamente de carácter náutico, foi efectuada a escavação manual do sítio arqueológico. O registo baseou-se nos princípios metodológicos seguidos pela empresa basearam-se nas propostas de Carandini, Harris e Barker, enquanto as cotas das evidências arqueológicas registadas foram calculadas através do Datum do marégrafo de

Cascais<sup>15</sup>.

O substrato geológico da escavação arqueológica em questão foi registado sob um fundeadouro romano localizado na área Noroeste do empreendimento. Esta evidência arqueológica ocupava uma área de 254 m<sup>2</sup>, com uma miscelânea de artefactos arqueológicos, entre os 3,60 m e 3,85 m abaixo do nível médio das águas, sendo que a área mais concentrada se estendia de Nordeste para Sudoeste. O conjunto era composto por ânforas, cerâmica fina, cerâmica comum, toros de madeira e pinhas. As ânforas foram na sua maioria classificadas como produções locais (cerca de 64% de um número mínimo de indivíduos de 44), do período republicano. Porém, foram também identificadas importações africanas e béticas. O conjunto de cerâmica fina corresponde principalmente ao período cronológico do alto-império, incluindo materiais oriundos do Sul da Gália e da Bética. A *terra sigillata* registada foi identificada como baixo-imperial (meados do século II à 1ª metade do século III d.C.), de origem africana, tendo também sido identificadas produções hispânicas e itálicas, localizadas num intervalo cronológico do I século d.C. ao II século d.C. Por último, a cerâmica comum de produção local incluía cerca de 54 indivíduos<sup>16</sup>.

Dos quatro toros de madeira registados, apenas um apresentava entalhes e mechas. Este tinha 9 m de comprimento e uma orientação Nordeste-Sudoeste. Devido ao seu sistema de fixação, foi classificado como um fragmento de uma tábua de forro longitudinal de uma quilha de navio romano, com um processo construtivo de “shell first”. O facto de terem sido registadas incrustações calcárias nas peças, bem como de colonização por *teredo navalis*, levanta a hipótese de estes elementos se integrarem num contexto em ambiente húmido e, como tal, um possível fundeadouro romano<sup>17</sup>.

A praia fluvial do século XVI/XVII e um possível varadouro foram observados no lado ocidental e oriental do empreendimento. Esta evidência arqueológica marcava um

---

<sup>15</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola - *Parque de Estacionamento da Praça D. Luís I*. Lisboa : ERA - Arqueologia, S. A., 2012, p. 15.

<sup>16</sup> Jorge Parreira; Marta Lacasta Macedo – “O fundeadouro da Praça D. Luís I”. In José Morais Arnaud; Andrea Martins; César Neves (coord.) – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: AAP, 2013, pp. 748-749.

<sup>17</sup> Cristóvão Fonseca; José Bettencourt; Teresa Quilhó – “Entalhes, mechas e cavilhas: evidências de um navio romano na Praça D. Luís I (Lisboa).” In José Morais Arnaud; Andrea Martins; César Neves (coord.) – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa : AAP, 2013, pp. 1185-1191.

dos momentos mais recuados da ocupação dentro na época moderna. A sua interpretação foi efectuada através da observação de variadas manchas de matéria orgânica vegetal, bem como de alguns depósitos argilosos, com o aparecimento de areia, fauna malacológica e seixos negros de rio. Esta hipótese parece também ser suportada através do aparecimento de toros de madeira rolados, cerâmica, pontas de cabos, possivelmente restos de lastro (blocos pétreos irregulares de calcário) e algumas hastes e forninhos de cachimbos de caulino sem decoração, datados do século XVII<sup>18</sup>. Entre a cerâmica encontra-se um fragmento de parede de majólica (com um elemento vegetal a verde sobre fundo branco) do século XVI, fragmentos diversos de faiança da primeira metade do século XVII e um fragmento de púcaro/copo de pasta branca dos séculos XVI-XVII<sup>19</sup>.

Parte da orla fluvial e do antigo varadouro foram desactivados para a construção de uma grade de maré entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII (Figura 2). Esta estrutura encontrava-se entre os 1,42 m e os 2 m abaixo do nível médio das águas do mar, no lado ocidental da obra, e ocupava uma área com 315 m<sup>2</sup>, que se desenvolvia de Norte para Sul. A grande estrutura compunha-se por três camadas de toros de madeira pequenos (cerca de 300) que formavam um padrão ortogonal. A fixação da grade de maré era efectuada através de pregaduras de metal e entalhes, aproveitando diversos elementos náuticos disponíveis na área (mais de 70 peças reaproveitadas)<sup>20</sup>. Os depósitos em seu redor eram ricos em fragmentos de madeiras e fauna malacológica, tendo sido também registados pequenos seixos de rio e uma âncora de ferro (com 3,90 m de comprimento). Nos intervalos da grade de maré, entre camadas de argila, o material cerâmico registado incluía fragmentos de faiança do século XVII, inclusive um fragmento com brasão, cerâmica malagueira e um fragmento de majólica com decorações a azul-escuro sobre esmalte azul do século XVI. Surgiram também alguns fragmentos de cachimbos em caulino com e sem decoração, registados como pertencentes dos séculos XVII e XVIII<sup>21</sup>. Esta estrutura foi interpretada como sendo

---

<sup>18</sup> Alexandre Sarrazola; José Bettencourt; André Teixeira – *Op. cit.*, 2014, p. 111.

<sup>19</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola – *Op. cit.* 2012, p.18.

<sup>20</sup> Alexandre Sarrazola; José Bettencourt; André Teixeira – “Lisboa Ribeirinha: evidências arqueológicas de uma vocação marítima milenar.” *Revista Património*. 1 Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2013. pp. 144.

<sup>21</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola – *Op. cit.* 2012, . 60-62.

possivelmente uma grade de maré, na qual os navios atracavam para efeitos de



**Figura 2** – Registo fotográfico da grade de maré (Fonte: ERA-Arqueologia S.A.)

manutenção, havendo paralelos de rampas para reparações de navios em Amesterdão<sup>22</sup>.

Ainda da época moderna, foi identificada uma estrutura em madeira e alvenaria do século XVII, no canto Nordeste da obra. O topo desta estrutura encontra-se sensivelmente entre 1 m a 1,60 m abaixo do nível médio das águas do mar e apresentava-se como uma estrutura em “L” (sendo que a secção maior desenvolvia-se de Noroeste para Sudeste), constituída por lajes de calcário e algumas margas verdes sobre troncos de madeira dispostos ortogonalmente<sup>23</sup>. A estrutura assenta directamente sobre a orla fluvial, tendo sido observados entre os seus sedimentos apenas fragmentos de uma tigela em loiça malagueira do século XVI, bem como porcelanas muito fragmentadas, o que impossibilita a sua datação. Para além destes elementos foi identificado um fragmento de cachimbo de caulino datado do século XVII<sup>24</sup>.

Ao longo da intervenção foram também registadas três estruturas de madeira em paliçada possivelmente do século XVII, quer na zona central quer na zona ocidental do empreendimento, sendo que uma destas se encontrava sobre a grade de maré (Figura

<sup>22</sup> Alexandre Sarrazola; José Bettencourt; André Teixeira – *Op. Cit.*, 2013, p. 144.

<sup>23</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola – *Op. cit.* 2012, p. 21.

<sup>24</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola – *Op. cit.* 2012, p. 51-62.



3). A informação arqueológica oferecida por estas estruturas é reduzida, devido à sua escavação mecânica. Porém, de um modo geral, estas localizavam-se a cotas compreendidas entre os 0,1 m e 0,43 m abaixo do nível médio das águas do mar. Estruturalmente tratam-se de três conjuntos de estacas alinhadas com diferentes orientações: Norte-Sul e Este-Oeste. Em seu redor foram identificados núcleos de matéria orgânica vegetal, fauna mamalógica, solas de sapatos, hastes de cachimbos de



**Figura 3** - Registo fotográfico de uma das paliçadas (Fonte: ERA-Arqueologia S.A.)

caulino sem decoração e faianças muito fragmentadas<sup>25</sup>.

Datada do século XVII, uma estrutura de contenção de terras foi encontrada no canto Nordeste da frente da intervenção arqueológica. Esta detém uma orientação Noroeste-Sudeste e encontra-se entre os 0,6 m acima e os 0,45 m abaixo do nível médio das águas do mar. Estruturalmente tratava-se de um alinhamento de toros de madeira oblíquos, travados por duas traves horizontais justapostas na secção Norte. O material arqueológico registado sob a estrutura inclui apenas alguns fragmentos de faiança com

---

<sup>25</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola – *Op. cit.* 2012, p. 29-30.

contornos a manganês, da segunda metade do século XVII<sup>26</sup>.

Analisando a matriz estratigráfica, esta estrutura de contenção de terras tem ligação com um conjunto de elementos identificados como restos do Forte de S. Paulo, encontrando-se imediatamente sob este (Figura 4)<sup>27</sup>. Os vestígios foram observados na zona Nordeste da obra a cotas compreendidas entre 1,40 m aos 2,50 m acima do nível médio das águas do mar, incluindo diversos núcleos: dois paredões em blocos calcários e margas perpendiculares com uma planta em “L”, desenvolvendo-se de Noroeste para Sudeste, e resquícios de pavimento e de uma escadaria (possivelmente para o acesso à praia fluvial)<sup>28</sup>. Após observação das ortofotografias verificámos já no decorrer deste trabalho este conjunto se encontra numa cota imediatamente acima da estrutura em “L” de madeira e alvenaria encontrada nesta zona do empreendimento, e à qual já fizemos referência. Esta será provavelmente a base do forte, erguido no século XVII, sofrendo diversas alterações até ao século XIX<sup>29</sup>. No miolo do paredão Nordeste-Sudoeste (UE 5016) foi identificado um fragmento de faiança com decoração em manganês da segunda metade do século XVII e sob o pavimento do forte registou-se um fragmento de azulejo do século XVII e um de faiança com decoração em manganês da segunda metade do século XVII, enquanto no seu topo foram registados azulejos e cerâmica comum do século XVII<sup>30</sup>.

---

<sup>26</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola – *Op. cit.* 2012, p. 33.

<sup>27</sup> Está a ser desenvolvido o estudo desta realidade arqueológica no âmbito da dissertação e mestrado da aluna Sara Ferreira, em Arqueologia "Forte de São Paulo (Lisboa): um estudo de Arqueologia militar de época moderna", na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (U.N.L.).

<sup>28</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola – *Op. cit.* 2012, p. 34-35.

<sup>29</sup> Filipe Folque - *Planta topográfica da cidade de Lisboa*. Lisboa: 1871. (Museu da Cidade de Lisboa, Coleção Cartografia, MC.GRA.480).

<sup>30</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola – *Op. cit.* 2012, p. 55-56.



**Figura 4** – Registo fotográfico do Forte de São Paulo na Praça D. Luís I, na fase de acompanhamento arqueológico (Fonte: ERA-Arqueologia S.A.).

Também associada ao Forte de S. Paulo estava uma estrutura náutica que surgiu no canto Nordeste da intervenção, interpretada como sendo o cais da Casa da Moeda devido à sua profundidade e à sua localização na cidade de Lisboa. Com uma orientação nordeste-sudeste, parte do núcleo pétreo desta estrutura náutica, nomeadamente a sua secção Sudeste, contacta directamente com forte de S. Paulo. Para além disso, a base desta estrutura encontrava-se sobre algumas das paliçadas registadas, sugerindo a desactivação das mesmas para a construção do cais. O cais foi identificado entre os 2,50 m e os 1,40 m acima do nível médio das águas do mar. A estrutura era composta por uma jangada de madeira rectangular, apresentando um padrão reticulado com uma orientação Noroeste-sudeste. O seu preenchimento foi efectuado com sedimentos e blocos pétreos médios de calcário e margas. A cultura material encontrada foi observada essencialmente sobre o cais e consistia em fragmentos de azulejo e pesos em metal, com cronologias entre os séculos XVII/XVIII e a segunda metade do século XIX. Na sua base foram também registados fragmentos de hastes de cachimbo de caulino sem qualquer



decoreção, por isso de cronologia indeterminada<sup>31</sup>. Quer a cultura material associada, quer a estrutura em questão, serão analisadas com pormenor adiante, já que constituem um dos elementos deste trabalho.

A desactivação do Forte de São Paulo e da estrutura portuária deu-se devido à implantação de um aterro bem como de diversas estruturas de época contemporânea. O Aterro da Boavista, realizado no local em 1864, se sobrepôs a estruturas arqueológicas contemporâneas (de difícil interpretação) observadas na área central Norte e no canto Nordeste da intervenção. Entre estas foi identificada uma grande caleira constituída de pequenos blocos de calcário e margas, com ligante em argamassa rosa claro, que detinha uma orientação Este-Oeste<sup>32</sup>. Os materiais arqueológicos exumados e preliminarmente analisados correspondem a fragmentos de cerâmica vidrada e faiança, com cronologias entre os séculos XVII e a segunda metade do século XIX<sup>33</sup>.

Na secção Nordeste do empreendimento, foram identificadas diversas estruturas que assentavam directamente sobre o aterro da Boavista e sobre alguns elementos da estrutura portuária em estudo. Estas encontravam-se a cotas compreendidas entre 3,06 m e 2 m acima do nível médio das águas do mar e eram compostas por vários fornos de plantas rectangulares, com as suas extremidades arredondadas. Os fornos foram construídos em alvenaria de tijolo burro, mas tinham as bases dos em metal, tendo sido colmatadas em algumas secções por cimento<sup>34</sup>. A análise artefactual preliminar desta fase permitiu identificar faianças e cerâmica comum vidrada, pesos metálicos, fragmentos de faiança em pó de pedra e um fragmento de faiança esponjada (século XIX), materiais que se situam num intervalo cronológico entre os séculos XVIII e XIX<sup>35</sup>.

O último momento de ocupação da área corresponde à implantação da Praça D. Luís I, no século XIX, tendo sido registadas as suas fundações, as estruturas de saneamento básico e o pavimento.

A intervenção arqueológica que decorreu na Praça D. Luís I tornou-se um grande marco na arqueologia portuguesa, devido aos elementos arqueológicos que revelou.

---

<sup>31</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola – *Op. cit.* 2012, p. 57-60.

<sup>32</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola – *Op. cit.* 2012, p. 42-43.

<sup>33</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola – *Op. cit.* 2012, p. 57.

<sup>34</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola – *Op. cit.* 2012, p. 43.

<sup>35</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola – *Op. cit.* 2012, p. 57-58.

Quer o fundeadouro romano, quer a grade de maré, o cais da Casa da Moeda ou o Forte de S. Paulo, são evidências arqueológicas que nos permitem reconstituir uma parte da orla ribeirinha de Lisboa desde tempos recuados. Dos navios romanos que atracavam ao largo de *Olissipo* aos navios reparados na praia e na grade de maré em S. Paulo.

## 2.2. A ESTRUTURA PORTUÁRIA

Durante o acompanhamento arqueológico realizado na Praça D. Luís I foi detectada uma estrutura de carácter portuário, possivelmente um cais. Este ocupava parte da zona Nordeste do empreendimento e encontrava-se em associação com uma estrutura antes identificada, interpretada como o Forte de São Paulo (Figura 5). A estrutura portuária não se encontrava completa, pois desenvolvia-se desde o limite da intervenção até ao alçado do forte, no sentido Noroeste-Sudeste. Estas duas estruturas encontravam-se perfeitamente alinhadas e detinham a mesma orientação, sugerindo uma possível associação<sup>36</sup>.

O topo da evidência arqueológica em estudo encontrava-se entre os 2,84 m e os 0,28 m acima do nível médio das águas. As cotas mais elevadas foram registadas na secção Noroeste e tendiam a diminuir em direcção a Sudeste, ou seja de encontro ao rio.

A análise dimensional da estrutura poderá ser realizada de duas formas: individualmente ou considerando a continuidade para o Forte de São Paulo. Contudo, é necessário ter em atenção a considerável degradação da estrutura arqueológica aquando desta análise. Ela conservava um alinhamento considerável do seu aparelhamento, contabilizando um comprimento de 23,10 m e uma largura mínima de 0,46 m e máxima de 3,86 m. Ao considerar também o Forte de São Paulo, ambas as estruturas detinham um comprimento máximo de 40,39 m. Como já referido, é possível observar a possível continuidade do cais em direcção à estrutura militar, aglutinando-a ou simplesmente complementando-a (Figura 6). A análise destas duas estruturas associadas permite a compreensão da relação íntima e da coexistência de estruturas marítimas e militares.

---

<sup>36</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola – *Op. cit.* 2012, pp. 34-35.



**Figura 5** – Desenho arqueológico da estrutura portuária e do Forte de São Paulo situados na Praça D. Luís I. (Autoria de Alexandra Gomes e Sara Ferreira)



**Figura 6** – Registo fotográfico do Forte de S. Paulo, na fase de acompanhamento arqueológico. (Fonte: ERA – Arqueologia S.A.)

A estrutura portuária era composta por um aparelhamento de blocos pétreos de calcário rectangulares e de superfícies bem afeiçoadas sobre uma base reticulada de madeira. O calcário utilizado era possivelmente lioz, um subtipo pétreo muito característico da região de Lisboa presente em diversas construções desta mesma cidade. A sua exploração em Pêro Pinheiro, na região Norte de Lisboa, era realizada desde a época romana, todavia foi a partir do século XVIII com a reconstrução lisboeta no pós-terramoto que esta aumentou exponencialmente<sup>37</sup>. O estado de conservação do aparelhado pétreo era precário, preservando-se contudo a três fiadas de blocos de média dimensão, contabilizando no seu total sensivelmente vinte elementos (Figura 7). No enchimento foram registados sedimentos e blocos médios de calcário e margas.

---

<sup>37</sup> Jorge Carvalho; Cristina Carvalho; José Lisboa; António Moura; Mário Leite – “Portuguese ornamental stones”. In *Global Stone Congress 2012*, Borba, Portugal, 16-20 Julho 2012, p. 6. [Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.9/1826>, consultado em Agosto de 2014].





**Figura 7** – Vista de Noroeste do aparelhamento pétreo da estrutura portuária (Fonte: ERA-Arqueologia S. A.)

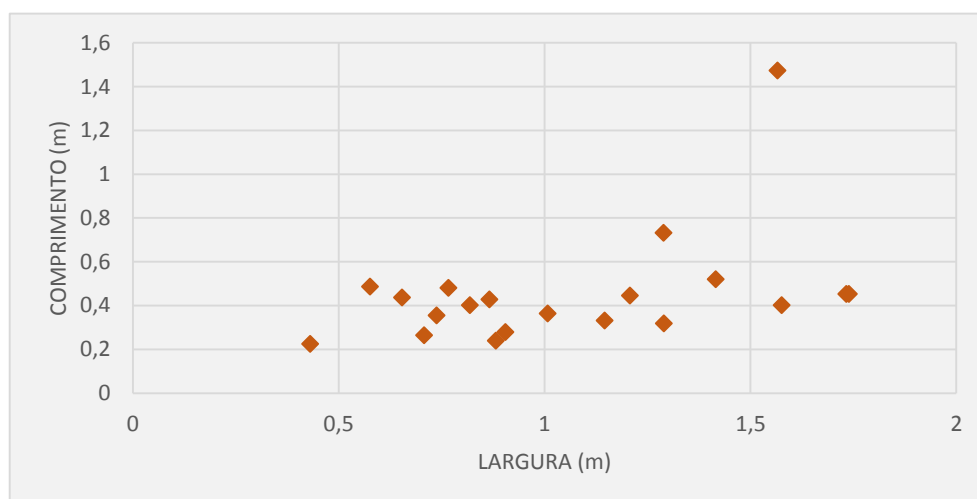
O Forte de São Paulo desenvolvia-se para Sudeste desta estrutura apresentando um aparelhamento heterogêneo, quer nos tipos pétreos, quer nas suas dimensões, e uma pequena escadaria, de seis degraus, em direcção à antiga linha de costa. Era composto por dois paredões com sentidos Nordeste-Sudoeste e Noroeste-Sudeste em silhares de calcário rectangulares, contendo um enchimento de blocos de margas e argamassa à semelhança da estrutura portuária (Figura 8)<sup>38</sup>.



**Figura 8** – Vista Sudeste da escadaria do Forte de São Paulo (Fonte: ERA-Arqueologia S. A.)

<sup>38</sup> Alexandre Sarrazola; José Bettencourt; André Teixeira – *Op. cit.* 2014, p. 113.

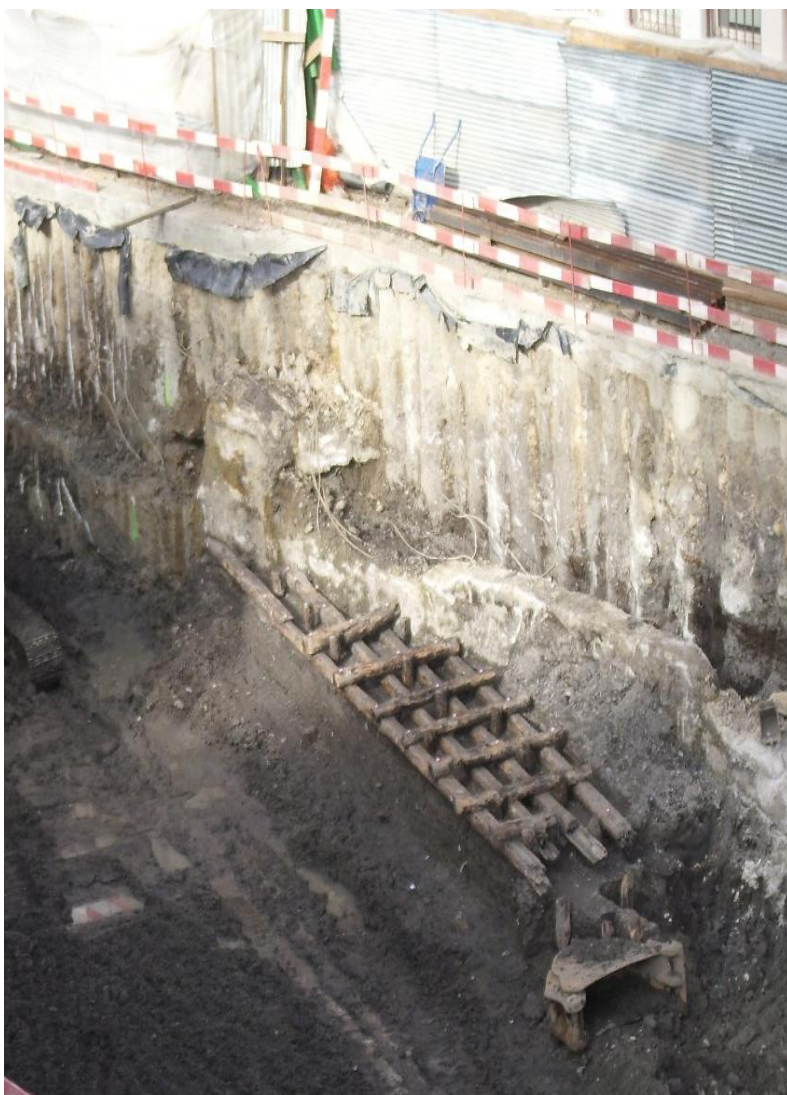
A relação comprimento/largura destes componentes era relativamente heterogénea, apresentando um comprimento compreendido entre os 20 cm e os 70 cm. Em relação à sua largura denota-se, ainda, uma maior discrepância, situando-se entre os 40 cm e os 160 cm. Observa-se uma certa uniformidade em dez destes elementos, no que respeita ao seu comprimento, mantendo-se entre os 20 cm e 50 cm. As exceções identificadas são residuais, resumindo-se apenas a quatro elementos, três dos quais apresentavam valores elevados no seu comprimento e largura e um com largura reduzida, em relação ao conjunto. Dos três elementos que apresentam dimensões maiores destacava-se um que apresenta 1,5 m de largura e 1,45 m de comprimento, sensivelmente; enquanto os restantes apresentavam um comprimento médio de 40 cm e uma largura média de 1,50 a 1,70 m. Relativamente ao bloco pétreo de pequenas dimensões, comparativamente ao conjunto, este registava um comprimento de sensivelmente 20 cm e uma largura de 0,45 cm (Gráfico 1).



**Gráfico 1** - Relação entre o comprimento e a largura dos blocos pétreos.

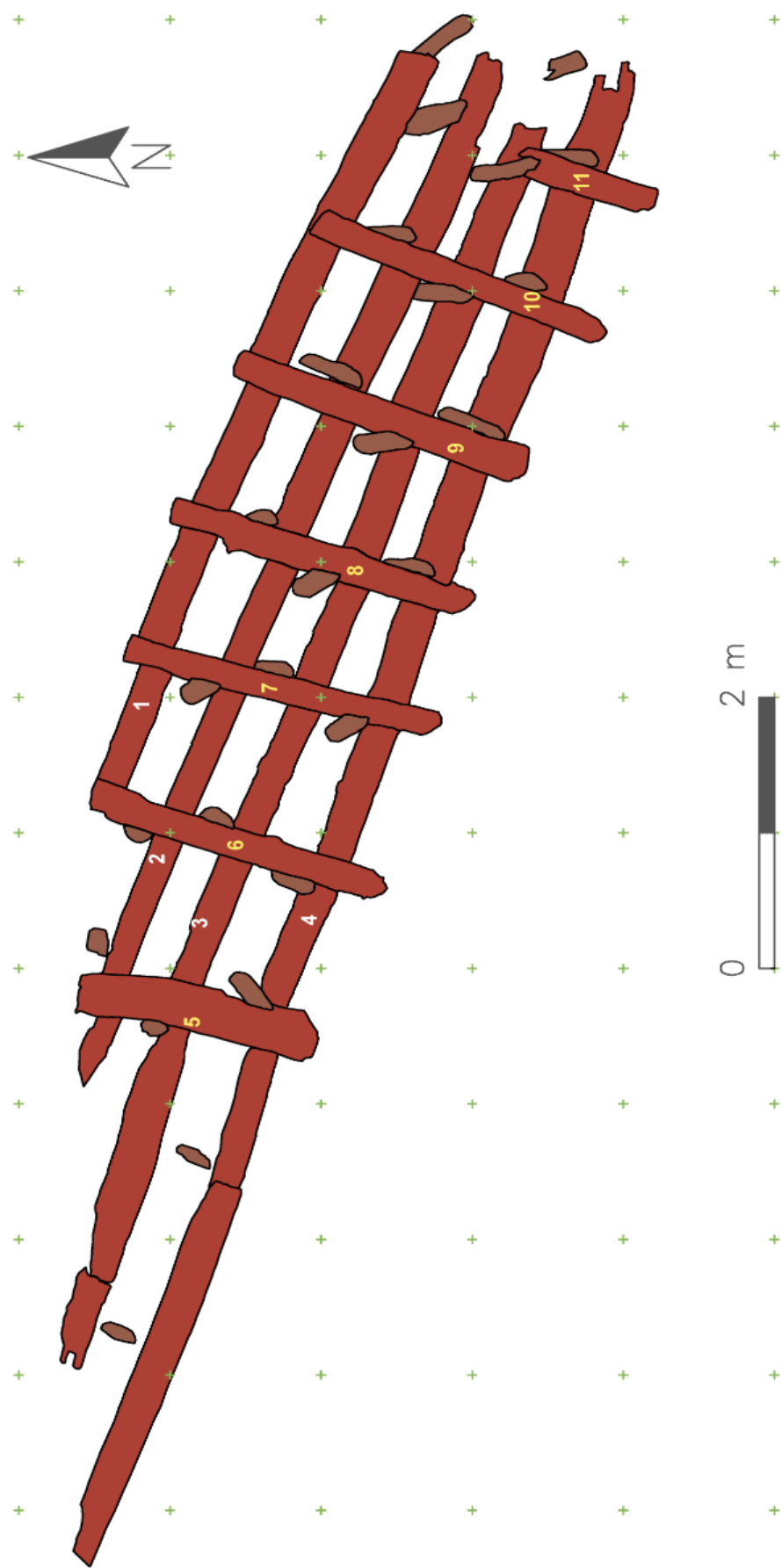
O aparelho pétreo do cais encontrava-se sobre uma base reticulada em madeira apoiada numa rede de estacaria vertical no mesmo material (Figura 9). Por sua vez, esta estrutura de madeira era preenchida por blocos médios, colocados sobre uma base de argamassa e cobertos por uma fina camada de argila localizada entre os 0,12 m e os 0,14 m abaixo do nível médio da água do mar<sup>39</sup>.

<sup>39</sup> Alexandre Sarrazola; José Bettencourt; André Teixeira – *Op. cit.* 2014, p. 112.



**Figura 9** – Registo fotográfico da base de madeira da estrutura portuária na Praça D. Luís I (Fonte: ERA-Arqueologia S.A.).

Preservavam-se ainda quatro fiadas de toros dispostos horizontalmente no sentido Noroeste-Sudeste, associados a sete toros na perpendicular (sentido Nordeste-Sudoeste), formando deste modo o reticulado. Em ambos os casos tratavam-se de toros que incorporavam ainda as formas originais da árvore, na sua grande maioria, apresentando por isso um corte transversal circular com diâmetros médios que variavam entre os 13 e os 23 cm (Figura 10).



**Figura 10** - Desenho arqueológico da base de madeirame do cais registrado na Praça D. Luís I. Identificação numérica dos elementos que o compõem.



Em algumas situações foram observados toros afeiçoados na face de contacto, de modo a facilitar a sua ligação no seio da estrutura com pregos em ferro (Figura 11). Não existia, contudo, nenhuma lógica no afeiçoamento dos toros, que mostravam uma construção simples e pouco cuidada, mas suficiente para a função que assumiam. Todas peças que compõem esta estrutura não tinham sinais de utilização anterior, pois todos os toros de madeira, assim como as peças de estacaria, não apresentavam nenhuma marcas de talhe que não correspondessem à sua utilização na base do cais. As peças estavam apenas propositadamente, e rudemente, descascadas, possivelmente comum machado<sup>40</sup>.



**Figura 11** - Pormenor dos entalhes e pregos presentes na base de madeira da estrutura portuária na Praça D. Luís I (Fonte: ERA-Arqueologia S.A.).

A composição das fiadas de toros dispostas no sentido Noroeste-Sudeste era heterogénea. Na secção Norte registaram-se elementos individuais (nº 1 e nº 2), talhados num só tronco, enquanto as restantes as fiadas eram constituídas por duas peças devidamente ligadas entre si (nº 3 e nº4). Esta ligação era realizada através de um talhe oblíquo em ambas as peças, que permitia o seu encaixe e a ligação de uma cavilha de ferro (Figura 8). Não obstante esta heterogeneidade, todos eles apresentavam-se

---

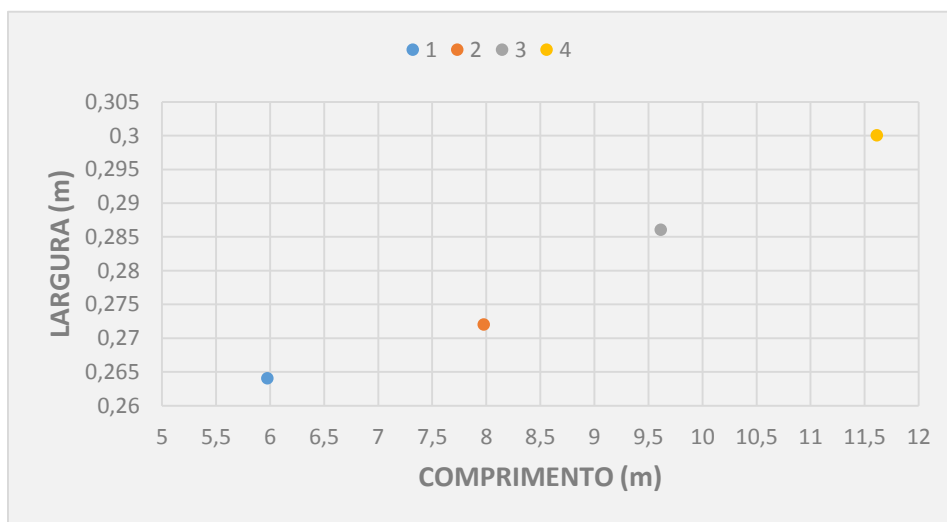
<sup>40</sup> Através do registo fotográfico e da documentação de campo disponível não é possível averiguar se estavam presentes algumas marcas de serralharia ou de carpintaria.

ocos no seu interior, segundo o corte abrupto na secção sudeste da base reticulada, o que terá a ver com processos pós-deposicionais (Figura 12).



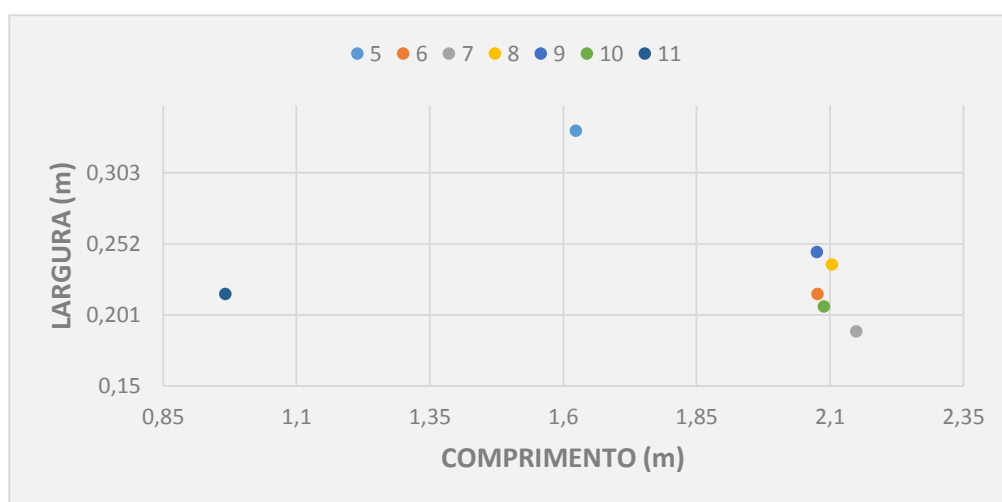
**Figura 12** – Pormenor dos toros de madeira ocos presentes na base de madeira da estrutura portuária na Praça D. Luís I (Fonte: ERA-Arqueologia S.A.).

A análise das dimensões dos toros sugere que a largura terá sido um factor determinante na sua selecção, pois todos apresentam uma dimensão semelhante, entre os 0,26 m e os 0,3 m (Gráfico 2). O comprimento dos toros horizontais, por sua vez, não é homogéneo pois apresenta diferenças entre os 6 m e os 9,5 m, embora esta possa estar relacionada com o estado de conservação da estrutura arqueológica, que não se apresenta completa.



**Gráfico 2** - Relação entre o comprimento e a largura dos toros de madeira dispostos no sentido Noroeste-Sudeste.

Os restantes toros (do nº 5 ao nº 11), nomeadamente os dispostos no sentido Nordeste-Sudoeste, apresentam uma maior homogeneidade. Os comprimentos registados nestes casos variam entre os 0,96 m e os 2,15 m, mas as oscilações verificadas estão relacionadas com o estado de conservação desta parte da estrutura (Gráfico 3). Por sua vez, as larguras que destes toros são muito semelhantes, entre os 0,19 m e os 0,25 m. Existe, no entanto, a excepção do toro disposto mais Noroeste que apresenta uma maior largura, 0,33 m. A homogeneidade registada aquando a análise dimensional do reticulado de madeira poderá indicar que a largura máxima da evidência arqueológica estaria entre os 2,20 m e os 2,50.



**Gráfico 3** - Relação entre o comprimento e a largura dos toros de madeira dispostos no sentido Nordeste-Sudoeste.

A distância entre os toros no seio da estrutura era relativamente semelhante. A disposição entre os toros nº 2 e o nº 3 (de 28 a 15 cm) ou entre o nº 3 e o nº 4 (de 35 a 20 cm) ia diminuindo de Noroeste para Sudeste, acompanhando o desenvolvimento da estrutura neste sentido. A distância assinalada entre o toro nº 1 e o nº 2 não registava qualquer oscilação, mantendo-se entre 29 a 30 cm ao longo de toda a evidência arqueológica. Os toros de madeira dispostos no sentido Nordeste-Sudoeste apresentavam uma média de distâncias entre si de 75 cm a 1 m (Figura 13). Contudo, possivelmente estas distâncias não obedecem a nenhum critério específico, contrariamente ao que se verifica na disposição dos toros nº 1, 2, 3 e 4, mas a amostra é demasiado pequena para se tirarem conclusões. A análise dos comprimentos bem como das distâncias entre os toros não proporcionaram muita mais informação do que

a apresentada, pois possivelmente esta evidência arqueológica desenvolver-se-ia em sentido Sudeste, o que não pôde ser confirmado no registo arqueológico.



**Figura 13** - Disposição da estacaria ao longo da estrutura. (Fonte: ERA-Arqueologia S.A.)

O aparelho pétreo bem como a base em madeira eram suportados por uma rede de estacaria, também em madeira, entre os 0,88 m e 1,13 m abaixo do nível médio das águas. No total contabilizaram-se 23 peças, meticulosamente distribuídas com o objectivo de travar a grade e suportar todo o peso da estrutura. Cada elemento era talhado, apresentando uma secção semi-circular na parte superior e uma ponta piramidal na sua parte inferior, de modo a que a sua cravação no solo fosse facilitada (Figura 14).

Estas estacas possuíam diâmetros que variavam entre os 13 cm, no mínimo, e os 22 cm, no máximo, e comprimentos que variavam entre os 55 cm e os 60 cm<sup>41</sup>. A sua distribuição e as diferenças nas dimensões indicam que não existiu qualquer norma na sua colocação, já que não se vislumbra qualquer padrão de distribuição relacionado com esta métrica.

---

<sup>41</sup> Apenas foi possível discernir os comprimentos de duas estacas através do desenho geo-referenciado.



A sua localização na estrutura obedecia, contudo, a determinados critérios: antes de mais, as estacas eram dispostas sempre junto aos toros de madeira de sentido Nordeste-Sudoeste<sup>42</sup>, por norma três estacas por fiada. A colocação destes elementos junto aos toros tinha como objectivo evitar deslocamentos horizontais da grade pelo que nos extremos Nordeste e Sudoeste foram colocadas duas estacas de um lado e outra do lado contrário. É também possível observar que a maioria dos conjuntos de três estacas têm um maior reforço (presença de duas estacas) na sua secção Sudeste, contrariamente à secção Noroeste com apenas uma estaca (Figura 14). São cerca de cinco conjuntos que têm esta disposição, face aos dois que apresentam a ordenação inversa, localizados a Noroeste. O facto da estacaria oferecer um maior número de estacas na secção Sudeste da estrutura poderá estar intimamente relacionado com a aproximação da linha de costa e com a necessária resistência a grandes marés.



**Figura 14** – Registo fotográfico de uma as estacas (Fonte: ERA-Arqueologia S.A.)

O cruzamento desta análise com outros estudos arqueológicos sobre estruturas marítimas permitiu-nos principalmente compreender a sua natureza portuária. A sua datação com base nestas comparações não é contudo uma metodologia segura, devido ao carácter mutável que estas estruturas podem sofrer em pequenos períodos de tempo.

---

<sup>42</sup> Correspondem aos toros de madeira nº 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 (Ver Figura 10).

A comparação com outros exemplos internacionais, nomeadamente europeus, demonstrou a vasta utilização de madeira na construção de estruturas portuárias (de um modo geral, mas maioritariamente na sua base), generalizada pelo menos durante a época medieval. A madeira tornava possível a preservação e a resistência a factores costeiros durante um período de tempo mais longo. São inúmeros os exemplares passíveis de referência, nomeadamente na cidade de Bergen (no Noroeste da Noruega), onde várias escavações arqueológicas realizadas demonstraram uma série de construções marítimas até ao século XVII<sup>43</sup>. A grande semelhança entre este caso e a estrutura portuária exumada na Praça D. Luís I é o reticulado de madeira, utilizado como suporte às estruturas costeiras. Em Bergen, com aliás na maior parte dos casos no Norte e Noroeste da Europa, não foram registadas construções em alvenaria durante a época moderna. Porém, verifica-se a construção de bases através da sobreposição de toros de madeira, com um sistema de fixação com entalhes sobre uma rede de estacaria<sup>44</sup>.

Os melhores paralelos para a estrutura portuária exumada na Praça D. Luís I surgem, contudo, em Lisboa, nomeadamente no Terreiro do Paço (século XVII), um dos casos melhor estudados no território português. Para além da importância científica de um estudo desta natureza em Portugal, este sítio torna-se ainda mais relevante devido às suas similaridades com a estrutura portuária identificada na Praça D. Luís I, registando um melhor estado de conservação. O cais exumado no Terreiro do Paço em 2009 era uma estrutura portuária em alvenaria sobre uma base de madeira, associada ao paredão integrado no baluarte do Terreiro do Paço, portanto com uma lógica construtiva semelhante à Praça D. Luís I<sup>45</sup>.

O cais do Terreiro do Paço apresenta uma alvenaria de silhares de calcário rectangulares, em particular lioz, reforçada com ligantes em argamassa. A sua estrutura pétrea, para além de assentar directamente sobre um plano de toros de madeira dispostos de forma a criar um reticulado, também sem indícios de preparação prévia,

---

<sup>43</sup> G.L. Good; *et. al.* (ed.) - *Waterfront archaeology: proceeding of the third Internatinal conference. Bristol 23-26 September 1988*. CBA Research Report. Nº 74. Londres: Council for British Archaeology, 1991.

<sup>44</sup> A. E. Herteig – “The medieval harbour of Bergen”. In Gustav Milne; Brian Hobley – *Waterfront archaeology in Britain and Northern Europe*. CBA Research Report nº 41. London: The Council for British Archaeology, 1981, pp. 80-87.

<sup>45</sup> M<sup>ª</sup> Luísa Blot; César Augusto Neves; Ana Filipa Rodrigues – “O cais dos sonhos: Terreiro do Paço.” In *National Geographic Portugal*. Agosto de 2009. s.l.: s. e. pp. 18-25.

utilizava entalhes em ferro para a sua fixação ao madeirame. À semelhança da estrutura portuária em estudo, esta base era fixa através de uma rede de estacaria de pinho afeiçoada numa das pontas, facilitando a sua cravação no lodo. Apesar disto, encontram-se também algumas diferenças em relação ao caso aqui analisado. O cais do Terreiro do Paço exibe uma morfologia quadrangular e consequentemente uma base de madeira mais coesa do que a observada na Praça D. Luís I<sup>46</sup>. A utilização de madeira nas bases de estruturas costeiras é comum e está documentada. Por exemplo, no caso da construção do Cais de Belém, foi exigido pela Câmara Municipal de Lisboa que se utilizasse madeira e pedra calcária para a construção deste<sup>47</sup>, pressupondo desta forma uma composição semelhante à estrutura portuária da Praça D. Luís I.

A análise comparativa destas duas estruturas foi fundamental para compreendermos que a estrutura portuária estudada nesta dissertação é realmente um cais. No Terreiro do Paço o cais estava integrado no paredão do baluarte. cremos que o mesmo aconteceu na Praça D. Luís I, ou seja, tratava-se de um paredão que funcionava também como um cais para o embarque e desembarque de mercadorias. A dupla funcionalidade de paredões desta natureza era comum na Ribeira de Lisboa e estava directamente relacionada com uma poupança de recursos e/ou espaço<sup>48</sup>. Há também a hipótese deste se tratar de um cais coberto. Na cidade de Oslo (na Noruega), o Exeter Quay é um bom exemplar de um cais, desta natureza, integrado num edifício, apesar de se tratar de uma estrutura totalmente em madeira de finais do século XVII<sup>49</sup>.

O estudo desta estrutura é também importante porque a conservação da sua base em madeira é um caso pouco comum na arqueologia portuguesa, só possível devido a condições de deposição favoráveis, num contexto húmido onde a preservação integral de orgânicos é possível. A estrutura presente na Praça D. Luís é efectivamente

---

<sup>46</sup> César Augusto Neves; Andrea Martins; Gonçalo Lopes; M<sup>a</sup> Luísa Blot – “Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio (Lisboa): identificação de vestígios arqueológicos de natureza portuária no subsolo urbano”. In André Teixeira; José António Bettencourt (coord.) - *Velhos e novos mundos: estudos de arqueologia moderna*. ArqueoArte, nº1. Vol. 2. Lisboa: Centro de História Além-Mar, 2012, pp. 613-626.

<sup>47</sup> *Referências Históricas do Porto de Lisboa*. Lisboa, Administração do Porto de Lisboa, 1991. pp. 140-141.

<sup>48</sup> *Referências Históricas do Porto de Lisboa*. Lisboa, Administração do Porto de Lisboa, 1991, p. 42.

<sup>49</sup> Petter B. Molaug – “King’s Quay and Bishop’s Quay – The harbor of medieval Oslo”. In Jay Bill; Birthe L. Clausen (ed.) – *Maritime topography and the medieval town: Papers from the 5<sup>th</sup> International Conference on Waterfront Archaeology in Copenhagen, 14-16 May 1998*. Studies in Archaeology & History. Vol. 4. Copenhagen: Publications from The National Museum, 1999, pp. 169-178.

um cais, que estaria possivelmente associado a um paredão, podendo ser coberto ou não.

### 2.3. OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Ao longo de toda a intervenção arqueológica da Praça D. Luís I foi registado um espólio cronologicamente vasto, desde a época romana à contemporânea<sup>50</sup>. Abordaram-se aqui apenas os materiais cerâmicos associados à estrutura em questão; bem como os sedimentos que se lhe sobrepunham ou que eram sobrepostos por ela. Anterior à construção da estrutura portuária, ou seja sob o cais, encontravam-se as paliçadas, possivelmente, do século XVII<sup>51</sup>. A destruição do cais, por sua vez, está relacionada com a implementação de diversas estruturas de época contemporânea, nomeadamente do século XIX<sup>52</sup>. No total contabilizaram-se 198 fragmentos, dos quais 61 foram seleccionados para inventário<sup>53</sup>.

Os materiais cerâmicos relacionados com as paliçadas do século XVII forneceram um considerável número de fragmentos e, consequentemente, de peças com a possibilidade de atribuição de cronologias<sup>54</sup>.

O único cântaro identificado nesta colecção, sendo apenas um fragmento de fundo (PDLI11/12-5085-051), não apresenta qualquer indício de tratamento de

---

<sup>50</sup> Alexandre Sarrazola; José Bettencourt; André Teixeira – *Op. cit.*, 2013, pp. 142–146.

<sup>51</sup> Associadas a estas estruturas encontram-se as seguintes unidades estratigráficas: 5081; 5082; 5085; 5088; 6020; 6026; 6029 e 6023/6022.

<sup>52</sup> Associadas a estas estruturas encontram-se as seguintes unidades estratigráficas: 5019; 5040; 5043; 5047 e 5015.

<sup>53</sup> O estudo do espólio obedeceu a uma metodologia que contemplou a lavagem e secagem do material devidamente identificado e a sua posterior organização. Esta organização foi realizada por unidade estratigráfica e por tipologia (porcelana, cerâmica esmaltada, vidrada ou comum), facilitando desta forma a colagem de fragmentos dentro das unidades estratigráficas ou entre estas. A inventariação do espólio foi realizada através da selecção de peças que permitisse uma datação o mais precisa possível. A marcação das mesmas, por sua vez, foi executada através da aplicação de verniz no fragmento e a escrita, a tinta permanente, do número de inventário: incluindo a sigla do sítio arqueológico (PDLI), a data de escavação/acompanhamento arqueológico (11/12), a unidade estratigráfica (por exemplo: 5082) e por fim o número individual atribuído. Todas as peças inventariadas foram devidamente descritas e registadas fotograficamente. Sempre que possível, realizou-se também o desenho arqueológico das mesmas com o principal objectivo de extrapolar a sua forma. Os desenhos foram posteriormente vectorizados no Adobe Illustrator.

<sup>54</sup> Peças inventariadas da unidade estratigráfica 5085: PDLI11/12-5085-001; PDLI11/12-5085-002; PDLI11/12-5085-003; PDLI11/12-5085-004; PDLI11/12-5085-005; PDLI11/12-5085-006; PDLI11/12-5085-010; PDLI11/12-5085-024; PDLI11/12-5085-029; PDLI11/12-5085-030; PDLI11/12-5085-035; PDLI11/12-5085-037; PDLI11/12-5085-041; PDLI11/12-5085-044; PDLI11/12-5085-045; PDLI11/12-5085-049; PDLI11/12-5085-051; PDLI11/12-5085-053; PDLI11/12-5085-057; PDLI11/12-5085-058; PDLI11/12-5085-059; PDLI11/12-5085-061 e PDLI11/12-5085-062 (Ver catálogo).



superfície e possui características que o permitem datar entre os séculos XVI e XVII. Porém, devido à sua forma comum, a sua cronologia poderá estender-se às centúrias seguintes. Exemplos semelhantes foram identificados na casa setecentista do Martim Moniz (ESA/02.Q22/23.62.414), bem como na Casa do Infante no Porto, sendo que ambas as peças foram atribuídas essencialmente ao século XVII<sup>55</sup>.

O fragmento de bordo de caçoila PDLI11/12-5082-019 apresenta, segundo o seu paralelo, uma cronologia perfeitamente enquadrada no seio da época moderna. Trata-se de um fragmento muito concrecionado e, como tal, a observação da existência de tratamento de superfície ou marcas de fogo é dificultada. Contudo, a nível formal, esta peça tem como paralelo um fragmento exumado na Rua Augusto Cardoso em Palmela, datado do século XVI. Porém, tendo em conta o carácter utilitário deste tipo de cerâmica, é possível que esta datação se alargue para as centúrias seguintes<sup>56</sup>.

As peças PDLI11/12-5082-021 e PDLI11/12-5082-025 são similares, à excepção da sua pasta. Tratam-se de duas covilhetes em faiança com uma decoração de linhas concêntricas no fundo e no bordo, com cronologias que se situam entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVIII<sup>57</sup>. Encontrou-se um paralelo entre os materiais recuperados numa habitação do século XVIII no Martim Moniz (ESA.02.R20.65.46), todavia esta tipologia de faiança é comum em contextos modernos<sup>58</sup>.

Outra tipologia única, nesta colecção, é uma escudela de grandes dimensões com uma decoração de linhas concêntricas em azul no fundo e no bordo. Contudo, o seu vidrado estanífero branco encontra-se muito danificado (PDLI11/12-5082-027). Segundo um paralelo formal exumado na Casa do Infante no Porto, esta peça apresenta uma cronologia entre os séculos XVI e XVII<sup>59</sup>.

O prato PDLI11/12-5088-036 não apresenta qualquer motivo decorativo e como tratamento de superfície foi aplicado apenas um engobe de coloração bege. Como tal,

---

<sup>55</sup> Tânia Casimiro – *Op. cit.* 2011. p. 710 e Paula Barreira; Paulo Dordio; Ricardo Teixeira – *Op. cit.* 1995, p. 168 (Figura 40).

<sup>56</sup> Isabel Cristina Fernandes; A. Rafael Carvalho – *Op. cit.* 1995, pp. 218 e 236. (Peça nº 27)

<sup>57</sup> Luís Sebastian; Ana Sampaio e Castro – *Op. cit.* 2008. p. 27.

<sup>58</sup> Tânia Casimiro – *Op. cit.* 2011, p. 92.

<sup>59</sup> Paula Barreira; Paulo Dordio; Ricardo Teixeira – *Op. cit.* 1995, p. 153. (Figura 14)

a atribuição de paralelos a este tipo de peça foi efectuada apenas com base na sua forma. Segundo um fragmento identificado no Beco dos Inválidos em Cascais, que apresenta um formato idêntico, esta peça poderá datar de finais do século XVI, com a possibilidade de se estender para a centúria seguinte<sup>60</sup>.

O fragmento de bordo de prato PDLI11/12-5085-041, apesar da sua pequena dimensão, a sua decoração na superfície interna permite a localização cronológica entre finais do século XVII e finais da centúria seguinte (segundo diversos especialistas em faiança portuguesa)<sup>61</sup>. Em contextos arqueológicos, este tipo de decoração está registada em diversas tijelas ou pratos, seja na superfície interna ou externa, como se pode observar numa habitação moderna no Martim Moniz (ESA/02.S21.65.220)<sup>62</sup> e no Convento dos Capuchos em Palmela.<sup>63</sup> Contudo, ambos os paralelos apontam para datações do século XVII, não obstante o possível alargamento para o século seguinte.

A peça PDLI11/12-5085-004, um fragmento de fundo de um fogareiro, outrora possivelmente com um vidrado plumbífero<sup>64</sup>. A identificação deste fragmento como parte integrante de um fogareiro é feita com base apenas na sua forma, dada a inexistência de marcas de fogo nas suas superfícies. Esta peça apresenta uma cronologia entre a última metade do século XVII e século XVIII, de acordo com peças da mesma natureza recuperadas numa habitação na área do Martim Moniz, Lisboa (nomeadamente ESA02.S21.65.262)<sup>65</sup>, e na intervenção arqueológica da Rua Álvaro Castelões (Peça nº 11), em Setúbal<sup>66</sup>. De mesmo modo, o fragmento de bordo de alguidar PDLI11/12-5085-006 apresenta características que o situam entre os séculos

---

<sup>60</sup> Guilherme Cardoso; Severino Rodrigues – “Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais”. In *Arqueologia Medieval*. Nº 6. Mértola: Edições Afrontamento, 1999. (Peça nº25)

<sup>61</sup> Tânia Casimiro – *Op. cit.* 2011, p. 588.

<sup>62</sup> Tânia Casimiro – *Op. cit.* 2011, p. 95.

<sup>63</sup> Isabel Cristina Fernandes; A. Rafael Carvalho – *Op. cit.* 1995, pp. 219 e 240. (Peça nº 47)

<sup>64</sup> Verificou-se na maioria do espólio modificações pós-deposicionais devido, como anteriormente mencionado, à realização da intervenção arqueológica na Praça D. Luís I em contexto húmido com o auxílio de bombas para a extracção da água.

<sup>65</sup> Tânia Casimiro – “Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa.” In *O Arqueólogo Português*. Série V, 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2011, p. 715.

<sup>66</sup> Susana Duarte; Joaquina Soares; Carlos Tavares da Silva – “Intervenção arqueológica na Rua Álvaro Castelões nº 38 e 40 (Setúbal) e sismo de 1755.” In *Setúbal Arqueológica*. Vol. 15. Setúbal: MAEDS, 2014, p. 356 (Figura 23).

XVII e XVIII, através de paralelos encontrados em Lisboa ou na Casa do Infante, na cidade do Porto<sup>67</sup>.

O fragmento da porção de bordo da tijela PDLI11/12-5085-024 detém um motivo decorativo de contas na sua superfície exterior muito característico entre finais do século XVII e inícios do século XVIII<sup>68</sup>. Analisando este motivo decorativo, bem como a forma hemisférica e o bordo simples exvertido da peça, é possível encontrar dois paralelos (a nível decorativo e formal): um fragmento exumado numa habitação setecentista no Martim Moniz (ESA.Q2.R21.65.51)<sup>69</sup> e outro no convento da ordem de Santiago em Palmela<sup>70</sup>; e dois fragmentos com a forma idêntica na Rua Álvaro Castelões, em Setúbal<sup>71</sup>.

Também em porcelana chinesa, foi inventariado um fragmento de parede de um pote (PDLI11/12-5085-060). A selecção desta peça deveu-se à decoração presente: uma flor de lótus em azul cobalto sobre vidrado estanífero branco. Diversos potes com a mesma decoração foram registados e analisados na colecção de porcelana chinesa do Palácio de Queluz, aos quais foram atribuídas cronologias do período Kangxi (1662-1722) da Dinastia Qing<sup>72</sup>.

A peça PDLI11/12-5082-014 trata-se de um fundo plano de um prato de faiança portuguesa com decoração fitomórfica. Analisando apenas esta decoração, devido à inviabilidade de análise da sua forma, foi possível situá-lo no último quartel do século XVII, pois pertence ao grupo A3.1.2 definido por Luís Sebastian. Deste modo, o paralelo

---

<sup>67</sup> Paula Barreira; Paulo Dordio; Ricardo Teixeira – *Op. cit.* 1995, p. 122. e Raquel Henriques da Silva; Isabel Maria Fernandes; Rodrigo Banha da Silva – *Op. cit.* 2003, p. 167 (figura 37).

<sup>68</sup> Tânia Casimiro – *Faiança portuguesa nas ilhas Britânicas: dos finais do século XVI aos inícios do século XVIII*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (U.N.L.), 2010, p. 588.

<sup>69</sup> Tânia Casimiro – *Op. cit.* 2011, p. 703.

<sup>70</sup> Isabel Cristina Fernandes – “O último convento da Ordem de Santiago em Palmela: dados arqueológicos da intervenção no pátio fronteiro à igreja”. In André Teixeira; José António Bettencourt (coord.) - *Velhos e novos mundos: estudos de arqueologia moderna*. Vol. 1. Lisboa: Centro de História Além-Mar, 2012, p. 514 (Figura 25).

<sup>71</sup> Susana Duarte; Joaquina Soares; Carlos Tavares da Silva – *Op. cit.* 2014, p. 357 (Figura 26).

<sup>72</sup> Inês Ferro; Ana Flores (coord.) – *Inventário do Palácio de Queluz: colecção de cerâmica*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, pp. 40-41. (Peça nº 8, 9 e 10)

arqueológico mais próximo para a peça PDL11/12-5082-014 é originário do Mosteiro de S. João de Tarouca, em Viseu<sup>73</sup>.

A peça inventariada PDL11/18-5082-018 corresponde um fragmento de bordo de um prato em faiança com decoração, na sua superfície interna, em meia-luas encadeadas a azul. Este fragmento foi datado do último quartel do século XVII a meados do século XVIII, segundo um paralelo decorativo exumado no Bairro da Estrela em Lisboa. Tratava-se de um contexto selado na Rua de Buenos Aires, composto por duas fossas repletas de materiais cerâmicos da época moderna<sup>74</sup>.

No seio das peças inventariadas desta colecção registou-se também a presença de uma covilhete (PDL11/12-5082-026) em faiança. Sem qualquer decoração, o fragmento mantém o perfil completo e apresenta uma forma troncocónica com um pé em anel baixo. Este tipo de peças tem uma datação situada entre os séculos XVII e o XVIII, segundo os paralelos arqueológicos e museológicos identificados. Por exemplo, um destes estava presente na intervenção arqueológica da rua de Buenos Aires<sup>75</sup> em Lisboa, enquanto o outro se encontra nas colecções do Museu de Évora<sup>76</sup>.

O testo PDL11/12-5082-032 de vidro estanífero branco, apenas na sua superfície interior, tinha com um fundo convexo; a sua forma é recorrente em contextos modernos. A datação para esta peça encontra-se entre o século XVII e XVIII, segundo dois paralelos presentes no Museu de Évora<sup>77</sup>.

---

<sup>73</sup> Luís Sebastian; Ana Sampaio e Castro – “A faiança portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca: metodologia e resultados preliminares.” *Al-madan Online*. IIª Série, nº16. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2008, p. 27 [Disponível em <http://www.almadan.publ.pt>, consultado em Julho de 2014]

<sup>74</sup> Luísa Batalha; Andreia Campôa; Guilherme Cardoso; Nuno Neto; Paulo Rebelo; Raquel Santos – “Vestígios de um centro produtor de faiança dos séculos XVII e XVIII: dados de uma intervenção arqueológica na rua de Buenos Aires, nº10, Lisboa”. In André Teixeira; José António Bettencourt (coord.) - *Velhos e novos mundos: estudos de arqueologia moderna*. Vol. 2. Lisboa: Centro de História Além-Mar, 2012, p. 957.

<sup>75</sup> Luísa Batalha; Andreia Campôa; Guilherme Cardoso; Nuno Neto; Paulo Rebelo; Raquel Santos – *Op. cit.* 2012, p. 959. (Peça nº47)

<sup>76</sup> Museu de Évora (MatrizNet). [Disponível em <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=22924>, consultado em Julho de 2014]

<sup>77</sup> Museu de Évora (MatrizNet). [Disponível em <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=22926> e <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=22925>, consultado em Julho de 2014).

Entre os raros fragmentos desta colecção que oferecem um perfil completo, e que por isso permitem o conhecimento da forma total da peça, destaca-se uma caçoila de formato troncocónico (PDLI11/12-5085-037). Peças com características similares, à excepção da superfície interior vidrada, foram exumadas no Castelo de Palmela (peça nº 122) sendo datadas entre os séculos XVII e XVIII<sup>78</sup>.

A porcelana PDLI11/12-5085-058, um fragmento de fundo de prato, apresenta uma datação relativamente precisa. Este fragmento tinha um desenho inciso sobre o vidrado de um ramo (possivelmente uma peónea) atado com uma fita; é possível que este desenho tivesse uma pintura que se não se conservou até aos dias de hoje. Este motivo decorativo é comum na porcelana de “família rosa” produzida durante o reinado de Qianlong (1770-1785), na dinastia Qing. É possível observarmos uma peça similar na colecção do Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa<sup>79</sup>.

A peça PDLI11/12-5085-059 permitiu também uma datação relativamente precisa, esta corresponde a um fragmento de bordo de uma tijela em porcelana, possivelmente de origem chinesa. O elemento decorativo presente consistia numa pintura castanha (sem qualquer motivo decorativo) em porção do bordo. Porcelanas similares foram exumadas do galeão espanhol *El Infante*, naufragado na costa da Florida (Florida Keys) em 1733 e cuja carga continha diversas peças de porcelana da Dinastia Qing (século XVIII), algumas com paralelos à tigela da Praça D. Luís I no Museu de História Natural da Florida<sup>80</sup>.

A peça PDLI11/12-5082-009 trata-se de um fragmento com porção do bordo de um prato côvo, sem qualquer decoração, cuja datação se situa por volta da primeira metade do século XVIII. Contudo, existe a possibilidade de se ter iniciado num período anterior e que tenha também uma continuação posterior. Arqueologicamente,

---

<sup>78</sup> Isabel Cristina Fernandes; A. Rafael Carvalho – “Conjuntos cerâmicos pós-medievais de Palmela.” *Actas das II Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1995, pp. 226 e 247.

<sup>79</sup> Maria Antónia Matos – “Porcelanas de encomenda: história de um intercâmbio cultural entre Portugal e China”. In *Oceanos: Porcelana e mares da China*. Nº 14. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Junho de 1993, p. 55. (Nº de inventário: 2039)

<sup>80</sup> Florida Museum of Natural History, Historical archaeology type collection (nº 61, 62, 63 e 64). [Disponível em [https://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery\\_types/individual\\_display.asp?PhotoID=4](https://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery_types/individual_display.asp?PhotoID=4)., consultado em Maio de 2014] (Peças nº 61, 62, 63 e 64)

encontrou-se um paralelo formal bastante próximo no Convento de São Francisco em Lisboa (CSF/Lx.93/157), também atribuído ao século XVIII<sup>81</sup>.

O fragmento de testo PDLI11/12-5082-013 apresenta uma forma característica do século XVIII. O estado de conservação desta peça é muito precário, pelo que apenas se observam alguns vestígios de vidro estanífero branco, impossibilitando a caracterização da sua decoração. A nível formal, foi identificado um paralelo na intervenção da Casa do Infante, no Porto. Este detinha as mesmas características formais, tornando possível situar a sua datação no século XVIII<sup>82</sup>.

O fragmento de fundo, em pé anelar, de prato de grandes dimensões (PDLI11/12-5082-016) e com duas linhas concêntricas azuis a demarcar o fundo, apresenta uma cronologia do século XVIII. A sua forma, bem como a decoração, encontram paralelo no Convento de São Francisco de Lisboa (CSF/Lx.93/169+170+171+172). Contudo, este exemplo contém uma linha concêntrica a mais em comparação à peça inventariada. A peça exumada na intervenção do Convento de São Francisco detém uma cronologia que se situa na primeira metade do século XVIII.<sup>83</sup>

A peça PDLI11/12-5088-063, aba de um prato côvo, é dos poucos, senão o único, fragmento de importação registado nesta colecção. Trata-se de uma peça com um tratamento de superfície em vidro de sal e uma decoração de motivos ondulares em relevo típico da produção inglesa *Cream ware*, do século XVIII, fabricada entre 1720 e 1770.<sup>84</sup> É possível encontrar diversos paralelos para este tipo de cerâmica em museus

---

<sup>81</sup> Joana Bento Torres – *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Dissertação de Mestrado de Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (U.N.L.), 2011, p. 252.

<sup>82</sup> Paula Barreira; Paulo Dordio; Ricardo Teixeira – *Op. cit.* 1995, p. 158. (Figura 23).

<sup>83</sup> Joana Bento Torres – *Op. cit.* 2011, p. 256.

<sup>84</sup> Ian Freestone; David Gamister – *Pottery in making: world ceramic traditions*. London: British Museum Press, 1997. pp. 200-205.

internacionais: Museu de História Natural da Florida<sup>85</sup> ou Philadelphia Museum of Art, por exemplo<sup>86</sup>.

Associado a este momento foi também exumado um fragmento de uma possível bacia (PDLI11/12-5085-010) de grandes dimensões, com uma decoração muito característica: um festão curvilíneo a amarelo abaixo da secção do bordo que estava demarcado por duas linhas concêntricas (uma a castanho e outra a amarelo). Este motivo decorativo distinto é típico da Fábrica da Viúva Antunes, mais conhecida como Fábrica de Estremoz, que iniciou a sua produção no último quartel do século XVIII<sup>87</sup>. Peças semelhantes estão hoje em dia apresentadas em diversas colecções particulares, como a de Silvestre Gibert Correia<sup>88</sup>, ou no Museu de Alberto Sampaio, ambas com cronologias do final do século XVIII a inícios do século XIX<sup>89</sup>.

A análise deste momento torna-se fundamental aquando o estudo do cais em questão devido à possibilidade de datação do momento precedente à sua construção, e permite consequentemente formar uma cronologia mínima para esta estrutura portuária. As paliçadas tinham sido classificadas como estruturas do século XVII. De acordo com a análise dos materiais disponível as datações que dispomos são correspondentes ao século XVII, mas sobretudo do século XVIII. Tendo em conta que a colmatação de estruturas é normalmente realizada através de aterros é possível que estas paliçadas sejam efectivamente do século XVII. Este factor corrobora também a presença da peça PDLI11/12-5085-010 de produção fabril, da Fábrica da Viúva Antunes, que contém uma datação precisa para o início desta produção: último quartel do século XVIII.

---

<sup>85</sup> Florida Museum of Natural History, Historical archaeology type collection (nº 102). [Disponível em [https://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery\\_types/individual\\_display.asp?PhotoID=93](https://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery_types/individual_display.asp?PhotoID=93), consultado em Julho de 2014]

<sup>86</sup> Philadelphia Museum of Art. [Disponível em <http://www.philamuseum.org/collections/permanent/84614.html?mulR=297663871|296>, consultado em Julho de 2014]

<sup>87</sup> José Queirós – *Cerâmica portuguesa e outros estudos*. José Manuel Garcia; Orlando da Rocha Pinto (coord.), 4ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 2002, pp. 174-175.

<sup>88</sup> Arthur Sandão – *Faiança portuguesa: séculos XVIII e XIX*. Porto: Civilização Editora, 1988, pp. 164-167

<sup>89</sup> Museu de Alberto Sampaio (MatrizNet) [Disponível em <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=5529>, consultado em Julho de 2014].

Associadas às estruturas de época contemporânea, dispostas sobre o cais foram inventariadas oito peças<sup>90</sup> pertencentes às diversas unidades estratigráficas já referidas. Neste contexto foram identificados alguns fragmentos de cerâmica de construção, cuja atribuição de paralelos não foi possível, o que impossibilitou a sua datação.

Um pequeno fragmento de fundo de prato de porcelana (PDLI11/12-5047-055), apresentava uma decoração que se estende por várias centúrias, desde o final do século XVI até ao século XVIII. Esta corresponde a um elo de cercaduras delimitado por duas linhas concêntricas a azul. Este tipo de decoração encontra-se em vários pratos pertencente à colecção da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, o que a situa no terceiro quartel do século XVI (Dinastia Ming).<sup>91</sup> Também é possível encontrar um paralelo no Museu de História Natural da Florida pertencente à Lister type collection<sup>92</sup>.

Neste momento foram identificados dois fragmentos de alguidar de pasta laranja e bege que apresentavam um tratamento de superfície com um vidrado plumbífero laranja e amarelo (PDLI11/12-5019-007 e PDLI11/12-5040-034). A utilização destas peças é comum ao longo de toda a época moderna e como tal estes artefactos são facilmente observados em diversas escavações arqueológicas em Portugal ou em contextos portugueses. Ambas as peças apresentavam uma forma idêntica, apontando para cronologias situadas entre século XVI e XVIII.<sup>93</sup> Todavia, o vidrado plumbífero aplicado na peça PDLI11/12-5040-034 poderá situá-la apenas entre os séculos XVII e XVIII<sup>94</sup>.

O espólio exumado correspondente às estruturas contemporâneas forneceram cronologias entre o século XVI e o XVIII. A maioria do material cerâmico analisado, relacionado com este momento, trata-se de tipologias cerâmicas utilitárias e como tal

---

<sup>90</sup> Peças inventariadas: PDLI11/12-5019-007; PDLI11/12-5019-020; PDLI11/12-5040-034; PDLI11/12-5019-046; PDLI11/12-5019-047; PDLI11/12-5040-048; PDLI11/12-5040-052 e PDLI11/12-5047-055 (Ver catálogo).

<sup>91</sup> M<sup>te</sup> António Pinto de Matos – *A Casa das Porcelanas. Cerâmica chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: Instituto Português de Museus e Philip Wilson Publishers, 1996, pp. 60-61 e 94-94.

<sup>92</sup> Florida Museum of Natural History, Lister type collection (nº2561). [Disponível em [https://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery\\_types/individual\\_display.asp?PhotoID=2561](https://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery_types/individual_display.asp?PhotoID=2561)., consultado em Maio de 2014] (Peça nº 2561)

<sup>93</sup> Paula Barreira; Paulo Dordio; Ricardo Teixeira – “200 anos de cerâmica na Casa do Infante do século XVI a meados do século XVIII.” In *Actas das II Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1995, p. 167. (Figura 37).

<sup>94</sup> Raquel Henriques da Silva; Isabel Maria Fernandes; Rodrigo Banha da Silva – *Olaria portuguesa: do fazer ao usar*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003, p. 122.



apresentam cronologias que abrangem toda a época moderna. Contudo, dada a proximidade desta estrutura, ao analisarmos a sequência estratigráfica, da construção da Praça D. Luís I, acreditamos que apesar destas cronologias estamos perante estruturas do século XIX<sup>95</sup>. Como tal, a estrutura portuária em estudo é sem dúvida anterior ao século XIX, possivelmente tratar-se-á de uma construção do século XVIII.

#### **2.4. O CAIS DA CASA DA MOEDA**

O carácter portuário da estrutura exumada na Praça D. Luís I, e estudada nesta dissertação, é irrefutável. Tratava-se de facto de uma evidência que detinha um contacto directo com o Rio Tejo durante um determinado período de tempo na época moderna. A componente construtiva presente era comum a diversas construções costeiras, maioritariamente portuguesas mas também europeias.

A evidência arqueológica em análise tratar-se-á muito possivelmente de uma parte do paredão do Pátio da Casa da Moeda, que teria também a funcionalidade de um cais<sup>96</sup>. De acordo com a análise realizada no 2.2., os seus princípios construtivos assemelham-se a diversas estruturas arqueológicas marítimas com o mesmo efeito. A utilização de madeira bem como a alvenaria em calcário fornecia à estrutura a resistência necessária aos avanços do rio, ao mesmo tempo que permitia a sua conservação sobre a água durante um grande período de tempo.

O intervalo cronológico que as evidências arqueológicas circundantes apresentam reforça a afirmação que este seria o Cais da Casa da Moeda de inícios do século XVIII. Dada a impossibilidade de análise dos materiais directamente relacionados com a estrutura portuária, efectuou-se, por sua vez, o estudo das realidades materiais situadas acima e abaixo do cais. A cronologia oferecida através dos materiais presentes sob o cais localiza-se entre os séculos XVII e XVIII, com a ressalva de que a sua maioria pertencia aos inícios do século XVIII. Os materiais arqueológicos correspondentes às estruturas de época contemporânea apresentam também cronologias do século XVIII.

---

<sup>95</sup> Analisado no ponto 2.1. desta dissertação.

<sup>96</sup> É possível observar esta correspondência através da análise da cartografia lisboeta geo-referenciada presente no “Lisboa interactiva” da Câmara Municipal de Lisboa [Disponível em <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>, consultado em Fevereiro de 2014]

Contudo, para além de assentar directamente sobre parte do cais, esta evidência arqueológica assenta também sobre níveis do aterro da Boavista<sup>97</sup>, o que poderá significar que estes materiais pertencem a níveis de aterro e, portanto, poderão apresentar cronologias relativamente abrangentes.

A sua posição em relação ao rio revela-nos, uma vez mais, o seu carácter marítimo. A estrutura apresentava uma ligeira inclinação no sentido Noroeste-Sudeste, em direcção ao rio Tejo. Por outro lado, a sua posição vertical da estrutura arqueológica (da qual apenas conhecemos a sua base e possivelmente se desenvolveria na vertical) coincide com o nível médio das águas (calculado através do Datum do marégrafo de Cascais), sendo que estes valores se alteraram ligeiramente desde a época moderna até à actualidade. A título de exemplo, entre meados do século XIX e o início do século XXI houve uma subida do nível médio das águas de 0,20 m<sup>98</sup>.

Não temos dados que permitem reconstituir a cota junto ao cais durante a sua utilização e, consequentemente, definir o calado máximo dos navios que ali podiam acostar. No entanto, a documentação disponível é interessante, revelando problemas frequentes de assoreamento ao longo das margens do Tejo. Por exemplo, em 1742 o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar revelou a sua preocupação relativamente ao embarque e desembarque nos cais da cidade. Notava-se que, tal como em muitos outros locais de Lisboa, no sítio da Boavista apenas era possível proceder-se ao embarque e desembarque durante a *preia-mar*, devido à acumulação de lixos e, consequentemente, de lamaçal<sup>99</sup>.

O local onde se encontra a Casa da Moeda teve um carácter marítimo antes da época moderna. No século XVI e na primeira metade do século XVII a área seria ocupada por uma praia fluvial, identificada arqueologicamente através de sedimentos fluviais e artefactos associados<sup>100</sup>. A praia da Boavista é ainda referida na documentação de finais

---

<sup>97</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola – *Op. Cit.* 2012, pp. 57-58.

<sup>98</sup> Alexandre Sarrazola – “A ERA Arqueologia e as mais recentes descobertas na Orla Ribeirinha de Lisboa”. Comunicação integrada no ciclo de conferências *Lisboa subterrânea: trajectos na arqueologia lisboeta contemporânea*, a 30 de Junho de 2014.

<sup>99</sup> “Carta do Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, António Guedes Pereira ao vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Gaspar Ferreira Aranha”, 9 de Outubro de 1742. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Vol. XIV. Lisboa: Typographia Universal, 1904, pp 104-108.

<sup>100</sup> Marta Lacasta Macedo; Alexandre Sarrazola – *Op. cit.* 2012, p.18.

do século XVI e inícios do século XVII<sup>101</sup>, sendo ainda representada iconograficamente por diversos autores da época, como Geogios Braunio, Pierre Aveline e Rombout van den Hoeye.

A estrutura identificada como grade de maré na Praça D. Luís I foi observada a cotas estratigráficas inferiores à estrutura portuária em estudo, revelando deste modo a sua pré-existência. Os materiais que lhe estão associados apontam para a segunda metade do século XVII e primeira metade da centúria seguinte, o que corresponde à existência no mesmo local da Junta da Companhia Geral do Comércio do Brasil<sup>102</sup>. Este edifício, bem como os adjacentes, foi erguido em 1649 na freguesia de São Paulo, onde permaneceu até 1720<sup>103</sup>.

A Junta Geral do Comércio do Brasil ficava encarregue de todas as embarcações que faziam o trajecto de e para o Brasil e, como tal, tratava-se possivelmente de um complexo repleto de prédios, armazéns, barracões, tabernas e cais com serventia exclusiva.<sup>104</sup>. A nível iconográfico, a principal evidência desta estrutura pode ser observada na panorâmica de Lisboa, em azulejo, anterior ao terramoto de 1755 (Figura 15). Este painel permite observar a ponte da Junta da Companhia Geral do Comércio do Brasil com um acesso privativo a um estaleiro e alguns edifícios, todos estes com uma localização próxima da Praça de S. Paulo<sup>105</sup>. Os seus vestígios materiais estão presentes, possivelmente, na grade de maré exumada na Praça D. Luís I, dada a localização desta instituição bem como a complexidade da evidência arqueológica.

---

<sup>101</sup> Júlio Castilho – *A ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893, pp. 532.

<sup>102</sup> Alexandre Sarrazola; José Bettencourt; André Teixeira – *Op. cit.* 2014, p. 111.

<sup>103</sup> Helena Murteira – “Freguesia de S. Paulo”. In Francisco Santana; Eduardo Sucena (dir.) – *Dicionário de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados Lda., 1994, p. 316.

<sup>104</sup> Norberto de Araújo – *Peregrinações em Lisboa*. 3ª Ed. Livro XIII. Lisboa: Veja, 1993, pp. 75-76.

<sup>105</sup> Paulo Henriques – *Lisboa antes do terramoto, grande vista da cidade entre 1700 e 1725*. Chandeigne: Gótica, 2004.

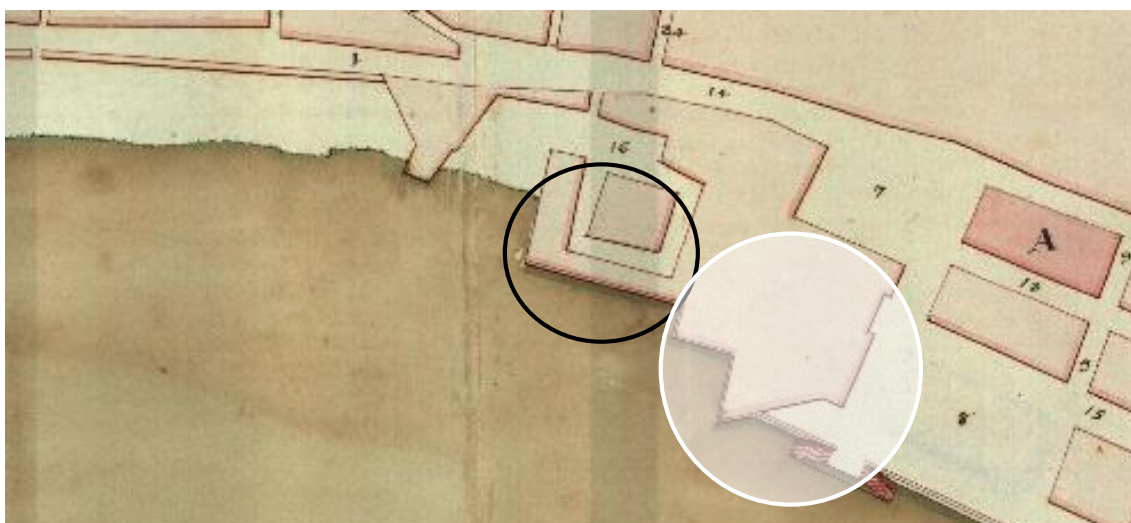


Figura 15 - Pormenor da praça de S. Paulo e da Junta da Companhia Geral do Comércio do Brasil no painel de azulejo “Vista de Lisboa anterior ao terramoto de 1755”, presente no Museu Nacional do Azulejo.

O forte, do qual parte da estrutura foi identificada nestas intervenções, foi construído a partir de 1662, visando num primeiro plano a protecção dos estaleiros de reparação naval e dos edifícios da Junta Geral do Comércio do Brasil, mais tarde terá servido para proteger o movimento marítimo associado à Casa da Moeda<sup>106</sup>. Este sofreu diversas reformulações ao longo da época moderna, das quais algumas poderão estar relacionadas com o momento de construção do pátio e paredão da Casa da Moeda e, consequentemente do cais associado. De uma forma geral, a posição estratigráfica vertical do cais e do forte na intervenção arqueológica coincide, registando-se apenas um desvio pouco significativo relativamente a ambas as bases de madeirame: a base que sustenta o Forte de São Paulo localiza-se a uma cota inferior. Para além disso, observou-se uma coesão construtiva entre as duas estruturas. O paredão do Forte de S. Paulo também estava assente sobre uma estrutura de madeirame (menos coesa que a base do cais) e apresentava uma alvenaria em silhares de calcário semelhante à estrutura portuária. O cunhal do paredão do forte era distinto, a nível pétreo, das restantes estruturas, o que reforça a ideia da sua pré-existência. Como tal, esta solução construtiva permitiu a aglutinação das duas estruturas e comprovou a coexistência das mesmas durante algum tempo.

<sup>106</sup> Nuno Valdez dos Santos – “Forte de São Paulo”. In Francisco Santana; Eduardo Sucena (dir.) – *Dicionário de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados Lda., 1994, p. 815.

Através da análise da cartografia também foi possível identificar esta relação, nomeadamente nos trabalhos de Carlos Mardel<sup>107</sup>. A Planta da Freguesia de S. Paulo, da autoria do Sargento-Mor Joseph Monteiro de Carvalho, demonstra o contacto directo do paredão da Casa da Moeda com o Rio Tejo, bem como a sua ligação ao Forte de São Paulo, entre 1756 e 1768 (Figura 16)<sup>108</sup>. Em representações mais tardias, em particular a de Duarte José Fava, é possível verificar a continuação do paredão da Casa da Moeda para Sudeste, reaproveitando possivelmente os restícios do forte<sup>109</sup>.



**Figura 16** – Pormenor da Casa da Moeda (a negro) e do Forte de São Paulo (a branco) na "Planta da Freguesia de São Paulo" pelo Sargento Mor Joseph de Carvalho Monteiro no Livro das Freguesias de Lisboa (Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo).

A Casa da Moeda foi transferida para a Ribeira da Junta Geral do Comércio do Brasil em 1720, no alinhamento da rua quinhentista da Bica de Duarte Belo e após a desactivação desta companhia. Anteriormente, no século XVII, localizava-se na Rua da Calcetaria com diversas estruturas destinadas à transformação de várias matérias-

<sup>107</sup> João Pedro Ribeiro – *Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel*. Lisboa, 1947. (Museu da Cidade de Lisboa, Colecção Cartografia, MC.GRA.35).

<sup>108</sup> "Livro de freguesias de Lisboa" in *Códices e documentos de proveniência desconhecida*. Nº 153. 1756-1768. f.40. Disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

<sup>109</sup> Duarte José Fava – *Carta topográfica de Lisboa e os seus subúrbios*. Lisboa, 1831. (Museu da Cidade de Lisboa, Colecção Cartografia, MC.GRA.481).

primas (por exemplo: cobre, ouro e prata). Detinha também inúmeros armazéns para o alojamento das suas mercadorias<sup>110</sup>.

A mudança da Casa da Moeda para a freguesia de São Paulo relaciona-se com o aumento da produção de moeda, associada ao crescimento demográfico e à mecanização do processo de cunhagem, traduzindo na necessidade de uma nova organização do espaço para o efeito. O aproveitamento das antigas estruturas da Junta Geral do Comércio do Brasil permitiu a criação de um cais privativo para o embarque e desembarque de determinadas mercadorias, nomeadamente ouro e pedras preciosas<sup>111</sup>. Seguindo a mesma lógica, foram também reaproveitados os armazéns da antiga companhia, localizados num dos limites da praia da Boavista, passando a denominar-se “Armazéns da Moeda”<sup>112</sup>. Deste modo, no século XVIII, a Casa da Moeda apresentava-se como um complexo rectangular, com o edifício principal quadrangular ao centro, circundado pelo Pátio da Casa da Moeda e por outros edifícios associados, como fundições, armazéns, escritórios, entre outros. Em 1740, procedeu-se à demolição de casas circundantes para a criação do Beco da Moeda, que dava acesso ao Pátio da Moeda, que por sua vez se dava o acesso directo ao rio<sup>113</sup>. Contudo, com o passar dos tempos, este começou a usufruir de uma serventia pública tolerada, devido principalmente ao facto do Forte de São Paulo – localizado nas proximidades – ter um acesso condicionado<sup>114</sup>.

A grande ruína de Lisboa resultante do terramoto de 1755 afectou grande parte da cidade, mas em especial as suas áreas costeiras e consequentemente, os equipamentos marítimos que detinha. No esforço da reedificação de Lisboa, o arquitecto do Reino Carlos Mardel foi um dos principais responsáveis pela reformulação do ordenamento da cidade. É nesta altura que se instalaram na ala Oeste do edifício exterior a Companhia Geral do Comércio de Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral

---

<sup>110</sup> Carlos Caetano – *A ribeira de Lisboa: na época da expansão portuguesa, séculos XV e XVIII*. Tese de Mestrado em História de Arte Moderna – Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp. 167-170.

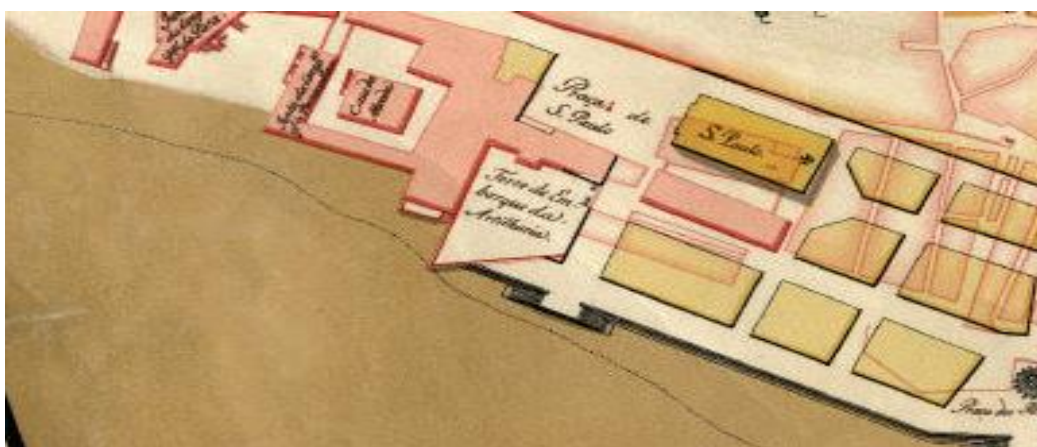
<sup>111</sup> Nestor Faria Vital – “Evolução histórica da Casa da Moeda de Lisboa”. In *Arqueologia e História: Estudos de Lisboa – Séculos XV a XIX (I Colóquio Temático: 6 a 7 de Novembro de 1998)*. Vol. 52. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e Edições Colibri, 2000. pp. 45-52.

<sup>112</sup> “Consulta da Câmara a el-rei”, 7 de junho de 1727. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1901, pp 120-124.

<sup>113</sup> Norberto Araújo – *Op. cit.* Livro XIII. 1993, pp. 64-65.

<sup>114</sup> Júlio Castilho – *Op. cit.* 1893, pp. 539.

do Comércio de Pernambuco e Paraíba, em 1755 e 1759, no âmbito do projecto pombalino de fomento dos negócios do Brasil<sup>115</sup>. No caso da Casa da Moeda, verificou-se a mesma preocupação, embora não se saiba se foi realizada uma simples reconstrução ou uma reformulação completa do local. No ano que se seguiu ao terramoto Carlos Mardel encarregou ao mestre pedreiro Francisco Ribeira a responsabilidade de reedificação desta instituição e de todos os seus edifícios, nomeadamente das oficinas. Não há, porém, qualquer especificação relativamente às estruturas que compõem a Casa da Moeda<sup>116</sup>.



**Figura 17** - Pormenor da Casa da Moeda na "Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel" de João Pedro Ribeiro (Fonte: Museu da Cidade de Lisboa, MC. GRA.35).

Cartograficamente, a Casa da Moeda aparenta não ter sofrido grandes alterações estruturais. Na "Carta Topográfica de Lisboa e os seus Suburbios", realizada por Carlos Mardel, foi representado a cor rosa o ordenamento lisboeta anterior ao terramoto de 1755 e a amarelo o plano das novas construções do pós-terramoto. Porém, é de referir que não se conhecem representações da Casa da Moeda neste local, anteriores ao terramoto de 1755 (Figura 17).

Na primeira metade do século XIX o complexo da Casa da Moeda contava com várias oficinas relacionadas com a transformação de metais e armazéns, de diversas

<sup>115</sup> Júlio Castilho— Idem.

<sup>116</sup> Carlos Mardel – "(Mç 19) Ofício sobre a reedificação da Casa da Moeda", 14 de Agosto de 1756. In Raul Lino; Luís Silveira (orient.) – *Documentos para a História de Arte em Portugal: núcleo de pergaminhos e papéis dos séculos XVII a XIX (Arquivo Histórico Ultramarino)*. Vol. 10. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, pp. 45-46.



instituições, como a Junta das Companhias de Grão Pará e Maranhão, os Armazéns da Real Saboaria, o Tribunal da Companhia, a Tesouraria Geral das Tenças, a Tesouraria Real dos Juros Reais, a Intendência Geral das Minas e Metais do Reino, entre outras (Figura 18)<sup>117</sup>.

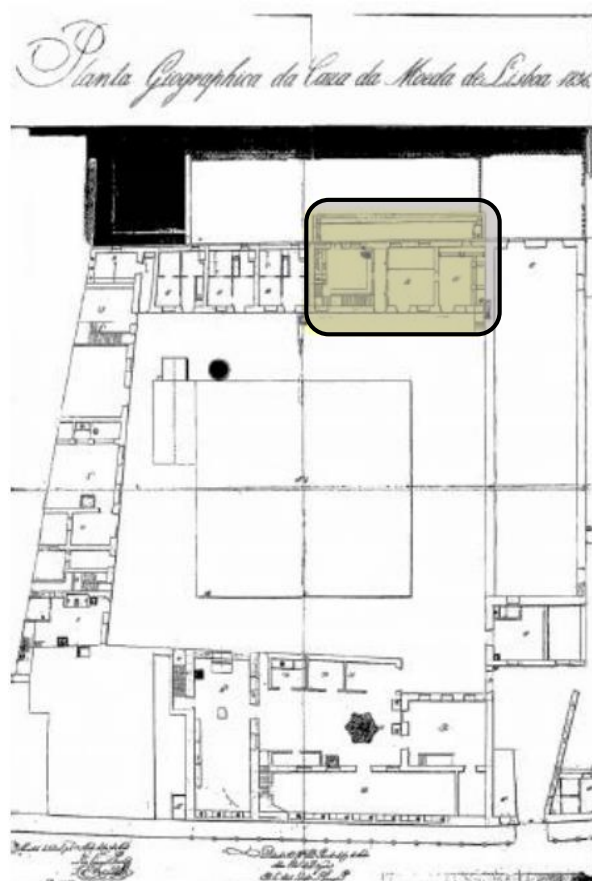


**Figura 18** – Pormenor da Casa da Moeda na “Carta topográfica de Lisboa e os seus subúrbios” de Duarte José Fava em 1831 (Fonte: Museu da Cidade de Lisboa, MC.GRA.481).

É possível que em 1836, segundo a “Planta Geográfica da Casa da Moeda” de Luiz Gonzaga Pereira, o paredão da Casa da Moeda já não funcionasse para o embarque e desembarque, tendo em conta que no local se encontrava o alpendre adjacente ao laboratório químico da Casa da Moeda que se estendia sobre a praia da Moeda, protegida por uma rede de estacaria (Figura 19)<sup>118</sup>. Esta construção poderá ser uma evolução de um cais coberto integrado no paredão da Casa da Moeda, contudo esta é apenas uma hipótese dado que historiograficamente e arqueologicamente não se identificam estes indícios.

<sup>117</sup> Paulo Dordio – *A Casa da Moeda de Lisboa em São Paulo (1720-1940)*. 2005. Arquivo Histórico da Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

<sup>118</sup> Márcia Helena Ferraz – “O laboratório químico da Casa da Moeda de Lisboa no século XIX: espaço físico e instrumentos”. In *Circumscribere. International Journal for History of Science*. Nº1, 2006, pp. 11-23. [Disponível em [revistas.pucsp.br/index.php/circumhc/article/download/554/999](http://revistas.pucsp.br/index.php/circumhc/article/download/554/999), consultado em Agosto de 2014].



**Figura 19** - Pormenor do laboratório químico e do alpendre associado da Casa da Moeda na "Planta Geográfica da Casa da Moeda" de Luiz Gonzaga Pereira, em 1836. (Fonte: Márcia Ferraz, "O laboratório químico da Casa da Moeda de Lisboa no século XIX: espaço físico e instrumentos", Circumscribere).

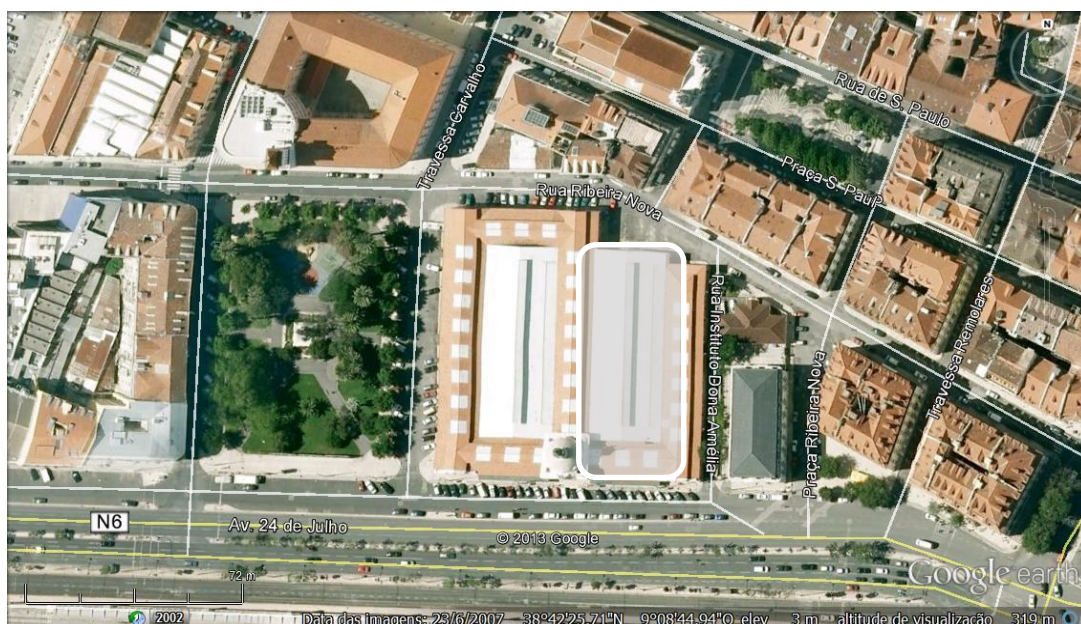
Em conclusão, a análise da documentação arqueológica e histórica confirma que a estrutura portuária identificada na Praça D. Luís corresponde aos restos do cais da Casa da Moeda. A cartografia da época, a documentação disponível e a análise estrutural comparativa demonstram que poderemos estar perante um cais integrado no paredão da Casa da Moeda, de inícios do século XVIII, utilizado para o embarque e desembarque de mercadorias. Em funcionamento desde a transferência da Casa da Moeda para o local, o cais manteve-se em actividade possivelmente até aos primeiros avanços do Aterro da Boavista, já na segunda metade do século XIX<sup>119</sup> (analisado no ponto 3.4. desta dissertação).

<sup>119</sup> Norberto de Araújo – *Op. cit.* Livro XIII. 1993, pp. 85.

### 3. O MERCADO DA RIBEIRA

#### 3.1. O SÍTIO ARQUEOLÓGICO

O Mercado da Ribeira localiza-se na freguesia da Misericórdia, sobre as coordenadas 38° 42' 24.40'' N e 9° 08' 44.57'' O. Actualmente o complexo é rodeado a Norte pela Rua da Ribeira Nova, a Sul pela Av. 24 de Julho, a Oriente pela Rua do Instituto D. Amélia e a Ocidente pela Praça D. Luís I. A intervenção arqueológica, realizada em 2003, concentrou-se na parte Oriental do Mercado da Ribeira (Figura 20). Tendo em conta que o empreendimento, destinado à reformulação do edifício, iria se debruçar sobre toda a área referida tornou-se fundamental o acompanhamento arqueológico sistemático (Figura 21). Importa, no entanto, referir que numa primeira fase a escavação foi realizada com o auxílio de meios mecânicos. Dada a extensa área de intervenção, esta foi dividida em dois sectores de modo a facilitar a sua escavação e posteriormente a sua interpretação. A metodologia aplicada nesta intervenção baseou-se nos princípios de Barker e de Harris<sup>120</sup>.

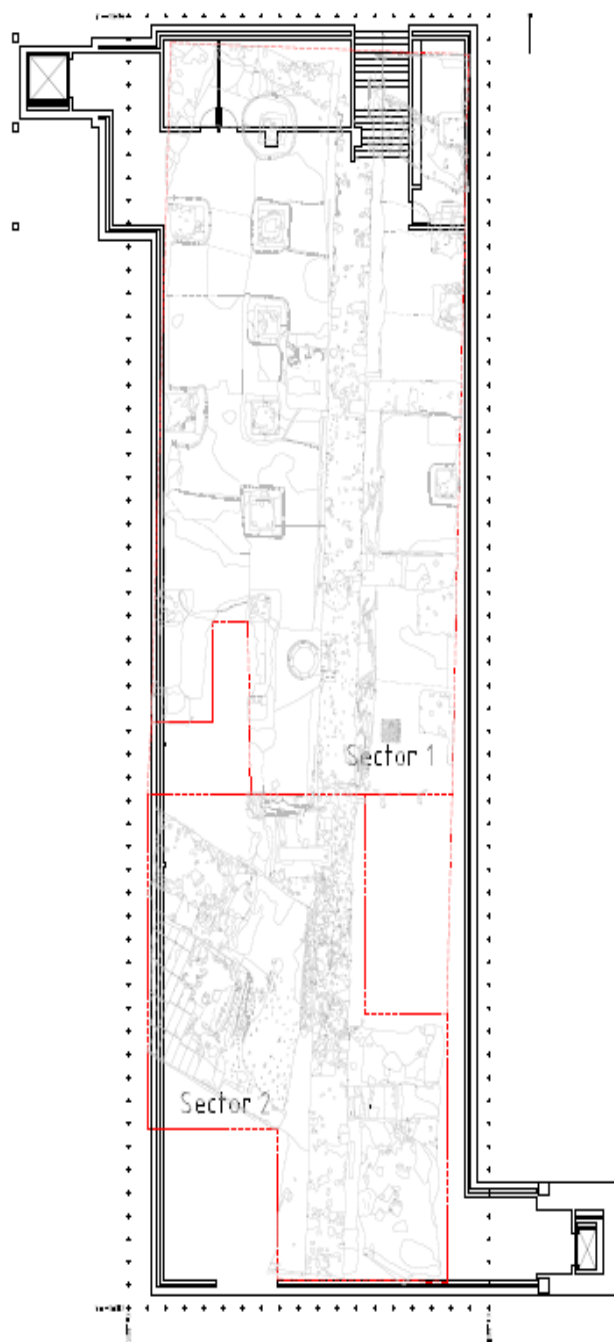


**Figura 20** – Localização do Mercado da Ribeira, realçando a área intervencionada. (Fonte: Google Earth, 28 de Janeiro de 2014)

Os elementos mais representativos da vivência lisboeta na ala nascente do Mercado da Ribeira, identificados na escavação arqueológica, prendem-se por depósitos de aluvião do século XVII, um paramento possivelmente pertencente ao Forte de S.

<sup>120</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Mercado da Ribeira: Relatório final de trabalhos arqueológicos*. Lisboa: ERA – Arqueologia, S.A., 2004, pp. 6-7.

Paulo, uma calçada de acesso à praia fluvial do século XVII, um cais que será analisado com pormenor mais adiante e os primeiros indícios do antigo mercado da Avenida 24 de Julho no século XIX bem como as diversas reestruturações que o Mercado da Ribeira sofreu nos finais do século XIX e no século XX<sup>121</sup>.



**Figura 21** – Identificação dos sectores na intervenção. (Fonte: ERA – Arqueologia S.A.)

A evidência arqueológica cronologicamente mais antiga identificada na intervenção foi sequência de depósitos de aterros ou de aluvião classificados como sendo do século XVI. Estes foram observados quer ao longo do Sector 1, entre 0,46 m e 0,24 m abaixo do nível médio das águas do mar segundo o Datum do marégrafo de Cascais<sup>122</sup>. Entre os materiais datantes classificados aquando a intervenção destacam-se os fragmentos de azulejo com decoração azul sobre esmalte branco ou azul e amarelo sobre esmalte branco, dos séculos XVII/XVIII; fragmentos de porcelana da Dinastia Ming, nomeadamente do reinado Jiajing; hastes de cachimbo de caulino decorados com linhas denticuladas inscritas e linhas de círculos, motivo este que foi muito vulgarmente utilizado no século XVIII, não obstante o seu fabrico anterior e fragmentos de faiança com decorações diversas, nomeadamente motivos decorativos das três contas, orla de triângulos e aranhões, identificadas como pertencentes entre século XVII ao primeiro quartel do século XVIII<sup>123</sup>. Dada a diferença entre a cronologia atribuída e a datação dos materiais arqueológicos, é possível que estes depósitos sejam do século XVII e não do século XVI, como os tinham identificados.

Sobre estes depósitos foi identificada, ao longo da área Sul do Sector 1, uma calçada a cotas compreendidas entre 0,51 m e 0,17 m abaixo do nível médio das águas, apresentando por isso um certo desnível. A calçada desenvolvia-se de Noroeste para Sudeste e era constituída por diversos seixos de quartzito, pedras de pequena dimensão de quartzo e granito, assim como alguma cerâmica de construção (Figura 22). Esta serviria possivelmente para o acesso ao rio ou à praia fluvial moderna e apresentava uma inclinação Norte-Sul, ou seja em direcção à orla fluvial<sup>124</sup>. Dos materiais circundantes a esta estrutura arqueológica foram registados diversos fragmentos de porcelana interpretados como pertencentes à dinastia Ming e fragmentos de faiança, com decorações a azul sobre esmalte branco e a azul e manganês, pelo que a sua interpretação forneceram uma datação entre a segunda metade do século XVII e o primeiro quartel do século XVIII<sup>125</sup>. É possível que a construção desta calçada tenha sido realizada nos inícios do século XVIII dada a sua sobreposição face aos depósitos de

---

<sup>122</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, 2004, p. 15.

<sup>123</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, pp. 40-47.

<sup>124</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, p.16.

<sup>125</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, pp. 41-42.



aluvião. A proximidade cronológica da análise de ambos os conjuntos cerâmicos não invalida, contudo, a sua posterioridade face aos depósitos referidos.



**Figura 22** – Localização da calçada no seio da intervenção, realçada a cizento (Fonte: ERA – Arqueologia S. A.)

Na área Norte do Sector 1 foram observadas duas estruturas, interpretadas como o piso de circulação associado à estrutura portuária analisada nesta dissertação, entre os 0,22 m e os 0,70 m acima do nível médio das águas do mar (Figura 23). Estruturalmente tratavam-se de construções composta por blocos pétreos de calcário de pequena e média dimensão, com ligações argamassadas, ambas com uma orientação Oeste-Este<sup>126</sup>. Não constatamos, porém, nenhuma relação entre a estrutura portuária em estudo e estas estruturas dada à inexistência de materiais arqueológicos associados a estas. Como, tal dificilmente podemos afirmar que estas estruturas tratam-se do piso de circulação referido anteriormente.

A estrutura identificada como paramento Norte do Forte de S. Paulo foi observada na extremidade Noroeste do Sector 1, sobre as estruturas anteriormente descritas (Figura 23). Construído em alvenaria composta por margas, blocos de calcário e argamassa, o paramento detinha uma orientação nordeste-sudoeste. Estratigraficamente foi registada apenas a destruição desta evidência arqueológica a cotas compreendidas entre os 0,28 m e 0,44 m abaixo do nível médio das águas<sup>127</sup>. A análise do material arqueológico associado a esta estrutura permitiu registar fragmentos de faianças e azulejos com datações entre a segunda metade do século XVII e o primeiro quartel do século XVIII<sup>128</sup>.

O Sector 2 era ocupado, quase na sua totalidade, pela estrutura marítima identificada como o cais de S. Paulo, presente no local no século XVII e aqui estudada (Figura 23). Esta evidência arqueológica bem como parte da estrutura marítima foram parcialmente destruídos pela implantação de uma vala recta orientada Norte-Sul<sup>129</sup>. Esta corresponde a uma estrutura negativa que segue uma orientação Norte-Sul, a mesma orientação das estruturas que destrói mas também que o pontão do cais (se este estivesse completamente preservado). No seu interior desta estrutura negativa foi também observada uma estaca de pinho.

---

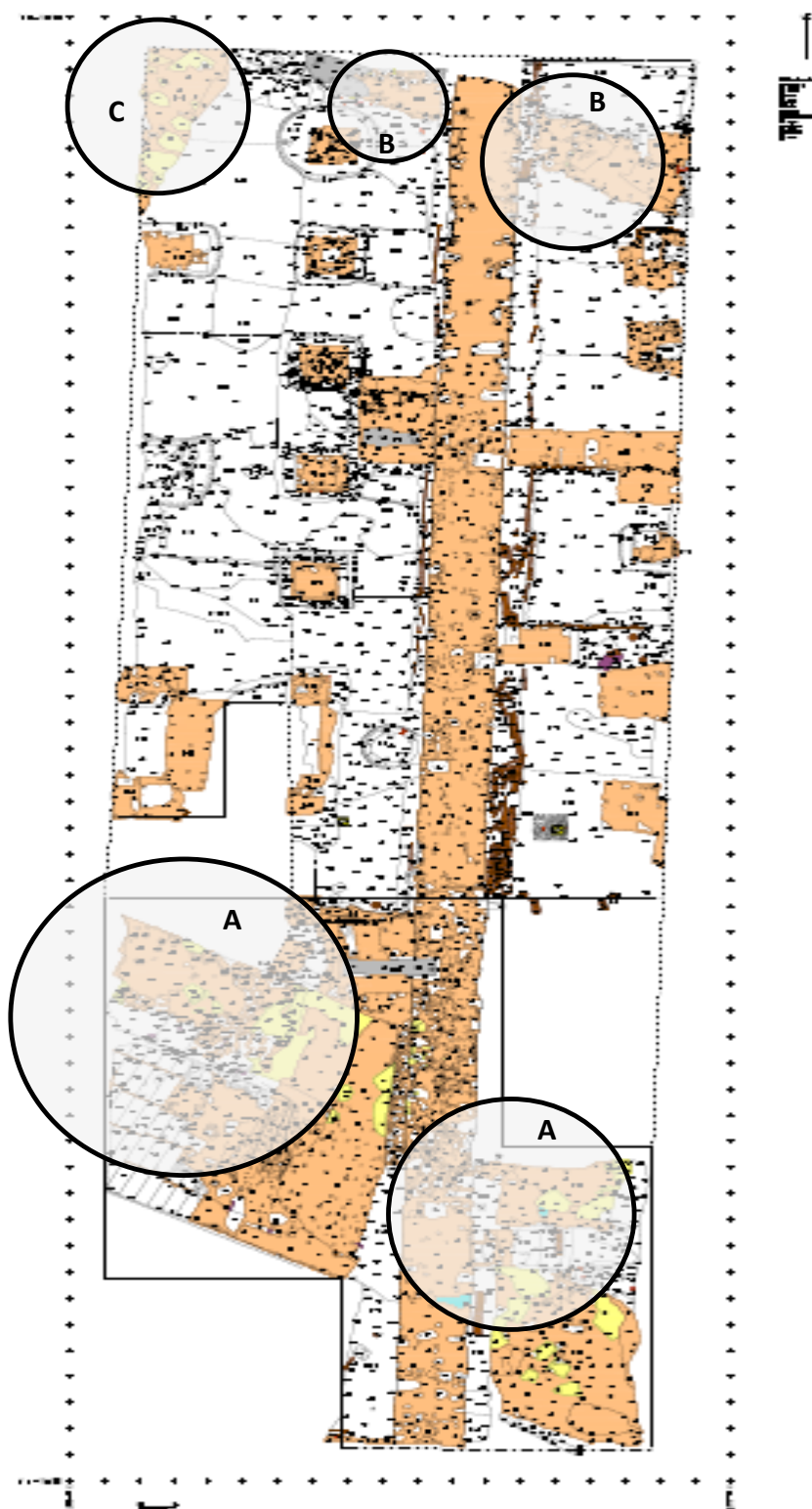
<sup>126</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, p. 18.

<sup>127</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, p. 16.

<sup>128</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, p. 41.

<sup>129</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, pp. 18-20.





**Figura 23** - Plano final da intervenção arqueológica, com a identificação das diversas evidências arqueológicas (A: Estrutura portuária; B: Estruturas classificadas como o piso de circulação do cais; C: Paramento do Forte de São Paulo). (Fonte: ERA – Arqueologia S. A.)

Associada a este momento e interpretada como resultado de alterações sofridas pelo Cais de São Paulo foi observada uma estrutura argamassada no limite Norte do Sector 2. Apresentava uma orientação Norte-Sul e encontrava-se a 0,18 m abaixo do nível médio das águas do mar. A Norte desta estrutura, mas sem qualquer relação foi localizada, já no Sector 1, uma estaca de pinho<sup>130</sup>. Importa salientar desde já que a escassez de informações relativas a esta estrutura, assim como a falta de dados sobre os materiais arqueológicos associados, não permite afirmar com segurança que esta evidência arqueológica esteja efectivamente relacionada com o cais, hipótese que se baseava apenas na sua orientação. Poderá tratar-se apenas de alterações ao cais de São Paulo no decurso do século XVII ou inícios do século XVIII, ou simplesmente parte integrante de novas estruturas após o abandono do mesmo.

Os depósitos de aterro, o cais e as estruturas argamassadas foram destruídos com a implantação de um muro e respectiva vala. Localizados a cotas compreendidas entre os 0,59 m e os 0,99 m acima do nível médio das águas, estas detinham uma orientação Norte-Sul e dividiam o espaço da intervenção arqueológica em dois. Os materiais estudados associados a estas evidências arqueológicas contam com um fragmento de faiança e alguns fragmentos de azulejo com decoração esponjada a azul, com cronologias dos finais do século XVIII a inícios do século XIX<sup>131</sup>. Posteriormente foram adossadas duas construções em alvenaria à secção oeste deste muro. Desenvolviam de Norte para Sul e assentavam sobre alguns pilares<sup>132</sup>. Este poderá estar associado evidências estruturais do Mercado da Ribeira Nova, construído no local no último quartel do século XVIII.

Os vestígios da reestruturação urbanística da zona ribeirinha de Lisboa na segunda metade do século XIX foram igualmente identificados na intervenção do Mercado da Ribeira, devido à presença de diversas estruturas que destruíram os depósitos mais recuados cronologicamente. No Sector 1 surgiram oito pilares orientados no sentido Norte-Sul, enquanto no Sector 2 surgiu outro pilar com a mesma orientação (Figura 24). A implantação destes pilares, entre sensivelmente os 0,08 m e os 0,72 m acima do nível médio das águas do mar arrasou os depósitos associados à destruição do

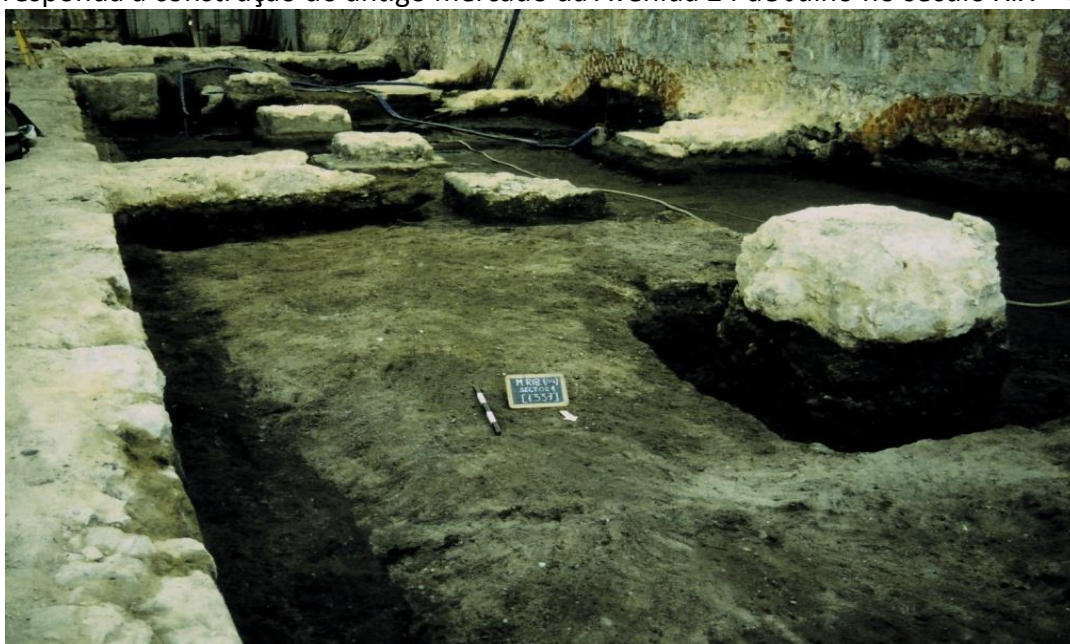
---

<sup>130</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, p. 20.

<sup>131</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, p. 23-25.

<sup>132</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, pp. 23-30.

paramento nordeste do Forte de S. Paulo. Do ponto de vista construtivo, os pilares eram compostos por alvenaria colocada sobre as respectivas valas de fundação, que detinham um formato quadrangular<sup>133</sup>. O material arqueológico das valas de fundação dos pilares localizados no Sector 1 incluíam fragmentos de azulejo com decorações diversas, nomeadamente decoração esponjada a azul, marmoreada e esponjada a vinoso, fragmentos de faiança decorada a vinoso, azul e manganês, azul sobre esmalte branco e com decoração segundo a técnica do papel impresso e fragmentos de porcelana. Todos estes materiais foram enquadrados num intervalo cronológico entre a segunda metade do século XVII (com pouca expressão) e a segunda metade do século XIX. O aparecimento de materiais arqueológicos anteriores poderá dever-se à utilização de depósitos mais antigos para o enchimento destas valas, sendo os vestígios do século XIX largamente maioritárias<sup>134</sup>. Como tal, é provável que este momento de ocupação corresponda à construção do antigo mercado da Avenida 24 de Julho no século XIX<sup>135</sup>.



**Figura 24** – Registo fotográfico de alguns dos pilares identificados. (Fonte: ERA – Arqueologia S.A.)

Ao longo de todo o Sector 1 proliferaram diversas estruturas em alvenaria de dimensões médias, assim como outras em cantaria. Estas assentavam sobre os estratos anteriormente referidos, nomeadamente os pilares correspondentes à construção do

<sup>133</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, pp. 21-22.

<sup>134</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, p. 43-45.

<sup>135</sup> Norberto Araújo – *Op. cit.* Livro XIII. 1993, pp. 84.

antigo mercado da Avenida 24 de Julho, encontrando-se a cotas médias entre os 0,20 m e os 0,40 m acima do nível médio das águas. Estas estruturas variadas apresentavam diferentes formatos: quadrangulares, em “L”, circulares ou sub-circulares (indicando a possível existência de um poço no antigo mercado da Avenida 24 de Julho. Por sua vez, no Sector 2 surgiram também estruturas da mesma natureza que parecem pertencem ao mesmo momento, nomeadamente uma constituída por lajes de calcário oblíquas, que assentava sobre um dos núcleos do pontão do cais de S. Paulo, entre os 0,28 m e 0,54 m acima do nível médio das águas. As restantes estruturas localizavam-se a Este do muro e eram construídas em alvenaria<sup>136</sup>.

A construção do actual Mercado da Ribeira ficou registada nos seus alicerces em dois modelos construtivos distintos: os alicerces de arco de volta perfeita compostos por tijolo burro e os alicerces em alvenaria com blocos de pedra, calcário ou margas ligados por argamassa. Relativamente à sua localização vertical na intervenção, estas estruturas assentam sobre diversas fases reaproveitando várias estruturas pré-existentes<sup>137</sup>.

A última fase de utilização do espaço corresponde ao aterro para de nivelamento desta área para a construção do pavimento da ala Este do Mercado da Ribeira. Ao longo de toda a área intervenção, este aterro encerra com uma camada de betão<sup>138</sup>.

Em suma, as realidades arqueológicas observadas na intervenção do Mercado da Ribeira recuam possivelmente até aos finais do século XVI com a presença de vestígios da praia fluvial, passando pela presença do possível forte de S. Paulo e terminando com a construção do Mercado da Avenida 24 de Julho. Estes elementos traduzem-se em novos dados para a reconstituição histórica da orla ribeirinha da Lisboa Moderna, registando principalmente as grandes alterações urbanísticas pombalinas no pós-terramoto, nomeadamente a ligeira alteração no que respeita à orientação das construções em relação à linha de água - factor que se torna proeminente ao observar a estrutura portuária seguinte.

---

<sup>136</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, . pp. 27-29.

<sup>137</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, p. 31.

<sup>138</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, p. 33.

### 3.2. A ESTRUTURA PORTUÁRIA

A estrutura portuária observada na intervenção do Mercado da Ribeira ocupava grande parte do Sector 2 desta intervenção. Adoptando uma orientação Noroeste-Sudeste, foram identificados quatro núcleos contíguos: a escadaria e três partes do pontão (Figuras 25 e 26). A escadaria surgiu a Sudoeste, sensivelmente entre os 0,65 m e os 0,09 m abaixo do nível médio das águas. Esta era constituída por alvenaria de blocos pétreos de calcário ligados com argamassa. Por sua vez, os três núcleos do pontão apareciam a meio do Sector 2 e a Sudeste entre 0,38 m abaixo do nível médio das águas e os 0,70 m acima do nível médio das águas. Estes núcleos acompanham o mesmo processo construtivo que a escadaria, tendo porém blocos de margas que formavam um grande monólito<sup>139</sup>. Convém referir que o pontão estava cortado por evidências



**Figura 25** – Vista Noroeste da estrutura portuária. (Fonte: ERA – Arqueologia S.A.)

arqueológicas de cronologias posteriores, apresentando-se dividido em três. Todavia se considerarmos as evidências como um todo a sua dimensão máxima registava um comprimento de 7,68 m na sua secção sul e 7,50 m de largura na secção Oeste.

---

<sup>139</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, p. 17.





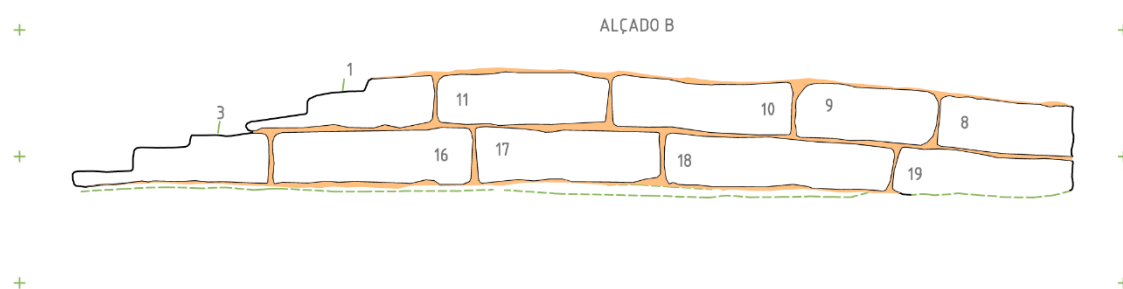
**Figura 26** – Vista Sul da estrutura portuária. (Fonte: ERA – Arqueologia S.A.)

Esta estrutura portuária estaria, possivelmente, assente num reticulado de toros de madeira, devidamente talhados e com encaixes próprios para o efeito, sobre uma rede de estacaria, como se pode observar no registo fotográfico da intervenção (Figura 27).



**Figura 27** - Desmonte no cais, presença de uma estrutura reticulada em madeira no canto superior esquerdo (Fonte: ERA-Arqueologia, S.A.)

A escadaria, localizada a Sul e associada a parte do pontão composto por alvenaria, detinha uma largura máxima de 5,70 m e uma inclinação de 12° no sentido Este-Oeste<sup>140</sup>. Do ponto de vista construtivo, a escadaria era composta por treze blocos pétreos de calcário, com áreas compreendidas entre os 0,14 m<sup>2</sup> e os 1,67 m<sup>2</sup>. Os blocos pétreos apresentados em primeiro plano estavam, na sua maioria, talhados com três degraus por bloco de modo a formar a escadaria (Figura 28). Alguns destes, dispostos no topo, estavam também cobertos parcialmente por argamassa ou pelo monólito resultante do enchimento da escadaria, como é o caso dos nº 12 + 12A + 12B, 5 + 5A e 2. Portanto, apresentavam uma área compreendida entre os 0,50 m<sup>2</sup> (nº 2) e os 0,52 m<sup>2</sup> (nº 12 + 12A + 12B), com a excepção do nº 5 + 5A que exibia uma área de 1,15 m<sup>2</sup> pois o monólito sobrepunha-se apenas a 15% do bloco pétreo em questão. Por sua vez, os blocos pétreos nº 24, 25 e 26<sup>141</sup> diferiam em relação ao valor das áreas do conjunto: 0,39 m<sup>2</sup>, 0,72 m<sup>2</sup> e 0,14 m<sup>2</sup>, respectivamente (Figura 29 e Gráfico 4). A principal justificação para esta diferença prende-se com a localização sua no seio da intervenção arqueológica, pois estes encaixam-se no corte oeste composto por parte da infraestrutura do actual Mercado da Ribeira, impossibilitando deste modo a sua escavação integral.



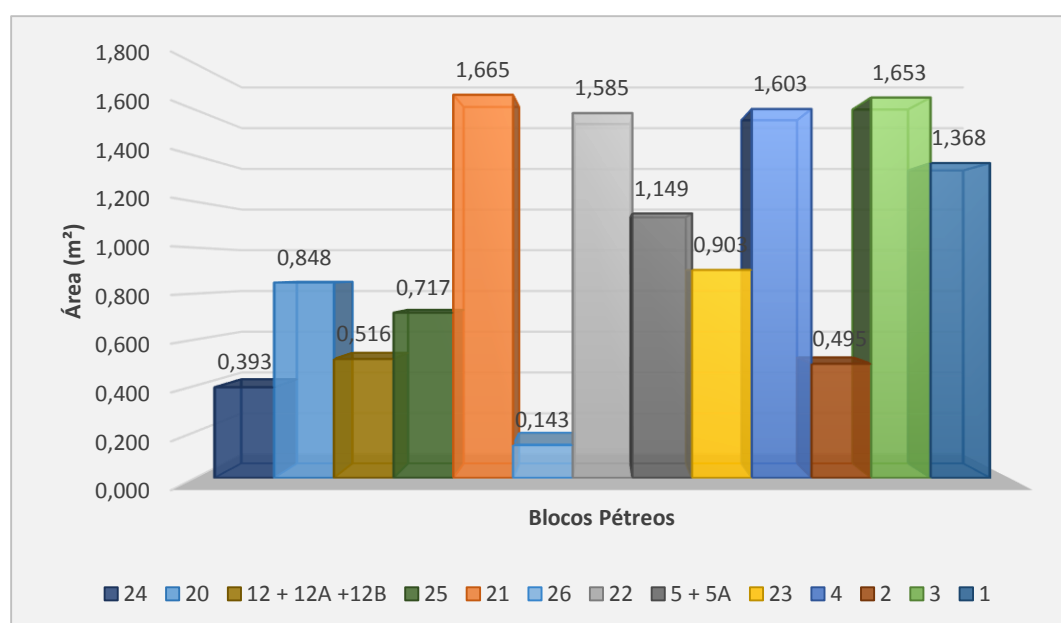
**Figura 28** – Registo gráfico do alçado B do cais presente no Mercado da Ribeira, com o realce da numeração atribuída aos silhares (Fonte: ERA-Arqueologia S.A.).

<sup>140</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto –Idem.

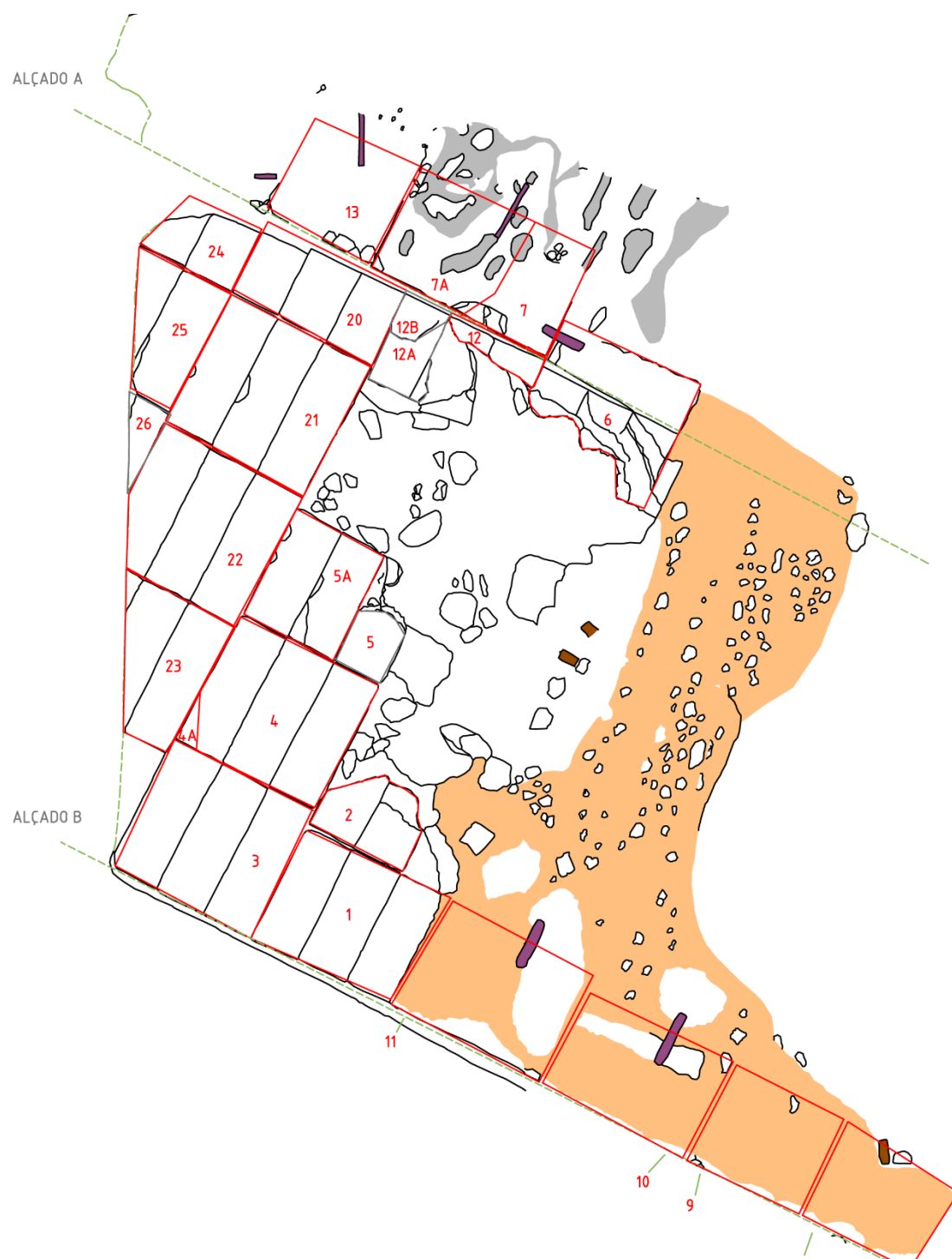
<sup>141</sup> Nomeação atribuída pela autora referente aos blocos pétreos registados junto ao corte oeste da intervenção arqueológica. Contudo, estes não serão contabilizados para a futura reconstrução da mesma estrutura.



Quer a inclinação registada, quer as suas cotas, demonstram que esta parte específica da evidência arqueológica funcionava como acesso directo ao mar, visto que os blocos pétreos no topo estão a cotas médias de 0,41 m acima do nível médio das águas e os localizados no fundo da escadaria apresentam cotas médias de 0,65 m abaixo do nível médio das águas.



**Gráfico 4** - Área dos blocos pétreos da escadaria da estrutura do Mercado da Ribeira.



**Figura 29** – Registo gráfico do cais presente no Mercado da Ribeira, com o realce a vermelho da numeração atribuída aos silhares (Fonte: ERA-Arqueologia S.A.).

A área do pontão localizada na secção Noroeste apresentava-se com três fiadas de blocos pétreos de margas, meticulosamente alinhados, e com ligante em argamassa (Figura 30). A sua secção Oeste, em relação directa com a escadaria, localizava-se entre os 0,56 m e os 0,40 m abaixo do nível médio das águas, enquanto a sua secção Este encontrava-se entre os 0,30 e os 0,70 m acima do nível médio das águas. Como tal, esta parte integrante da estrutura apresentava uma inclinação de cerca de 3° no sentido Este-Oeste. A presença de gatos de ferro, por sua vez, tinha o objectivo de reforçar a ligação entre os blocos pétreos, bem como entre os silhares e os blocos de enchimento. No total foram registados sete gatos de ferro, cuja dispersão espacial concentrava-se essencialmente num dos núcleos do pontão e na escadaria, quatro e três respectivamente (Figura 31). Estes eram fixos com chumbo em cavidades abertas propositalmente nos blocos pétreos. Mediam, em média, 0,3 x 0,05 x 0,005<sup>142</sup>.



**Figura 30** - Alçado de um dos núcleos do pontão (UE 2069) (Fonte: ERA-Arqueologia, S. A.)

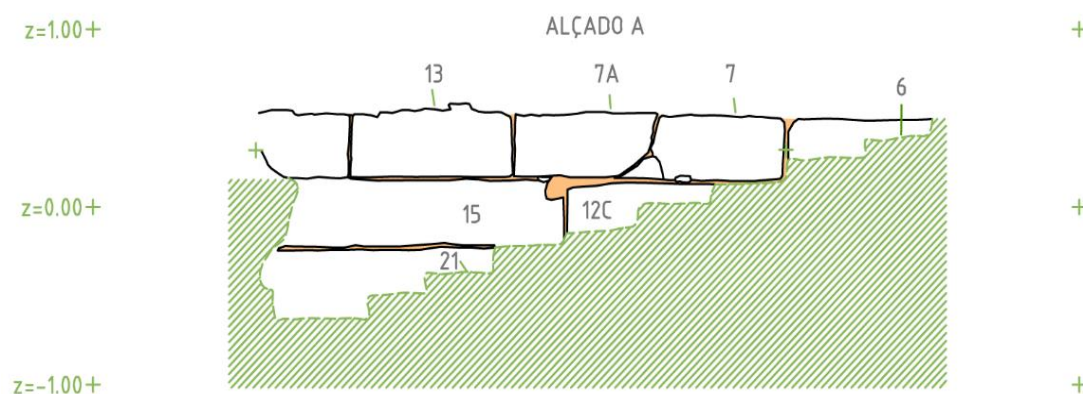
---

<sup>142</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, – *Op. cit.* p. 54.



**Figura 31** - Exemplo de um dos gatos de ferro presentes no cais (Fonte: ERA-Arqueologia, S.A.)

Os blocos pétreos localizados nas fiadas superiores tinham formato rectangular, enquanto os restantes, presentes em fiadas inferiores, estavam lavrados de forma a encaixarem na perfeição sobre a escadaria, adoptando a configuração da mesma (Figura 32). Da análise destes elementos específicos foi possível determinar que, dos sete blocos pétreos que formam este alçado, três possuíam dimensões muito semelhantes, os nº 13, 7 e 7A<sup>143</sup>, entre os 0,35 m e 0,38 m de altura e os 0,80 m e 1 m de comprimento. Este



**Figura 32** – Registo gráfico do alçado A do cais presente no Mercado da Ribeira, com o realce da numeração atribuída aos silhares (Fonte: ERA-Arqueologia S.A.).

<sup>143</sup> Esta nomeação foi atribuída pela empresa de modo a facilitar o desmonte do cais e a sua posterior reconstrução (Figura 29).

subgrupo constitua a fiada superior, localizada sensivelmente 0,31 m acima do nível médio das águas, e portanto não necessitava do talhe de forma a encaixar na escadaria.

Por sua vez, as outras duas evidências do pontão, localizadas no extremo Este do Sector 2, apresentavam-se como dois monólitos contíguos, compostos por blocos pétreos de margas de pequena e média dimensão, ligados entre si por argamassa. Ambos os núcleos são semelhantes construtivamente, contudo com alguns elementos de diferenciação.

Uma das partes do monólito apresentava-se a cotas compreendidas entre os 0,12 e os 0,58 m acima do nível médio das águas. Por sua vez, no monólito localizado imediatamente a Sul deste foi identificado uma pequena parcela de *calcário lumachelis*, distinta e correspondendo possivelmente a 5% do monólito<sup>144</sup>. Relativamente à sua localização vertical na escavação arqueológica, este estendia-se entre os 0,38 m abaixo do nível médio das águas e 0,47 m acima do mesmo. Estes dois componentes do pontão do cais tinham uma presença elevada de argamassas, possibilitando a formação de dois grandes monólitos, como anteriormente referido.

As posições estratigráficas dos três núcleos do pontão do cais diferem sensivelmente 40 cm entre si. O núcleo em alvenaria apresentava, por si só, uma inclinação de cerca de 3º no sentido Este-Oeste<sup>145</sup>.

Dado o contraste entre o registo de cotas negativas da parte Oeste do pontão e as médias das cotas registadas nos monólitos existentes na secção Este, concluímos que o núcleo em alvenaria aproximava-se das cotas negativas da escadaria. Pelo que, esta disparidade relativa observada em todos os elementos constituintes do pontão poderá estar relacionada com a destruição no pós-abandono da estrutura portuária.

O cais registado na intervenção arqueológica do Mercado da Ribeira encontrava-se em boas condições de conservação. A sua interpretação como sendo uma estrutura portuária com o objectivo de embarque e desembarque de mercadorias e pessoas foi realizada sem grandes dúvidas. A sua posição e ligeira inclinação em direcção ao rio Tejo,

---

<sup>144</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, p. 54.

<sup>145</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, p. 54.

bem como a presença da escadaria e o arranque de um possível pontão perpendicular ao rio, atestam claramente estas funções.

A estrutura pétreia coesa observada, composta por uma alvenaria de silhares de calcário rectangulares consolidados (com ligantes em argamassa e gatos de ferros) assemelha-se a diversos exemplares portugueses de construção da mesma natureza, especificamente. O princípio construtivo descrito, em particular a utilização de gatos de ferro, foi aferido tanto no cais localizado no Terreiro do Paço<sup>146</sup> (referido no ponto 2.4), como no cais da Casa da Moeda (também analisado nesta dissertação). Todavia, estas não são as únicas evidências arqueológicas portuguesas que apresentam este tipo de construção.

Recentemente, durante obras de requalificação da frente ribeirinha de Alcochete, foi registado um cais identificado como o Cais do Espírito Santo que, segundo a informação histórica disponível terá sido destruído no terramoto de 1755. Morfológicamente, este cais era distinto do aqui analisado por ter um formato semicircular, mas o seu método de construção segue a mesma lógica, através de uma alvenaria de blocos pétreos rectangulares em calcário, consolidados com argamassa<sup>147</sup>.

A presença de escadarias nos cais de acesso ao mar é uma característica ainda hoje observada em muitas estruturas do género. Por exemplo, numa estrutura detectada em 2013 na Ribeira das Naus<sup>148</sup>, com duas escadarias, possivelmente da primeira metade do século XIX, visto estarem representadas numa planta de meados deste século<sup>149</sup>. Esta partilha ainda com o cais registado na intervenção arqueológica do Mercado da Ribeira a construção em silhares de calcário desenvolvendo-se

---

<sup>146</sup> César A. Neves; Andrea; L. Martins, Gonçalo; M<sup>a</sup> Luísa Luísa – *Op. cit.* 2012, pp. 613-626.

<sup>147</sup> Miguel Correia; António González; Jorge Freire – “Elementos sobre a evolução histórica da frente ribeirinha de Alcochete”. In *Al-Madan Online*. II Série. Nº 19 (Tomo 1). Almada: Centro de Arqueologia de Almada, Julho de 2014, pp. 161-168. (Disponível em: [http://issuu.com/almadan/docs/al\\_madanonline19\\_1](http://issuu.com/almadan/docs/al_madanonline19_1) ; consultado em Agosto de 2014).

<sup>148</sup> Estrutura identificada durante as obras de requalificação da Ribeira das Naus, contudo o relatório da intervenção arqueológica realizada pela equipa de arqueologia do Museu da Cidade ainda não se encontra disponível.

<sup>149</sup> F. Ferry Vidal – *Planta da cidade de Lisboa contendo o aterro do Bôa Vista, estações dos caminhos de ferro, circunvalação e todos os melhoramentos posteriores a 1843: dividido em bairros e freguezias*. Lisboa: Lithographia de Vasques, 1864. Biblioteca Nacional Digital, Colecção Cartografia, CC- 1071-R. (Disponível em <http://purl.pt/4006>, consultado em Agosto de 2014).

paralelamente ao paredão da estrutura portuária, facilitando o acesso ao rio, como anteriormente mencionado.

Internacionalmente torna-se mais difícil encontrar evidências arqueológicas com estas especificidades. Contudo, na cidade fluvial de Perth (Escócia) foi registado um cais do século XVIII construído também em alvenaria que se assemelha ao cais situado no Mercado da Ribeira, embora as componentes pétreas observadas em ambas as construções sejam distintas<sup>150</sup>.

O cais localizado do Mercado da Ribeira foi uma das grandes evidências arqueológicas marítimo-portuárias observadas na orla ribeirinha lisboeta. O seu carácter monumental revela um cuidado e algum planeamento aquando a sua construção. Não existe qualquer evidência de reformulações posteriores à sua construção, além das perturbações causadas após abandono, o que sugere que esta se apresenta exactamente como foi edificada.

### 3.3. OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

A realidade artefactual registada no Mercado da Ribeira, tanto no Sector 1 como no Sector 2, apresenta maioritariamente cronologias de época moderna e contemporânea. O estudo do espólio aqui apresentado limitou-se, à análise artefactual do Sector 2, mais directamente relacionado com a estrutura portuária em estudo<sup>151</sup>. Contudo, deve referir-se a escassez de artefactos cerâmicos relacionados directamente com o cais, o que conduziu ao alargamento do estudo a todo o Sector 2, possibilitando a atribuição de cronologias após o seu abandono<sup>152</sup>. Não se dispõe de dados para os estratos em que este assenta.

A vasta maioria das unidades estratigráficas estudadas pertence à última fase de ocupação daquele espaço, nomeadamente ao aterro referente à construção do

---

<sup>150</sup>D. P. Bowler – “The post-medieval harbor, Tay Street, Perth”. In G.L. Good; R. H. Jones; M.W. Ponsford – *Waterfront archaeology: Proceedings of the third International conference, Bristol, 1988*. CBA Research Report nº 74. London: The Council for British Archaeology, 1991, pp. 80-87.

<sup>151</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, p. 58.

<sup>152</sup> A metodologia aplicada ao estudo da realidade artefactual deste sector foi semelhante ao procedimento utilizado no estudo da Praça D. Luís I. A única excepção foi a lavagem do espólio, que tinha sido realizada pela ERA-Arqueologia S. A. aquando da entrega do mesmo no depósito do Museu da Cidade de Lisboa.



pavimento do Mercado da Ribeira bem como aos sedimentos que cobriam a escadaria do cais<sup>153</sup>. Na totalidade de todas estas unidades estratigráficas, foram analisados 506 fragmentos cerâmicos, dos quais foram seleccionados para inventário 41 fragmentos.

Aquando da limpeza da escadaria do cais foram recolhidos alguns fragmentos, os quais se tornaram necessários à datação desta estrutura, pelo que fornecem dados para uma aproximação ao abandono<sup>154</sup>. A peça de maior relevância cronológica, associada à limpeza das escadas, corresponde a um prato de forma troncocónica com um motivo de rendas, a vinhoso e a azul, na sua superfície interior (MR03/04-LIMP-021), típico a partir do terceiro quartel do século XVII<sup>155</sup>. Este motivo pode ser observado em diversas faianças exumadas em intervenções arqueológicas de contextos portugueses modernos. É exemplo, a nível formal e decorativo, uma peça da colecção da Casa do Infante no Porto<sup>156</sup>.

As estruturas que se encontram sobre o cais foram classificadas como elementos que compõem as reformulações do Mercado da Avenida 24 de Julho à construção do Mercado da Ribeira. De acordo com o referido anteriormente, estes estratos estão relacionados também com acções de aterro de modo a nivelar o piso do Mercado da Ribeira<sup>157</sup>.

A peça MR03/04-2013-024 apresenta uma cronologia situada entre os séculos XVII e XVIII<sup>158</sup>. Trata-se de um fragmento de bordo de alguidar com a aplicação de um tratamento de superfície em vidrado plumbífero amarelo esverdeado. Encontrou-se um fragmento de alguidar semelhante na intervenção da Casa do Infante no Porto, com uma cronologia situada entre os séculos XVI e XVIII<sup>159</sup>.

O alguidar MR03/04-2032-023 detinha uma forma troncocónica com um bordo extrovertido subtriangular, cujo tratamento corresponde a um vidrado plumbífero verde na superfície interna e a um engobe laranja na externa. Exemplares semelhantes

---

<sup>153</sup> Associadas a esta estrutura encontram-se as seguintes unidades estratigráficas 2001 à 2004, 2006, 2009 à 2017, 2020, 2022, 2024, 2026, 2028 à 2033, 2035, 2037, 2038, 2040, 2041 e 2049.

<sup>154</sup> Tendo em conta que estes não estão associados a nenhuma unidade estratigráfica específica, foi utilizado no número de inventário o acrónimo “LIMP”.

<sup>155</sup> Tânia Casimiro – *Op. cit.* 2010, p. 599.

<sup>156</sup> Paula Barreira; Paulo Dordio; Ricardo Teixeira – *Op. cit.* 1995, p. 155. (Figura 17).

<sup>157</sup> Cristina Charnoca; Lúcia Miguel; Marina Pinto – *Op. cit.* 2004, . pp. 27-29.

<sup>158</sup> Raquel Henriques da Silva; Isabel Maria Fernandes; Rodrigo Banha da Silva – *Op. cit.* 2003, p. 122.

<sup>159</sup> Paula Barreira; Paulo Dordio; Ricardo Teixeira – *Op. cit.* 1995, p. 167. (Figura 37).

foram encontrados na intervenção da Casa do Infante no Porto, o que aponta para uma cronologia que se estende desde o século XVI ao século XVIII<sup>160</sup>.

Associado a estas estruturas contemporâneas foi inventariado um fragmento de panela (MR03/04-2037-022) de forma troncocónica e com o bordo ligeiramente invertido, de secção triangular. Formalmente, foi possível encontrar um paralelo para esta peça na escavação da Casa do Infante, no Porto, com uma alargada cronologia, entre os séculos XVI e XVIII<sup>161</sup>. Todavia, a esta peça foi aplicado como tratamento de superfície um vidrado plumbífero de cor verde, enquanto a peça proveniente da Casa do Infante não apresenta qualquer tipo de tratamento.

O fragmento de caçoila MR03/04-2026-028 apresenta porção do bordo e uma asa triangular, o seu tratamento de superfície trata-se apenas de um engobe de coloração bege. Esta peça, em particular, pode ser datada do século XVII, através da análise comparativa com um fragmento exumado numa intervenção na Rua de Nenhures (peça nº 40), em Palmela, que contém exactamente os mesmos atributos formais<sup>162</sup>.

Com uma cronologia típica do século XVII, a peça MR03/04-2029-014 apresenta-se através de um fragmento de um prato côvo em faiança, com porção do bordo e da aba, apresentando uma decoração em semicírculos a azul típica<sup>163</sup>. Inúmeras peças com esta decoração (aplicada em diversas tipologias) aparecem em contextos arqueológicos modernos portugueses, como por exemplo a peça nº 6 exumada nas escavações da “Casa dos Condes”, na Vila de Alcoutim<sup>164</sup>, as peças nº 10, 11, 12, 13 e 14 exumadas na Rua de Buenos Aires, em Lisboa<sup>165</sup>, ou a peça Leg.nº 31, proveniente da intervenção arqueológica da Casa João Esmeraldo no Funchal<sup>166</sup>.

---

<sup>160</sup> Paula Barreira; Paulo Dordio; Ricardo Teixeira – *Op. cit.* 1995, p. 168. (Figura 40).

<sup>161</sup> Paula Barreira; Paulo Dordio; Ricardo Teixeira – *Op. cit.* 1995, p. 172. (Figura 48).

<sup>162</sup> Isabel Cristina Fernandes; A. Rafael Carvalho – *Op. cit.* 1995, pp. 219 e 240.

<sup>163</sup> Tânia Casimiro – *Op. cit.* 2010. p. 647.

<sup>164</sup> Alexandra Gradim – “Conjunto de faianças da Vila de Alcoutim”. In *Portvgalia*. Nova Série, Vol. XXVI. Maia: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 195 (Figura 18).

<sup>165</sup> Luísa Batalha; Andreia Campôa; Guilherme Cardoso; Nuno Neto; Paulo Rebelo; Raquel Santos – *Op. cit.* 2012, p. 957.

<sup>166</sup> Élvio Sousa – *500 anos de cerâmica na Madeira. Estudo tipológico de vinte e cinco peças arqueológicas*. Machico: ARCHAIS, 2006/2007, p. 49.

O pote MR03/04-2033-030 pertence ao século XVII. O fragmento sugere uma forma globular, tendo o bordo invertido de secção semicircular. Contudo, não foi possível determinar a especificidade do tratamento de superfície aplicado, dado ao elevado nível de concreção do vidrado, possivelmente plumbífero. Não obstante, e tendo em conta a sua forma, é possível estabelecer paralelos com um fragmento exumado no Convento dos Capuchos, em Palmela, cuja cronologia se situa no século XVII<sup>167</sup> e com outro exumado na Rua Álvaro Castelões, em Setúbal<sup>168</sup>.

O fragmento de bordo de caçoila MR03/04-2020-031 apresenta uma forma globular e um tratamento de superfície com um vidrado plumbífero, apenas no seu interior, e evidencia marcas de fogo na sua superfície exterior. Na intervenção arqueológica da Rua Salgueiro nº 13 em Palmela, foi exumado um fragmento de caçoila com características formais idênticas à peça inventariada, com uma datação situada entre os séculos XVII e XVIII<sup>169</sup>. Outro fragmento similar foi também registado na intervenção arqueológica da Ermida de Santa Marta (Casal da Cambra, em Sintra), correspondendo às cronologias apontadas pela peça da Rua Salgueiro, também dos séculos XVII e XVIII<sup>170</sup>.

A peça MR03/04-2028-019 trata-se de um pequeno fragmento de bordo de um prato. Foi possível a atribuição de uma cronologia a este fragmento, devido à decoração observada na sua superfície interna: um motivo de três contas a azul, com contornos a vinhoso, circundadas por duas linhas paralelas concêntricas, a azul. Este tipo de decoração é característica entre finais do século XVII e finais do século XVIII<sup>171</sup>. Encontram-se paralelos no Convento de São Francisco (CSF/Lx.93/313)<sup>172</sup>, em Lisboa, no Convento de Jesus, em Setúbal) (neste caso também um paralelo formal<sup>173</sup>) e na Casa do Infante, no Porto<sup>174</sup>.

---

<sup>167</sup> Isabel Cristina Fernandes; A. Rafael Carvalho – *Op. cit.* 1995, pp. 217 e 236. (Peça nº 22)

<sup>168</sup> Susana Duarte; Joaquina Soares; Carlos Tavares da Silva – *Op. cit.* 2014, p. 356 (Figura 23).

<sup>169</sup> Isabel Cristina Fernandes; A. Rafael Carvalho – *Op. cit.* 1995, pp. 226 e 247. (Peça nº 126)

<sup>170</sup> Leonor Rocha; Ana Daniela Espinha – “Ermida de Santa Marta (Casal da Cambra, Sintra)”. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 2, nº 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 1999, p. 196 (Figura 11).

<sup>171</sup> Tânia Casimiro – *Op. cit.* 2010, p. 598

<sup>172</sup> Joana Bento Torres – *Op. cit.* 2011, p. 312.

<sup>173</sup> Mariana Almeida – *Convento de Jesus (Setúbal) Arqueologia e História: faiança decorada*. Dissertação de Mestrado de Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (U.N.L.), 2012, p.455.

<sup>174</sup> Paula Barreira; Paulo Dordio; Ricardo Teixeira – *Op. cit.* 1995, p. 158. (Figura 23).

O testó MR03/04-2002-017, de forma hemisférica, era fabricado em faiança e decorado com três contas a azul, contornadas a vinhoso, acima do bordo. A forma, bem como o motivo decorativo desta peça, é característica do século XVIII, como comprovado através dos seus paralelos arqueológicos. Peças semelhantes foram exumadas no Convento de São Francisco (CSF/Lx.93/313), em Lisboa,<sup>175</sup> na Casa do Infante, no Porto,<sup>176</sup> e na intervenção arqueológica realizada na Rua Álvaro Castelões, em Setúbal<sup>177</sup>.

O fragmento MR03/04-2003-009 pertence à porção do bordo de um prato côvo e apresenta como decoração uma faixa geométrica a azul, sobre vidrado branco, a delimitar o bordo. Segundo o paralelo registado no Museu de História Natural da Florida, trata-se de uma porcelana de produção chinesa da dinastia Ch'ing, com uma cronologia com início no século XVIII que se estende para as centúrias seguintes<sup>178</sup>.

Um fragmento de prato (MR03/04-2011-041), correspondente à porção do bordo, extrovertido e recortado, apresenta decoração na sua superfície interior - uma banda ao longo do bordo com um motivo vegetal e geométrico, desenhados a azul e possivelmente a dourado (apenas se observam os vestígios desta última aplicação), circundados por duas linhas concêntricas. Esta decoração e a forma da peça sugerem que esta seja originária da Fábrica de Massarelos (Porto), que teve uma extensa produção do século XVIII (Peça nº 20: CMP/MNSR. Inv.322)<sup>179</sup>.

A peça MR03/04-2028-016 é um fragmento da porção do fundo de um prato em faiança e detém um motivo decorativo linear a vinhoso no centro. Através da análise do motivo decorativo presente no fragmento foi possível determinar a sua cronologia, situando-a por volta do século XVIII. Este motivo decorativo está presente em diversos fragmentos exumados em diferentes intervenções arqueológicas, em particular na Rua

---

<sup>175</sup> Joana Bento Torres – *Op. cit.* 2011, p. 312.

<sup>176</sup> Paula Barreira; Paulo Dordio; Ricardo Teixeira – *Op. cit.* 1995, p. 158. (Figura 23).

<sup>177</sup> Susana Duarte; Joaquina Soares; Carlos Tavares da Silva – *Op. cit.* 2014, p. 357 (Figura 26).

<sup>178</sup> Florida Museum of Natural History, Historical archaeology type collection (nº 15) [Disponível em [https://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery\\_types/individual\\_display.asp?PhotoID=11](https://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery_types/individual_display.asp?PhotoID=11), consultado em Julho de 2014] (Peça nº 15)

<sup>179</sup> Mónica Baldaque (coord.) – *Fábrica de Massarelos (Porto): 1763-1936*. Porto: Museu Nacional Soares dos Reis, 1998, p. 106.

Buenos Aires (Peça nº 27)<sup>180</sup>, no Bairro da Estrela em Lisboa, e na Casa do Infante<sup>181</sup>, no Porto (fragmentos datados do século XVIII).

O prato côvo MR03/04-2002-018 devido à sua distinta decoração foi possível identificá-lo como sendo mais recente, nomeadamente do século XIX. O bordo recortado com linhas perpendiculares em relevo, sobre uma banda azul, sugerem uma imitação de faiança inglesa do século XIX, do tipo *Shell Edged Pearl Ware*. Este tipo de produção é típica da Fábrica Miragaia e os fragmentos são idênticos aos exumados na escavação arqueológica da Cadeia da Relação no Porto, o que vem corroborar esta datação<sup>182</sup>. No Museu de Évora, também se encontram exemplares com as mesmas características decorativas. Contudo, alguns diferem na coloração da banda existente no bordo, podendo ser verde ou rosa<sup>183</sup>.

O fragmento de prato MR03/04-2020-040 é composto por porção do bordo recortado, de produção fabril de finais do século XIX a inícios do século XX. Apresenta uma decoração impressa, a verde, com motivos florais, em particular uma peónia em branco, e uma cercadura rendilhada a delimitar o bordo. A decoração apresentada é inspirada em séries inglesas, que foram reproduzidas por algumas fábricas portuguesas na mesma época. Este fragmento poderá ser proveniente da fábrica de Massarelos, no Porto, segundo um exemplar (com a mesma decoração, porém de cor azul) exumado na Junta de Freguesia do Machico (JFM/00-3-73), na Madeira<sup>184</sup>. Contudo, há também exemplares desta estampa, de cor verde, nas louças da Fábrica de Sacavém<sup>185</sup>.

A tijela MR03/04-2033-012, em faiança, é composta por quatro fragmentos, detém o perfil completo e uma forma hemisférica. Na decoração mostra três linhas concêntricas, a laranja, e motivos fitomórficos, a verde. De acordo com este motivo, a

---

<sup>180</sup> Luísa Batalha; Andreia Campôa; Guilherme Cardoso; Nuno Neto; Paulo Rebelo; Raquel Santos – *Op. cit.* 2012, p. 955.

<sup>181</sup> Paula Barreira; Paulo Dordio; Ricardo Teixeira – *Op. cit.* 1995, p. 163. (Figura 30).

<sup>182</sup> Paulo Dordio; Ricardo Teixeira; Anabela Sá – “Faianças do Porto e Gaia: O recente contributo da arqueologia”. In *Faiança do Porto e Gaia. Itinerário*. Porto: Instituto Português dos Museus, Museu Nacional Soares dos Reis, 2001, pp. 160-161 (Figura 21).

<sup>183</sup> Museu de Évora (MatrizNet). [Disponível em <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=14146> consultado em Julho de 2014]

<sup>184</sup> Élvio Sousa – *Op. cit.* 2006/2007, p. 55.

<sup>185</sup> Primeiras peças da produção da Fábrica de Loiça de Sacavém – o papel do colecionador. Sacavém: Museu de Cerâmica de Sacavém, 2003, p. 55.

peça tem uma cronologia entre finais do século XIX e inícios do XX, tratando-se possivelmente de uma imitação que utiliza decalques de séries de faiança inglesa. Na intervenção da Rua de Santana nº25, na Sé do Porto, pode encontrar-se um paralelo decorativo (quer o desenho, quer a coloração utilizada)<sup>186</sup>.

Alguns fragmentos de cerâmica de construção, nomeadamente azulejos (MR03/04-2035-037 e MR03/04-2003-038), foram inventariados dois fragmentos com o mesmo motivo decorativo: um padrão “esponjoso” a azul. Esta temática foi utilizada em diversas composições (nº 145, 153 e 154) pertencentes à Fábrica de Louça de Sacavém nos inícios do século XX<sup>187</sup>.

O espólio recuperado em torno ao cais do Mercado da Ribeira tem origem nas unidades estratigráficas associadas ao aterro para a construção do pavimento do Mercado. Como tal, datações obtidas não são coesas, apresentando uma vasta abrangência: do século XVI ao século XX. As evidências mais recuadas do século XVI, são peças utilitárias que têm uma produção que se irá estender para as centúrias seguintes. Por outro lado, esta cronologia aplicada a este contexto está certamente relacionada com sedimentos de aterro utilizados na colmatação de estruturas.

Do século XVII e XVIII temos algumas peças que apresentam, contudo, motivos decorativos cuja produção se estende para os séculos posteriores. Em oposição, as cronologias mais recentes, dos séculos XIX e XX, estão bem representadas, tratando-se de peças de fabrico fabril nomeadamente pertencentes às fábricas de Massarelos, Miragaia e de Sacavém. Tendo em conta, que as construções que inutilizam o cais estão relacionadas com as alterações estruturais do Mercado da Ribeira e o maior número de peças registadas com cronologias mais precisas são do século XIX e posterior, o abandono e colmatação da estrutura portuária ter-se-á dado por volta desta data.

---

<sup>186</sup> Paulo Dordio; Ricardo Teixeira; Anabela Sá – *Op. cit.* 2001, pp. 163-164 (Figura 26).

<sup>187</sup> Fábrica de Louça de Sacavém - *Composição nº 145 para mosaico cerâmico*. 19---. Acessível no Centro de Documentação da Fábrica de Louça de Sacavém. DES-1922 M C.; Fábrica de Louça de Sacavém - *Composição nº 153 para mosaico cerâmico*. 19---. Acessível no Centro de Documentação da Fábrica de Louça de Sacavém. DES-1922 M C. e Fábrica de Louça de Sacavém - *Composição nº 154 para mosaico cerâmico*. 19---. Acessível no Centro de Documentação da Fábrica de Louça de Sacavém. DES-1922 M C..

### 3.4. O CAIS DA RIBEIRA NOVA

O sítio arqueológico do Mercado da Ribeira apresentava uma sequência estratigráfica cuja datação recua pelo menos até ao século XVIII e, possivelmente, até ao século XVII em algumas evidências arqueológicas. Esta sequência demonstra em grande parte a evolução do local desde a segunda metade do século XVIII e até ao actual Mercado da Ribeira. Para além disso, observou-se também um paramento pertencente provavelmente ao Forte de São Paulo, do século XVII<sup>188</sup>.

A zona onde actualmente se localiza o Mercado da Ribeira encontrava-se no século XVI nas proximidades das tercenas do Cate-que-farás. No século XVII tinha a Ribeira da Junta do Comércio Geral do Brasil e o Forte de São Paulo a ocidente. Já no século XVIII, encontravam-se nas suas imediações a Casa da Moeda e os seus edifícios adjacentes, a Companhia Geral do Comércio de Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759)<sup>189</sup>.

Durante a segunda metade do século XVIII, surge a necessidade da construção de um novo mercado na Ribeira de Lisboa, para a venda de pescado e outros produtos alimentares. Na reconstrução pós-terramoto, surge em 1771 o Mercado da Ribeira Nova na freguesia de São Paulo, a sul da então praça principal da mesma freguesia<sup>190</sup>. A edificação deste mercado e do seu cais adjacente – o cais da Ribeira Nova – foram atribuídas a Paulo de Carvalho e Mendonça, pelo presidente do Senado da Câmara de Lisboa entre 1754 e 1764. A este arquitecto foi também atribuída a construção de diversas praças e cais na Ribeira de Lisboa como o Cais da Bica do Sapato, o Cais dos Remolares ou o Cais de Santarém<sup>191</sup>.

De acordo com Júlio Castilho, nesta primeira fase, o Mercado da Ribeira Nova era um local desordenado, ou seja sem qualquer plano prévio para a instalação dos vendedores, com barracas de um e dois andares mal construídas, integradas em “arruamentos” desalinhados<sup>192</sup>. Contudo, a consulta de documentos do Arquivo da

---

<sup>188</sup> Nuno Valdez dos Santos – *Op. cit.* 1994, p. 815.

<sup>189</sup> Júlio Castilho – *Op. cit.* 1893, p. 539.

<sup>190</sup> Júlio Castilho – *Op. cit.* 1893, pp. 530.

<sup>191</sup> “Factos notáveis e faustos da camara, seus privilégios, preeminencias, jurisdições, prerogativas, graças, mercês e honras que lhe fóram conferidas (1754-1764)”. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* Vol. XVII. 1911, pp. 1-2.

<sup>192</sup> Júlio Castilho – *Op. cit.* 1893, pp. 530.



Câmara Municipal de Lisboa sugere a frequente preocupação do Senado desta mesma câmara relativamente a este mercado, sob a forma de avisos e contadas.

O Mercado da Ribeira Nova contava inicialmente com trinta e duas cabanas, que ofereciam 256 lugares para a venda de diversos produtos, sendo que o lado Norte estava reservado à venda de fruta.<sup>193</sup> Houve realmente um esforço na distribuição dos lugares do mercado, pelo que nos anexos de uma Consulta de Câmara de 26 de Agosto de 1771 são regulados todos os lugares das vendedoras de pescado fresco, sendo referido o nome de cada uma e o respectivo lugar<sup>194</sup>.

O Mercado não era todavia constituído apenas pelas bancas de venda de produtos e pelo seu cais. Era comum que a uma edificação desta natureza estivessem associados armazéns para os produtos vendidos no local. Deste modo, a 20 de Agosto de 1771 é ordenada a construção de um novo Armazém do Pescado Seco que estaria junto à “Ribeira Nova do Pescado Fresco” (topónimo também utilizado como referência ao Mercado da Ribeira Nova)<sup>195</sup>.

O cais da Ribeira Nova tinha como objectivo inicial e principal o embarque e desembarque das mercadorias que abasteciam o Mercado da Ribeira Nova, bem como o trânsito de pessoas a este associado. À semelhança de muitos outros cais na Ribeira de Lisboa, era também utilizado para a serventia pública da cidade, possibilitando aos seus habitantes o seu aproveitamento para actividades marítimas e como local de recreação<sup>196</sup>. Assim, tornou-se também imperativa a manutenção deste tipo de estruturas, levando à proibição de acumulação de lixos e outros detritos nestes locais e à punição dos responsáveis por estas acções. Este esforço reflectiu-se num decreto de

---

<sup>193</sup> “Aviso sobre os lugares das vendedeiras da nova Ribeira” In *Chancelaria Régia, Livro 17º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I.* Lisboa: 12 de Agosto de 1771. Arquivo Municipal da Câmara de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/CR/0186/0035. f. 165.

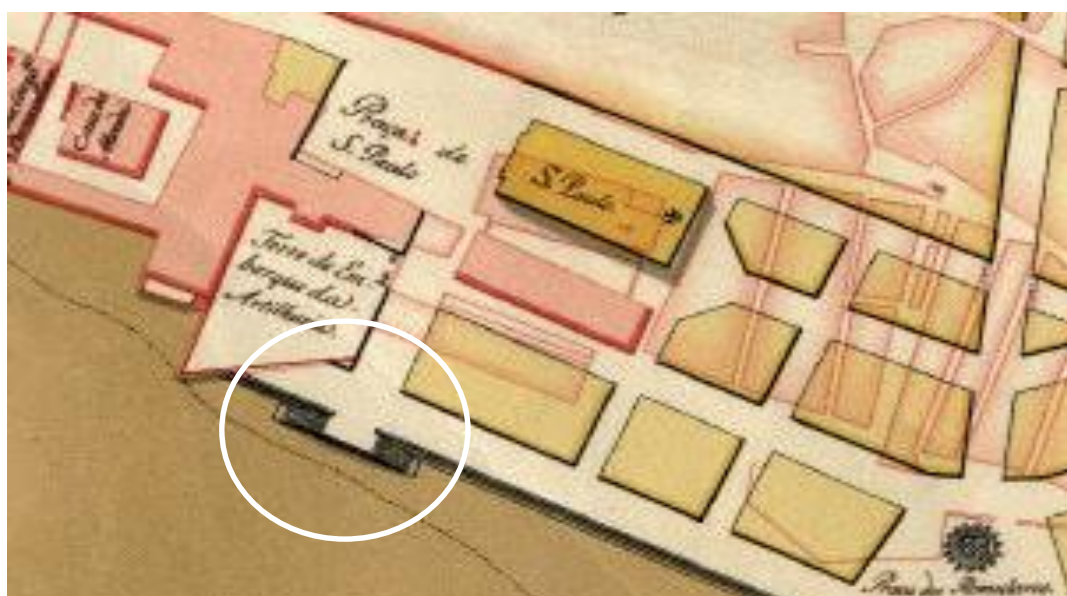
<sup>194</sup> “Consulta sobre a distribuição dos lugares no edifício da nova Ribeira” In *Chancelaria Régia, Livro 17º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I.* Lisboa: 26 de Agosto de 1771. Arquivo Municipal da Câmara de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/CR/0186/0038. f. 174 a 196.

<sup>195</sup> “Aviso sobre o novo Armazém do Pescado Seco dos Direitos Reais” In *Chancelaria Régia, Livro 17º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I.* Lisboa: 20 de Agosto de 1771. Arquivo Municipal da Câmara de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/CR/0186/0039. f. 197.

<sup>196</sup> Luís Pastor Macedo – *Lisboa de Lés-a-Lés: Subsídios para a História das vias públicas da cidade.* Vol. I. Lisboa, Câmara Municipal, 1942, pp. 178.

1775, no qual é referido especificamente o “caes da praça da Ribeira Nova”, a par dos cais dos Remolares, do Corpo Santo e de Santarém<sup>197</sup>.

A análise da cartografia, nomeadamente a planta de Lisboa realizada por Carlos Mardel na segunda metade do século XVIII, demonstra-nos a morfologia do cais da Ribeira Nova, que se tratava de duas escadarias convergentes, paralelas ao paredão (Figura 33)<sup>198</sup>. O cruzamento entre a informação arqueológica (planta do cais integrada no edifício do Mercado da Ribeira) com a as plantas georeferenciadas<sup>199</sup> (nas quais está presente a planta realizada por Carlos Mardel) demonstra-nos que realmente estamos perante a mesma estrutura.



**Figura 33** - Pormenor do cais da Ribeira Nova na "Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel" de João Pedro Ribeiro (Fonte: Museu da Cidade de Lisboa, MC. GRA.35)

A estrutura portuária registada nesta intervenção, atrás descrita, correspondia possivelmente ao Cais da Ribeira Nova, da segunda metade do século XVIII, que servia o Mercado da Ribeira Nova. Esta hipótese é confirmada pela análise da documentação (onde se encontram referências a este cais), da cartografia de inícios do século XIX e

<sup>197</sup> “Decreto de 6 de Julho de 1775”, 6 de Julho de 1775. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* Vol. XVIII. 1911, pp. 523-525.

<sup>198</sup> João Pedro Ribeiro – *Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel*. Lisboa, 1947. (Museu da Cidade de Lisboa, Coleção Cartografia, MC.GRA.35).

<sup>199</sup> Site “Lisboa interactiva” da Câmara Municipal de Lisboa (consultado em <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>, a Fevereiro de 2014).

pelo estudo dos materiais arqueológicos depositados no local, após o abandono da estrutura.

Os materiais exumados, estudados no ponto 3.3 desta dissertação, apresentam maioritariamente cronologias dos séculos XIX e XX. As exceções correspondem a cerâmicas utilitárias que apresentavam uma vasta cronologia (verificação residual de peças do século XVII). Deste modo, o seu aparecimento no local poderá estar relacionado com os níveis do aterro da Boavista, do século XIX <sup>200</sup>.

A morfologia apresentada pela estrutura, bem como a sua posição em relação ao rio Tejo, demonstrou tratar-se de um cais destinado ao embarque e desembarque de diversos produtos, possivelmente para o abastecimento do Mercado da Ribeira Nova. O cruzamento desta informação com os seus paralelos estruturais, analisados no ponto 3.2 desta dissertação, atestam esta mesma funcionalidade. A localização vertical da estrutura portuária no seio da intervenção arqueológica proporciona também argumentos de suporte a esta hipótese.

O cais localizava-se sensivelmente entre os 0,50 m acima e os 0,50 m abaixo do nível médio das águas. Segundo a análise da tabela de marés de 2014 (ponto 2.4. desta dissertação), a *preia-mar* no porto de Lisboa apresentou uma altura de 0,2 m abaixo do nível médio das águas do mar e a *baixa-mar* 1,78 m também abaixo do mesmo nível. Como tal, tendo em conta a ligeira subida do nível médio das águas desde o século XIX, podemos afirmar que esta estrutura encontrar-se-ia sempre emersa. A exceção é a sua escadaria, cujos degraus inferiores estão a cotas médias de 0,65 m abaixo do nível médio das águas, significando que na altura da *preia-mar* parte da estrutura se encontraria submersa.

A documentação histórica da época também nos ajudou a compreender a funcionalidade portuária deste tipo de estruturas. O cais revelado nesta intervenção apresenta características idênticas às demandadas pelo Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar que, além de expor a necessidade de construção de um novo cais em Lisboa, expõe as características construtivas ideais a que devia obedecer a

---

<sup>200</sup> José Manuel Fernandes – “O aterro de Santos, na Boavista, alguns tópicos histórico-urbanos”. In III SIA : Workshop intervenção urbana no Aterro da Boavista: III Seminário Internacional de Arquitectura, 12 – 15 de Julho. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2002, pp. 8-11.

um “caes de cantaria”, perpendicular ao rio e com uma largura suficiente para que o embarque e desembarque de pessoas e mercadorias fosse realizado sem grandes incómodos, eventualmente adaptável a um passeio público<sup>201</sup>. É desconhecida a concretização efectiva deste cais, mas a morfologia do cais da Ribeira Nova aqui estudado assemelha-se a esta proposta, pela sua alvenaria bem consolidada e pelo arranque do pontão em direcção ao Tejo.

No século XIX, o Mercado da Ribeira Nova e o seu cais sofreram algumas alterações estruturais, que estão contempladas tanto na historiografia como na cartografia. Segundo a “Carta topográfica de Lisboa e os seus Subúrbios” de Duarte José Fava (1831), o cais da Ribeira Nova aparece com um pontão perpendicular ao rio Tejo, rodeado por duas escadarias (Figura 34)<sup>202</sup>. Os elementos da escadaria representados assemelham-se à evidência portuária em estudo, o pontão perpendicular ao rio não foi verificado na intervenção arqueológica, contudo deverá situar-se a Oriente da estrutura, numa área não intervencionada.



**Figura 34** – Pormenor do cais da Ribeira Nova na “Carta topográfica de Lisboa e os seus subúrbios” de Duarte José Fava em 1831 (Fonte: Museu da Cidade de Lisboa, MC.GRA.481).

<sup>201</sup> “Carta do Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, António Guedes Pereira ao vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Gaspar Ferreira Aranha”, 9 de Outubro de 1742. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1904, pp 104-108.

<sup>202</sup> Duarte José Fava – *Carta topográfica de Lisboa e os seus subúrbios*. Lisboa, 1831. (Museu da Cidade de Lisboa, Colecção Cartografia, MC.GRA.481).

A reformulação efectiva do mercado foi realizada de 1834 a 1846, com a construção de um edifício unitário, orientado principalmente para a venda de pescado<sup>203</sup>. É possível observar esta nova estrutura, em detrimento da sequência de barracas da Ribeira Nova, na “Carta topográfica da cidade de Lisboa” de Filipe Folque, realizada em 1856, onde o cais da Ribeira Nova aparece já parcialmente desactivado devido ao Aterro da Boavista (Figura 35)<sup>204</sup>.



**Figura 35** – Pormenor do Mercado da Ribeira Nova, o seu cais e parte do aterro da Boavista na “Carta topográfica da cidade de Lisboa” de Filipe Folque realizada em 1856 (Fonte: Museu da Cidade de Lisboa, MC.GRA.480).

Este aterro corresponde a uma das principais alterações da zona ribeirinha de Lisboa durante o século XIX (Figura 36) e encontra-se registado nas evidências arqueológicas presentes no Mercado da Ribeira. As primeiras décadas dessa centúria foram marcadas pelo crescimento e especialização das actividades ribeirinhas, levando ao desenvolvimento da cidade em direcção ao rio. Os edifícios, armazéns e fábricas foram sendo alternados com boqueirões destinados à acostagem de embarcações, até que em 1855 se deram os primeiros passos para a realização do Aterro da Boavista. Esta construção iria ligar o Cais do Sodré a Alcântara e possibilitou a construção do mercado da Avenida 24 de Julho<sup>205</sup>, verificado arqueologicamente na intervenção através das

<sup>203</sup> Norberto de Araújo – *Op. cit.* 1993, pp. 57.

<sup>204</sup> Filipe Folque – *Planta topográfica da cidade de Lisboa*. Lisboa: 1871. (Museu da Cidade de Lisboa, Coleção Cartografia, MC.GRA.480).

<sup>205</sup> José Manuel Fernandes – *Op. cit.* 2002, p. 8.



evidências dos pilares ordenados possivelmente. O aterro, documentado na sequência arqueológica do Mercado da Ribeira, é também exposto na planta realizada por Filipe



**Figura 36** - Pormenor do Aterro da Boavista junto à Praça D. Luís I e ao Mercado da Ribeira na "Planta da Cidade de Lisboa" de José Maria da Costa, na segunda metade do século XIX. (Fonte: Biblioteca Nacional, CC-757-V).

Folque (Figura 35) na sua fase inicial, como referido. Na “Planta da Cidade de Lisboa” de José Maria da Costa Neves, da segunda metade do século XIX, a zona já se encontrava completamente aterrada, apresentando a Praça D. Luís I, a ocidente, e o Mercado da Ribeira, a oriente. O cais da Ribeira Nova estava já completamente desactivado<sup>206</sup>, o que coincide com a construção do mercado da Avenida 24 de Julho<sup>207</sup>.

Em conclusão, a evidência arqueológica presente no Mercado da Ribeira, exumada em 2003, corresponde seguramente a parte do Cais da Ribeira Nova, que servi o mercado com o mesmo nome e a população do local sensivelmente durante um século, tendo sido construído na segunda metade do século XVIII e abandonado aquando da construção do Aterro da Boavista, na segunda metade do século XIX.

<sup>206</sup> José Maria da Costa Neves – *Planta da Cidade de Lisboa*. Lisboa. (Biblioteca Nacional Digital, Colecção Cartografia, CC-757-V. Disponível em <http://purl.pt/3405> e consultado em Maio de 2014).

<sup>207</sup> Norberto de Araújo – *Op. cit.* 1993, pp. 84.

## 4. A DINÂMICA PORTUÁRIA DA RIBEIRA DE LISBOA

### 4.1. A RIBEIRA DE LISBOA

Na Idade Moderna, o coração da cidade localizava-se na Ribeira, uma zona portuária que concentrava as actividades económicas mais relevantes e a partir da qual a cidade crescia e se desenvolvia; era assim um importante impulsionador urbano<sup>208</sup>. O desenvolvimento do comércio marítimo na Ribeira de Lisboa levou à criação de estruturas administrativas e públicas que se interligavam directamente com as estruturas portuárias e os espaços marítimos.

As origens de Lisboa não se prendem apenas pela criação de *Olisipo*, contudo foi na Época Clássica que nasceu o urbanismo desta cidade. Baseado no urbanismo de matriz itálica, Lisboa apresentava um sistema clássico ortogonal que se desenvolvia do rio para o interior. A cidade amuralhada estava repleta de edifícios públicos e utilitários, bem como havia a valorização da componente portuária e piscatória que Lisboa oferecia<sup>209</sup>. É possível comprovar esta questão através da breve análise das descobertas arqueológicas romanas nos últimos anos. É disto exemplo o teatro romano do I século a.C. na encosta do castelo<sup>210</sup>; as termas romanas; ou os contextos industriais romanos para a produção de preparados piscícolas, no Mandarim Chinês<sup>211</sup> e na Rua dos Correeiros<sup>212</sup>.

Lisboa medieval, quer islâmica, quer cristã, também usufruiu da sua posição no seio de um estuário fluvial como o do Rio Tejo. A cidade islâmica era composta pela alcáçova, que deu origem ao Castelo de São Jorge, pela sua medina que se desenvolvia até ao rio e pelos seus arrabaldes. A separação entre a cidade e os arrabaldes

---

<sup>208</sup> Carlos Caetano – *Op. cit.* 2000, pp. 41.

<sup>209</sup> Maria Teresa Caetano – “«O último porto de Ulisses»: história, urbanismo e arte de *Felicitas Iulia Olisipo*.” In *Revista de História de Arte*. Nº 4 Lisboa: Edições Colibri, Instituto de História ed Arte (F.C.S.H.), 2007, pp. 75-77.

<sup>210</sup> Lídia Fernandes – “Teatro romano de Lisboa: os caminhos e os percursos de investigação arqueológica.” In *Al-madan*. II Série (15). Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2007, pp. 28-39.

<sup>211</sup> Jacinta Bugalhão – “Mandarim Chinês, Lisboa – Contextos Romanos.”. In *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana. Amadora – 10 a 12 de Novembro de 2003*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora, Museu Municipal de Arqueologia, ARQA, 2003, pp. 127-146.

<sup>212</sup> Carolina Grilo; Carlos Fabião; Jacinta Bugalhão – “Um contexto tardo-antigo do núcleo arqueológico da rua dos Correeiros (NARC), Lisboa.” In José Morais Arnaud; Andrea Martins; César Neves (coord.) – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: AAP, 2013, pp. 849-857.



ribeirinhos, como Alfama e a actual baixa lisboeta, era feita através de uma muralha<sup>213</sup>. O conhecimento da cidade desta época é exponenciado pelas constantes intervenções arqueológicas de contextos islâmicos de âmbito habitacional (dentro e fora das muralhas) e produtivo (olarias)<sup>214</sup>. Após a Reconquista, Lisboa mantém parte do seu traçado, todavia começa a desenvolver-se para ocidente da actual baixa ao longo da costa (antigo arrabalde islâmico). Esta nova ocupação era protagonizada, em boa parte, por populações dedicadas a fainas náuticas<sup>215</sup>.

O século XVI foi caracterizado particularmente por um processo de ampliação para o espaço exterior à muralha fernandina, pela transferência do poder para o espaço ribeirinho e pela redefinição do urbanismo no sentido de “urbanismo regulado e saneamento público”. A cidade continuou estruturada em torno de duas praças, o Rossio e o Terreiro do Paço, e em outros locais observou-se o crescente uso de um traçado regular na construção de bairros: Bairro Cate-que-farás, Bairro do Mocambo e Vila Nova de Andrade. Durante toda a época moderna, apesar de algumas transformações, Lisboa manteve sempre a sua premissa fundamental como cidade ribeirinha, que se desenvolve ao longo do rio Tejo muito além das muralhas medievais a que estava circunscrita<sup>216</sup>. No século XVII foi mantido o traçado quinhentista com alguns melhoramentos nas condições de circulação na cidade; por exemplo, em 1665 é alargada a Rua Nova do Almada e, em 1681, a Rua dos Ourives da Prata<sup>217</sup>. Em 1498, D. Manuel I ordenou a construção da sua residência em plena Ribeira – Paço da Ribeira – com o seu Terreiro próprio, contíguo ao Terreiro do Trigo e à Alfândega Nova. A simbologia do seu projecto imperial, bem como a sua legitimação e propaganda, tal ficariam, deste modo, circunscrito num só edifício. A nobreza, por sua vez, também

---

<sup>213</sup> José Luís de Matos – “Lisboa Islâmica.” In Cláudio Torres (dir.) – *Arqueologia Medieval*. Nº 7. Mértola: Edições Afrontamento, 2001, p. 111-145.

<sup>214</sup> Jacinta Bugalhão; Susana Gomez Martínez – “Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo Islâmico.” In Mário Jorge Barroca; Isabel Cristina Fernandes – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Séculos VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 238-340.

<sup>215</sup> António Borges Coelho – “Lisboa nos dois primeiros séculos após a «Reconquista»” In Cláudio Torres (dir.) – *Arqueologia Medieval*. Nº 7. Mértola: Edições Afrontamento, 2001, pp. 235-242

<sup>216</sup> Helder Carita – *Lisboa Manuelina: e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, pp. 53-66.

<sup>217</sup> José-Augusto França – *Lisboa: urbanismo e arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p.22.

acompanhou este movimento, multiplicando-se ao longo da margem do rio várias casas e palacetes<sup>218</sup>.

Ao longo da margem do rio Tejo formam-se, assim, intercalando estruturas administrativas, residências nobres, indústrias e zonas de produção. Eram criadas, deste modo, áreas especializadas com variadas ligações entre si, como por exemplo, a zona entre Cate-que-farás e as Portas da Cruz (da actual Ribeira das Naus a Santa Apolónia), dotadas de edificações ligadas à navegação e ao comércio (tercenas, ferrarias, fundições e mercados) ou a Rua Nova dos Mercadores, com a sua panóplia de lojas e residências pertencentes classes altas de mercadores<sup>219</sup>.

Junto a muitos cais, alguns inclusivamente privativos, as classes mais altas lisboetas investiram em vários sectores da indústria produtiva, como as marinhas de sal, os moinhos de maré (para a moagem de cereais) e os fornos de biscoito (sendo o biscoito usado, principalmente, para o abastecimento das armadas). As tanoarias, e outros estabelecimentos fabris de vidro e cerâmica, foram indústrias que também se desenvolveram direccionadas para o transporte e armazenamento de bens<sup>220</sup>. A localização destas indústrias junto a estruturas portuárias, como cais privativos, é compreensível, pois permitiam um baixo custo no seu transporte e a rápida transformação destes produtos, que muitas vezes precisavam inevitavelmente de água.

Neste contexto definiram-se desde cedo diversos ancoradouros, localizados em pequenas baías ao longo de toda a cidade<sup>221</sup>. Tratavam-se de locais abrigados do vento e do mar aberto, onde os navios lançavam ferro e podiam permanecer em segurança sem prejudicar o tráfego de embarcações à entrada e à saída do porto<sup>222</sup>. Como tal, grande parte das embarcações que chegavam a Lisboa, nomeadamente as de maior calado, teriam de permanecer nos ancoradouros, sendo a transferência de mercadorias e pessoas entre os navios e os cais realizada através de pequenas embarcações. As referências a ancoradouros em Lisboa, quer na documentação quer na historiografia, são muito escassas e apenas dão a conhecer três destes sítios: o ancoradouro do

---

<sup>218</sup> Nuno Senos – *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002, pp. 208-220.

<sup>219</sup> Helder Carita – *Op. cit.* 1999, pp. 91-98.

<sup>220</sup> Carlos Caetano – *Op. cit.* 2000, p. 64.

<sup>221</sup> Irisalva Moita – “Lisboa no século XVI”. In Irisalva Moita (coord.) – *Op. cit.* 1994, p. 162.

<sup>222</sup> António M. Esparteiro – *Op. cit.* 2001, p. 41.

Restelo, o ancoradouro de Santo Amaro e o ancoradouro da Boa-Vista ou de Santa Catarina.

O ancoradouro do Restelo é o mais emblemático, pois foi dele que partiram as armadas de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. No século XVI esta zona tornou-se um local fundamental da Ribeira de Lisboa na preparação das armadas de além-mar, proliferando estruturas de abastecimento de uma panóplia de géneros<sup>223</sup>. A alusão ao ancoradouro de Santo Amaro é ainda menos comum<sup>224</sup>. Localizava-se possivelmente entre Belém e Alcântara, dada a proximidade com o sítio de Santo Amaro, contudo não dispomos de informação que corrobore efectivamente este facto.



**Figura 37** – Pormenor de barcos ancorados ao longo da margem lisboeta na gravura “Lissabon” do século XVII. (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, E. 602 P).

O ancoradouro de Santa Catarina ou da Boavista era utilizado nos séculos XVII e XVIII<sup>225</sup>; tendo em conta a proximidade dos dois locais referidos podemos pressupor que se trata do mesmo ancoradouro. A única consideração estrutural ou relativa ao seu

<sup>223</sup> Em 1702 há o alerta para a entrada no Porto de Lisboa de quatro galés francesas, repleta de mouros cativos, que fundearam no Ancoradouro de Santo Amaro. António Nabais; Paulo Ramos – *100 anos do porto de Lisboa*. Lisboa: Administração do Porto de Lisboa, 1987, p. 32.

<sup>224</sup> António Machado de Faria – “Memórias Históricas de Lisboa – 1680 a 1716”, in *Lisboa e o seu termo: estudos e documentos*, Vol. II. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1948, pp. 52-53.

<sup>225</sup> “Consulta da Câmara a el-Rei em 31 de Agosto de 1676”, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1889. pp. 164-156.; “Carta do secretario de estado Marco Antonio de Azevedo Coutinho ao provedor-mór da saude”, 10 de Fevereiro de 1742, Lisboa . Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* Vol. XIV, 1904. pp. 30-31; e António Machado de Faria – *Op. cit.* 1948, pp. 52-53.

funcionamento refere apenas que se trata de um “mau ancoradouro”<sup>226</sup>, o que poderá estar relacionado com os problemas de assoreamento e limpeza da zona, referidos anteriormente<sup>227</sup>.

Nos inícios do século XIX, a mudança das prioridades da coroa portuguesa relativamente à navegação marítima e as necessidades das novas embarcações levaram à redefinição nos ancoradouros da cidade, e eventualmente à sua especialização. Entre a Madre de Deus e o torreão oeste da Praça do Comércio fundeavam os navios mercantes que procediam à carga ou descarga de mercadorias; deste torreão para ocidente até ao Cais do Sodré situavam-se os navios de guerra nacionais; do Cais do Sodré à rocha do Conde de Óbidos (no alinhamento com Cacilhas, na margem sul do Tejo) fundeavam os navios mercantes descarregados ou em concerto. Da Rocha do Conde de Óbidos a Alcântara localizavam-se os navios de guerra estrangeiros; de Alcântara à Torre de Belém fundeavam navios em franquia (ou arribados); e por fim, no Lazareto localizavam-se os navios em quarentena<sup>228</sup>.

O contacto da cidade com os seus ancoradouros e com o rio em geral podia fazer-se em locais sem estruturas portuárias específicas. Por toda a sua faixa litoral estendiam-se quilómetros de praia que eram aproveitados ao máximo para actividades navais ou para a acostagem de embarcações<sup>229</sup>. Referem-se diversas praias na documentação histórica, mas o seu conhecimento efectivo e individual é diminuto: praia da Junqueira, praia de Santos, praia da Boavista, praia de S. Paulo, praia de Cate-que-farás, praia do Corpo Santo, praia do Terreiro do Paço, praia dos “Algarves” (junto ao Cais do Tojo da Bica do Sapato) e a praia de Alfama. A praia fluvial observada na Praça D. Luís I poderá tratar-se da praia da Boavista ou de S. Paulo, dada a proximidade desta com a realidade arqueológica. No século XVI a praia de Cate-que-farás estava repleta de ferrarias e tercenas, de modo a auxiliar a construção naval da vizinha Ribeira das Naus<sup>230</sup>. As condições das praias ribeirinhas, segundo a documentação, são contraditórias.

---

<sup>226</sup> “Carta do secretario de estado Marco Antonio de Azevedo Coutinho ao provedor-mór da saude”, 10 de Fevereiro de 1742, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira - *Op. cit.* 1904, pp. 30-31.

<sup>227</sup> “Carta do Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, António Guedes Pereira ao vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Gaspar Ferreira Aranha”, 9 de Outubro de 1742. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1904, pp 104-108.

<sup>228</sup> *Referências Históricas do Porto de Lisboa*. 1991, pp. 149-150.

<sup>229</sup> *Referências Históricas do Porto de Lisboa*. 1991, p.42.

<sup>230</sup> Irisalva Moita – “Lisboa no século XVI”. In Irisalva Moita (coord.) – *Op. cit.* 1994, p. 162.

Estrangeiros ingleses em 1701 descrevem as zonas da cidade de Lisboa junto ao rio como os locais mais sujos alguma vez vistos<sup>231</sup> ao contrário de relatos portugueses que afirmam a grande salubridade observada por toda cidade em 1601<sup>232</sup>. Apesar da disparidade cronológica entre os dois relatos é possível que o relato inglês seja o mais fidedigno, pois aquando a análise da documentação existente há a constante referência da necessidade de limpeza da cidade, bem como o seu incumprimento.



**Figura 38** - Pormenor de uma praia ribeirinha, provavelmente a de Santos, na gravura “Lisbonne, ville capitale du Royaume de Portugal située a l’embouchure du Tage” de Pierre Aveline no século XVII. (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, E. 1314 V).

A forte dinâmica produtiva e comercial destes locais foi constante ao longo dos séculos, pelo que houve a preocupação por parte dos monarcas na sua protecção e manutenção pois a construção naval foi desde cedo um dos motores da expansão portuguesa. Desde D. João II, vários monarcas ordenaram o destacamento de guardas para as praias e, respectivamente, para os seus cais. D. Manuel I proibiu o embarque e desembarque de navios velhos na praia de Cate-que-farás até às Portas do Mar (Alvará de 30 de Outubro de 1506). Por sua vez, D. Sebastião proibiu a colocação de detritos para as praias da ribeira, salvaguardando todos os estaleiros navais lá instalados<sup>233</sup>. No século XIX (em 1850) foi lançada uma proibição aos barcos de palha que circulam e

<sup>231</sup> Thomas Cox; Cox Macro – *Relação do Reino de Portugal: 1701*. (coord.) M<sup>a</sup> Leonor Sousa. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007, pp. 55.

<sup>232</sup> Luís Mendes de Vasconcelos – *Do sítio de Lisboa – Diálogos*. 6<sup>a</sup> Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 85.

<sup>233</sup> *Referências Históricas do Porto de Lisboa*. Lisboa: Administração do Porto de Lisboa, 1991, pp. 42-46.

desembarcavam na praia do Corpo Santo; foi pedido que estes demorem o menor tempo possível nas suas transacções de modo a prevenir eventuais incêndios devido a faúlhas provenientes de uma fundição no local<sup>234</sup>.

Quando a acostagem era feita através de estruturas portuárias, o tráfego de pessoas e mercadorias era facilitado, na medida em que se observa uma especialização na difusão dos cais na cidade de Lisboa. Esta está associada à funcionalidade, à localização ou ao tipo de serventia de um cais detém.

O Cais de Belém surgiu no último quartel do século XVII, devido ao elevado nível de entulhamentos e acumulação de lixos no local. A existência de um cais iria facilitar a acostagem no local. O formato do cais bem como a sua localização exacta não nos foi possível discernir. Contudo, a estrutura era composta por um aparelhamento pétreo, originária das pedreiras pertencentes ao convento de Belém, que assentava sobre uma estacaria em madeira<sup>235</sup>.

O Cais do Palácio Côrte-Real, na Ribeira de Lisboa, localizava-se no sítio correspondente ao actual Corpo Santo. Alguns historiadores apontam o ano de 1585 como o início da sua construção<sup>236</sup>, contudo já desde 1517 há o conhecimento da existência das “casa de Vasquannes Côrte-Real” no local. Nos inícios do século XVII a coroa portuguesa tomava a posse deste palácio, sendo mais tarde habitado pelo infante D. Pedro (futuro D. Pedro II de Portugal). A hipótese da existência de um cais privativo junto ao jardim do palácio é sustentada através do embarque do rei D. Pedro II no local em 1686, tendo como destino o Paço da Ribeira e como fim o seu casamento com D. Maria Sofia de Neuburgo (Figura 39)<sup>237</sup>. Este palácio e as suas estruturas associadas sofreram com os terrores do terramoto de 1755, sendo completamente destruído e, posteriormente, o monarca de então não procedeu à reconstrução do mesmo. Em 1996 foram exumadas diversas estruturas que foram classificadas como o Palácio dos Côrte-

---

<sup>234</sup> Júlio Castilho – *Op. cit.* 1893, p. 518.

<sup>235</sup> *Referências Históricas do Porto de Lisboa*. Lisboa, Administração do Porto de Lisboa, 1991. pp. 140-141.

<sup>236</sup> Norberto de Araújo – *Op. cit.* 1993, p. 34

<sup>237</sup> Júlio Castilho – *Op. cit.* 1893, pp. 463-483.

Real. Todavia, as evidências estruturais não contemplavam o cais, devido à área de intervenção não corresponder com o limite sul do respectivo palácio<sup>238</sup>.



**Figura 39** – Pormenor do Cais do Palácio dos Côrte-Real na gravura do cortejo náutico do embarque de D. Catarina para Inglaterra de Dirck Stoop (1662). (Fonte: GARCIA, 2008, p. 34)

Entre o Paço da Ribeira e a Ribeira das Naus situava-se o Cais da Casa da Índia Nova, construída por D. João III. Segundo a iconografia tratava-se de, possivelmente, uma estrutura de formato quadrangular com a presença de um guindaste e de acesso directo aos armazéns da respectiva Casa<sup>239</sup>. Esta descrição é comprovada através de várias gravuras da época, nomeadamente as da autoria de Georg Braunio, bem como as respectivas reproduções. Este cais privativo permitia o controlo do tráfego das naus da carreira, demonstrando o grande nível de regulamentação a respeito destes assuntos, como a supervisão do desembarque dos produtos destas naus por altas patentes do reino, evitando potenciais desvios de mercadorias<sup>240</sup>. Deste modo, todas as descargas destas naus eram efectuadas directamente no Cais da Casa da Índia, sendo as mercadorias imediatamente pesadas, registadas e guardadas nos armazéns da mesma<sup>241</sup>.

<sup>238</sup> António Sabrosa – “As faianças da Casa Côrte-Real, Largo do Corpo Santo, Lisboa.” In Cláudio Torres (dir.) – *Arqueologia Medieval*. Nº 7. Mértola: Edições Afrontamento, 2001, p. 109-142.

<sup>239</sup> António Borges Coelho – *Ruas e gentes na Lisboa Quinhentista*. Lisboa: Caminho, 2006, p. 39.

<sup>240</sup> *Referências Históricas do Porto de Lisboa*. 1991, p. 56.

<sup>241</sup> António Borges Coelho – *Op. cit.* 2006, p. 39.



Nos inícios do século XVII, D. Filipe III de Espanha transferiu a Casa da Índia para o piso térreo do seu torreão no Paço da Ribeira<sup>242</sup>. Observando em pormenor a planta de João Nunes Tinoco conseguimos ver a referência a esta Casa e à estrutura portuária associada com acesso a um pátio possivelmente fechado (Figura 40). Este cais foi o protagonista aquando o desembarque de D. Maria Sofia de Áustria na Casa da Índia em 1687<sup>243</sup>. Em 1703 construiu-se uma “majestosa” ponte para o desembarque o arquiduque de Áustria<sup>244</sup>. Não existe, contudo, nenhuma informação que explique a esta construção específica, tendo em conta que a Casa da Índia já possuía um cais próprio.



**Figura 40** – Pormenor do cais da Casa da Índia de Filipe III na planta de Lisboa de João Nunes Tinoco, no século XVII. (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, CC. 1081 A).

O Cais da Pedra localizava-se junto ao antigo Paço da Ribeira de D. Manuel I, em pleno Terreiro do Paço. Foi mandado construir sobre um aterro realizado para o efeito em 1498 com a denominação de Cais das Embarcações das Bestas<sup>245</sup>. Frequentemente conhecido por Cais da Pedra, a sua antiga denominação, bem como o seu lugar de destaque, denunciaram desde cedo a sua principal funcionalidade: o embarque e desembarque das armadas das diversas carreiras<sup>246</sup>. Esta não era porém a

<sup>242</sup> Carlos Caetano – *Op. cit.* 2000, pp. 183-185.

<sup>243</sup> António Machado de Faria – *Op. cit.* 1948, p. 23.

<sup>244</sup> António Machado de Faria – *Op. cit.* 1948, p. 54.

<sup>245</sup> “Carta regia de 20 d’agosto de 1498”, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1895, pp. 380-381.

<sup>246</sup> Júlio Castilho – *Op. cit.* 1893, p. 236.

sua única funcionalidade, assim como outros cais, este também serviu como local de execução<sup>247</sup>. Relativamente à sua morfologia, tratava-se de uma plataforma rectangular que avançava pelo rio adentro, com escadarias nas suas três faces<sup>248</sup>. Existe, em 1524, um pedido de análise para a colocação de um guindaste no cais da Pedra<sup>249</sup> todavia não há qualquer evidência da sua construção efectiva, como comprovado na gravura de Sébastien Münster. Esta construção de D. Manuel I tornou-se actual para a sua época pela sua eficácia e longevidade, pelo que resistiu até ao terramoto de 1755<sup>250</sup>.



**Figura 41** – Pormenor do cais da Pedra na gravura “Lisbona” de Sébastien Münster, em finais do século XVI. (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, Iconografia, E. 2138 V.)

Em 1533 foi ordenada a conclusão do Cais Alfândega Nova Lisboa, assim como a do próprio edifício situado na zona nascente do Terreiro do Paço<sup>251</sup>. Porém, este só foi completamente concluído em 1605, permitindo o abastecimento de Lisboa por barcas oriundas do Ribatejo e da margem sul.<sup>252</sup> O Cais da Alfândega Nova, complemento e

<sup>247</sup> Em 1566 Gaspar Caldeira foi lá enforcado sob a acusação de ter guiado uma armada de franceses à ilha da Madeira, saqueando-a e matando cerca de 200 moradores. António Borges Coelho – *Op. cit.* 2006, p. 41.

<sup>248</sup> Carlos Caetano – *Op. cit.* 2000, p. 123.

<sup>249</sup> “Carta régia sobre a conveniência dum guindaste no Cais da Pedra”, 26 de Outubro de 1524, Évora, in *Documentação do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: livros de reis*. Vol. VII. Lisboa, Câmara Municipal, 1964. p. 31.

<sup>250</sup> Foi identificada a evidência arqueológica de uma das fases do cais na intervenção arqueológica do Terreiro do Paço em 2009, levada a cabo pela empresa Crivarque.

<sup>251</sup> “Carta régia sobre o acabamento da obra do cais da Alfândega Nova”, 8 de Outubro de 1533, Évora, in *Documentação do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: livros de reis*. Vol. VII. Lisboa, Câmara Municipal, 1964, p. 91.

<sup>252</sup> Luís Mendes de Vasconcelos – *Op. Cit.* 1990, p. 37.

extensão do próprio edifício aduaneiro, contribuiu para a eficácia do seu funcionamento. No primeiro quartel do século XVII houve a necessidade de ampliação do edifício, pelo que se procedeu à reconstrução do Cais da Alfândega, que detinha um pórtico próprio e colunata, permitindo que este se tornasse exclusivo do edifício, contribuindo para uma maior protecção destes produtos<sup>253</sup>. A evolução do Cais da Alfândega é bastante visível na iconografia, nomeadamente quando analisamos a gravura do século XVI publicada por Georg Braunio e a planta de João Nunes Tinoco do século XVII (Figuras 42). Na primeira a estrutura portuária trata-se de uma construção perpendicular ao rio, enquanto na segunda gravura não está representada nenhuma estrutura específica mas sim uma área frente ao edifício aduaneiro, sugerindo que a acostagem ao longo de um paredão que funcionava como cais, à semelhança do Cais da Casa da Moeda estudado.



**Figura 42** - Pormenor do cais da Alfândega Nova na “Planta da cidade de Lisboa em que mostram os muros de vermelho com todas ruas e praças” de João Nunes Tinoco, em 1689. (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, CC. 1081 A)

---

<sup>253</sup> Carlos Caetano – *Op. cit.* 2000, p. 195-196.

No âmbito das obras do metropolitano de Lisboa foi exumada uma estrutura portuária de formato subarredondado e com a presença de argolas de amarro, localizada na zona Sudeste do Terreiro do Paço<sup>254</sup>. A sua localização e formato sugerem que esta evidência arqueológica corresponde às reformulações que a Alfândega de Lisboa sofreu no pós-terramoto. A análise da cartografia da autoria de Duarte Fava nos inícios do século XIX corrobora esta afirmação, pelo que representa no local uma estrutura portuária com um formato similar (Figura 43).



**Figura 43** – Pormenor do Cais da Alfândega na “Carta topográfica de Lisboa e os seus subúrbios” de Duarte José Fava em 1831 (Fonte: Museu da Cidade de Lisboa, MC.GRA.481).

Por sua vez, o Cais da Rainha ou da Ribeira Velha, do século XVI, serviria provavelmente para a carga e descarga de peixe e fruta, pois localizava-se junto aos Mercados (Figura 44)<sup>255</sup>. A oriente da Alfândega e situado numa zona de terreiro, é possível identificar este cais na gravura Rombout van den Hoeye, de meados do século XVII. A alteração da sua nomenclatura esteve relacionada com a Rainha D. Catarina (esposa de D. João III), pois “conta a lenda” que esta gostava de passear pelos mercados da Ribeira<sup>256</sup>.

<sup>254</sup> Tânia Falcão; Sérgio Antunes – *Op. cit.* 2005, p. 15.

<sup>255</sup> Adolfo Loureiro – *Os portos marítimos em Portugal e ilhas adjacentes*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907.,p. 145.

<sup>256</sup> Júlio Castilho – *Op. cit.* 1893, pp. 194-195.





**Figura 44** - Pormenor do cais da Rainha na gravura "Lisbona per praeclara Portugallie metropolis" de Rombout van den Hoeye, em 1660. (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, CC. 252 V)

O Cais de Santarém – situado perto do Cais da Rainha – serviria para “desembarques privativos dos mareantes d’esses sítios”<sup>257</sup>. Esta localização é comprovada através da planta anterior ao terramoto publicada por Vieira da Silva em 1950, onde nomeiam uma reentrância no Tejo como “Caes de Santarém” (Figura 45)<sup>258</sup>. Tratava-se de uma edificação do século XVI, ordenada por D. Manuel I<sup>259</sup>. Em 1729 refere-se a construção do Cais de Santarém<sup>260</sup>, que deverá corresponder a uma reedificação. O terramoto de 1755 arrasou-o por completo, pelo que o Senado da Câmara de Lisboa o reconstrói após a tragédia.<sup>261</sup> Representações posteriores, de inícios do século XIX (de Duarte Fava e Perry Vidal), demonstravam também esta estrutura portuária, contudo esta aparece com outro cuidado construtivo e também um possível planeamento (Figura 46)<sup>262</sup>.

<sup>257</sup> Júlio Castilho – Idem.

<sup>258</sup> "Planta anterior ao terramoto" in Vieira da Silva – *Plantas topográficas de Lisboa*. [s.l.; s.n.] 1950. Nº15, Reproduções, p. 17. (Biblioteca Nacional Digital, Coleção Iconografia, D. 107 R).

<sup>259</sup> Adolfo Loureiro – *Op. Cit.* 1907, p. 144.

<sup>260</sup> “Consulta da camara a el-rei em 5 de Julho de 1729”, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1899, pp. 262-265.

<sup>261</sup> Factos notáveis e faustos da camara, seus privilégios, preeminencias, jurisdições, prerogativas, graças, mercês e honras que lhe fóram conferidas (1754-1764)”. In Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1911. pp. 1-2.

<sup>262</sup> FAVA, Duarte José – *Carta topográfica de Lisboa e os seus subúrbios*. Lisboa, 1831. (Museu da Cidade de Lisboa, Coleção Cartografia, MC.GRA.481) e F. Ferry Vidal – *Planta da cidade de Lisboa contendo o aterro do Bôa Vista, estações dos caminhos de ferro, circunvalação e todos os melhoramentos posteriores a 1843: dividido em bairros e freguezias*. Lisboa: Lithographia de Vasques, 1864. (Biblioteca Nacional Digital, CC- 1071-R.)



**Figura 45** - Pormenor do cais de Santarém na gravura "*Planta anterior ao terramoto*", publicada por Vieira da Silva. (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, D. 107 R)



**Figura 46** - Pormenor do cais de Santarém na gravura "*Planta da cidade de Lisboa contendo o aterro da Boa Vista, estações dos caminhos de ferro, circunvalação e todos os melhoramentos posteriores a 1843: divididos por bairros e freguesias*" de Perry Vidal e A. R. Costa (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, C.C. 1222 R).

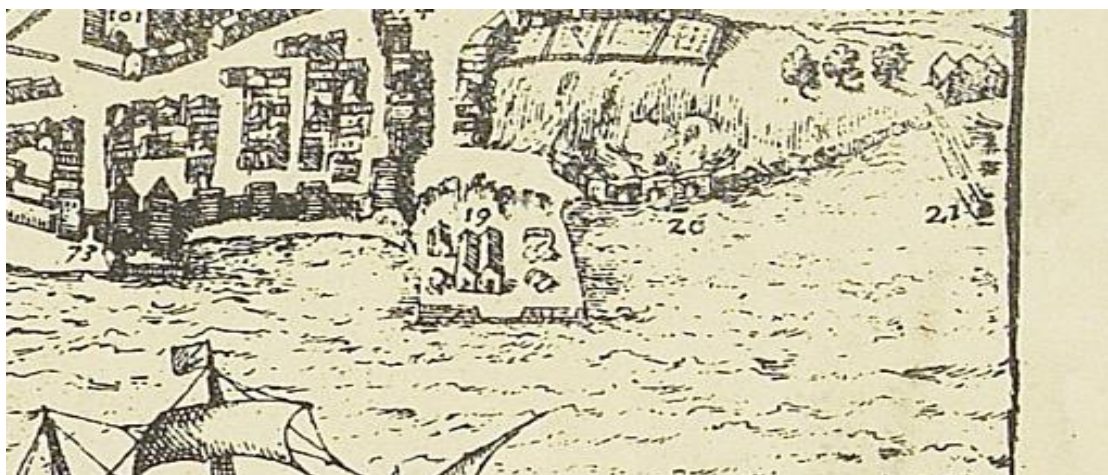
Na ribeira ocidental, o Cais do Carvão tinha carvoarias associadas, armazéns especializados e uma caldeira, tirando partido desta matéria-prima e servindo provavelmente os fornos de fundição de artilharia que se localizavam perto<sup>263</sup>. Porém este conheceu vários locais, sendo mudado de sítio com frequência<sup>264</sup>. Não se sabendo

<sup>263</sup> António Borges Coelho – *Op. cit.* 2006, p.40.

<sup>264</sup> Júlio Castilho – *Op. cit.* 1893, pp. 115-116.



a localização primitiva, foi transferido para Alfama em 1528 (Figura 47)<sup>265</sup>. A 1858 o Cais do Carvão bem como as suas carvoarias e armazéns adjacentes são desactivados devido ao alargamento das obras que originaram o aterro para o caminho-de-ferro e a Estação Ferroviária de Santa Apolónia. Como substituto, a população começa a utilizar o Cais do Tojo da Bica do Sapato de modo a satisfazer o tráfego marítimo local<sup>266</sup>.



**Figura 47** – Pormenor do cais do Carvão (nº19) e do cais da Madeira (nº20) na gravura “Olissipo quae nunc Lisboa( ...)” de Georg Braunio, do século XVI. (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, CC. 381 A).

No século XVII – em 1679 – este mudou-se de novo para a Praia das Galés, a planta anterior ao terramoto localiza a “Gallé” (também abaixo do Campo de Santa Clara), todavia não sabemos se esta se refere simplesmente à prisão ou se naquele local existia mesmo uma praia com esta nomenclatura (Figura 48). Neste local, existem várias referências a execuções de condenados no próprio cais, devido a este tipo de acções o cais passou a denominar-se de Cais dos Moiros<sup>267</sup>, comprovado na documentação pela alusão à reedificação deste cais em finais do século XVII (porém sem a confirmação da sua localização na praia das galés)<sup>268</sup>.

Encarregado do tráfego da madeira, o Cais da Madeira estaria junto ao Cais do Carvão (Figura 47). A sua construção foi ordenada em 1558, próximo do Campo de Santa

<sup>265</sup> “Carta régia sobre a mudança do Cais do Carvão e do varadouro das naus”, 20 de Março de 1528, Almeirim. In *Documentação do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: livros de reis*. Vol. VII. Lisboa, Câmara Municipal, 1964, p. 49.

<sup>266</sup> Júlio Castilho – *Op. cit.* 1893, pp. 115-116.

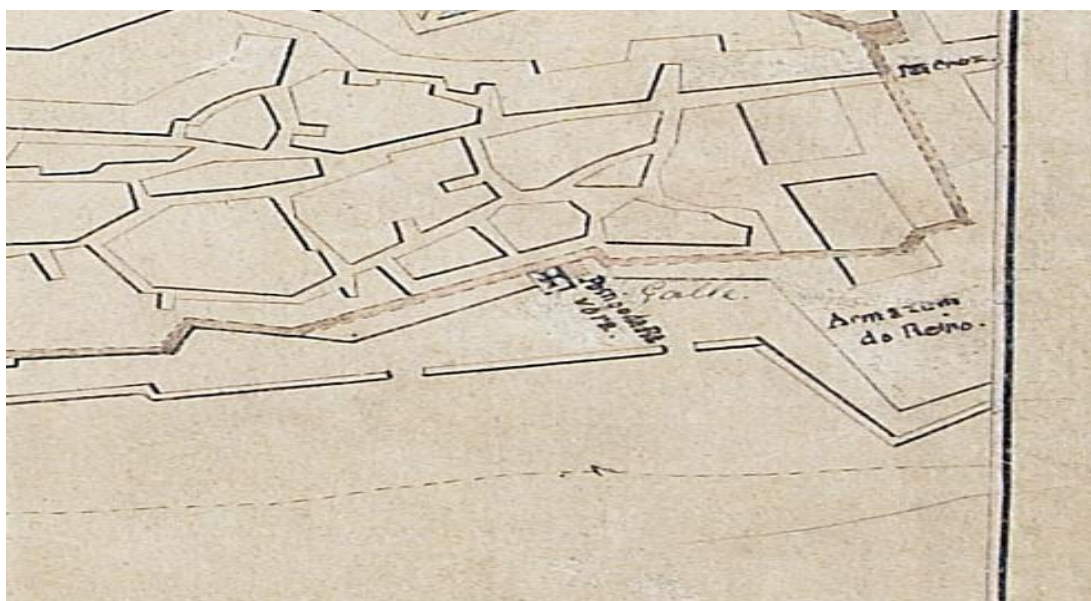
<sup>267</sup> Júlio Castilho – *Op. cit.* 1893, p. 131.

<sup>268</sup> “Consulta da camara a el-rei em 12 de Maio de 1702”, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1899, pp. 114-121.

<sup>268</sup> António Borges Coelho – *Op. cit.* 2006, p.40.



Clara<sup>269</sup>. No século XVII, mais especificamente em 1633, o Cais da Madeira encontrava-se em ruínas, daí que para a sua reconstrução deste foi exigida a contribuição dos mercadores de madeira para o efeito<sup>270</sup>. O Cais da Aldeia Galega, junto ao Cais da Madeira seria provavelmente uma estrutura portuária destinada ao abastecimento interno, nomeadamente de produtos de origem da Aldeia Galega, actual Montijo, na margem sul do rio Tejo<sup>271</sup>.



**Figura 48** – Pormenor da “Gallé” a ocidente dos armazéns do reino na “Planta anterior ao terramoto, publicada por Vieira da Silva. (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, D. 107 R).

O Cais do Secretariado, ainda construído no século XVI, localizava-se nas proximidades das tercenas da Porta da Cruz, na praia dos “algarves”, onde actualmente se encontra o Museu Militar de Lisboa<sup>272</sup>.

O cais da Fundição, de construção em 1678, localizava-se junto à Velha Torre da Pólvora<sup>273</sup>. A sua nomenclatura, bem como a planta de João Nunes Tinoco (de finais do século XVII), demonstra esta possível localização (actualmente, a oriente da estação de comboios de Santa Apolónia). Outra informação que o nome deste cais nos apresenta

<sup>269</sup> “Alvará sobre o Cais da Madeira”, 15 de Março de 1558, Lisboa, in *Documentação do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: livros de reis*. Vol. VI. Lisboa, Câmara Municipal, 1962, p. 52.

<sup>270</sup> “Assento de vereação de 1 de Março de 1625”, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1897, pp. 171.

<sup>271</sup> Irisalva Moita – “Lisboa no século XVI”. In Irisalva Moita (coord.) – *Op. cit.* 1994, p. 162.

<sup>272</sup> Adolfo Loureiro – *Op. Cit.* 1907, p. 144.

<sup>273</sup> “Consulta da camara a el-rei em 16 de setembro de 1678”, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1904, pp. 305.

é a sua presumível função: deveria ser aqui que se desembarcava a matéria-prima necessária ao fabrico de artilharia. Este cais terá perdurado no tempo até meados do século XIX, pois a Fundação bem como o paredão associado aparecem em cartografias desta centúria, nomeadamente na de Perry Vidal (Figura 49). Como tal, é possível que este cais tenha continuado a funcionar de modo a abastecer a Fundação da Artilharia no local.



**Figura 49** – Pormenor do Cais da Fundação na “Planta da cidade de Lisboa contendo o aterro da Bôa Vista, estações dos caminhos de ferro, circunvalação e todos os melhoramentos posteriores a 1843: divididos por bairros e freguesias” de Perry Vidal e A. Costa, publicado em 1864. (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, C.C. 1222 R.)

O cais dos Soldados estava situado na praia dos “algarves” e, segundo a sua toponímia, possivelmente estaria associado ao quartel de cavalaria<sup>274</sup>. Júlio Castilho data este cais da segunda metade do século XVII, porém este é representado pela primeira vez na “Carta topográfica de Lisboa e os seus subúrbios” de Duarte José Fava, em 1826 (Figura 50)<sup>275</sup>. Por sua vez, na “Carta topográfica de Lisboa”, de Filipe Folque (1871)<sup>276</sup>, o Cais dos Soldados é identificado como a “Estação do Caes dos Soldados”, o que pressupõe uma primeira fase da Estação Ferroviária de Santa Apolónia (construída em 1856) no local (Figura 51)<sup>277</sup>.

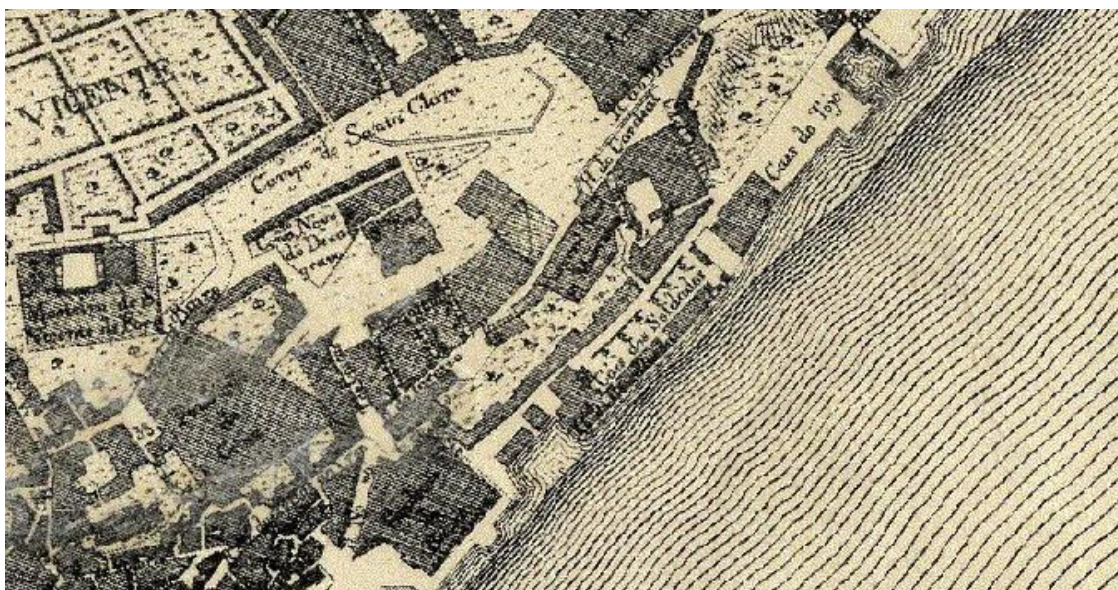
<sup>274</sup> Júlio Castilho – *Op. cit.* 1893, p. 118.

<sup>275</sup> FAVA, Duarte José – *Carta topográfica de Lisboa e os seus subúrbios*. Lisboa, 1831. (Museu da Cidade de Lisboa, Colecção Cartografia, MC.GRA.481).

<sup>276</sup> Filipe Folque

<sup>277</sup> Júlio Castilho – *Op. cit.* 1893, p. 123.





**Figura 50** – Pormenor do Cais dos Soldados e do Cais do Tojo da Bica do Sapato “Carta topográfica de Lisboa e os seus subúrbios” de Duarte José Fava em 1831 (Fonte: Museu da Cidade de Lisboa, MC.GRA.481).



**Figura 51** – Pormenor da Estação do Cais dos Soldados e o Cais do Tojo na “Carta topográfica da cidade de Lisboa” de Filipe Folque realizada em 1856 (Fonte: Museu da Cidade de Lisboa, MC.GRA.480).

A primeira alusão ao cais do Tojo da Bica do Sapato apareceu no século XVII, quando a Câmara Municipal de Lisboa enunciou a necessidade da sua construção, em 1673<sup>278</sup>. As docas da Bica do Sapato foram construídas em 1674 e, poucos anos depois, construiu-se o cais, já acabado em 1702<sup>279</sup>. O terramoto teve efeitos devastadores no Cais do Tojo da Bica do Sapato, sendo ampliado e passando a deter diversas caldeiras<sup>280</sup>. O Cais do Tojo da Bica do Sapato serviria para o embarque e desembarque do tojo e do lixo na ribeira oriental, pouco tempo depois da sua construção é utilizado também para a embarcação do lixo da cidade<sup>281</sup>. No século XIX, o cais continuava em funcionamento, pelo que adoptou as funcionalidades que o extinto Cais do Carvão detinha, devido à transferência para o local do Mercado do Carvão em 1835 (anteriormente localizado no Largo do Corpo Santo) (Figura 50)<sup>282</sup>.

Tratando-se da capital de um reino, em expansão comercial numa fase inicial, era fundamental a especialização e multiplicação destas estruturas. Ao longo da época moderna as estruturas portuárias iam sofrendo constantes alterações, acompanhando as próprias prioridades do reino. Por exemplo, o comércio, a guerra e o povoamento eram linhas de actuação distintas que tinham, também, necessidades distintas, levando deste modo à existência de muitos pequenos cais e pontes com funções e actividades muito particulares.

Também a Ribeira ocidental, que foi objecto de estudo específico nesta dissertação, conheceu estas dinâmicas ao longo da Idade Moderna. Zona de expansão urbana no século XVI, também nela se tinham implantando estruturas de ligação entre a cidade e o meio aquático, a par da instalação de numerosas e importantes infra-estruturas bem como de uma intensa utilização das suas praias.

---

<sup>278</sup> “Assento de vereação de 18 de Maio de 1673”, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1894, pp. 445-446.

<sup>279</sup> “Consulta da camara a el-rei em 12 de Maio de 1702”, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1899, pp. 114-121.

<sup>280</sup> Adolfo Loureiro – *Op. Cit.* 1907, p. 144.

<sup>281</sup> “Carta do secretario de estado Diogo Mendonça Côrte Real ao escrivão do senado da camara”, 23 de Julho de 1726, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1899, pp. 77.

<sup>282</sup> Júlio Castilho – *Op. cit.* 1893, p. 512.

## 4.2. A BOAVISTA

O sítio da Boavista, onde se localizam a Praça D. Luís I e o Mercado da Ribeira, teve ao longo dos séculos uma considerável ocupação humana. Ao considerarmos as oscilações do leito do rio Tejo, bem como o conhecimento da implantação do aterro da Boavista no século XIX, torna-se claro o carácter marítimo desta zona desde os tempos mais remotos.

Durante a época romana a Praça D. Luís I era possivelmente um fundeadouro – evidência arqueológica presente na intervenção realizada no local. Foram exumados inúmeros fragmentos de ânforas lusitanas, *terra sigillata*, bem como peças de madeira de embarcações romanas com cronologias que apontam para o II século d.C.<sup>283</sup> Na Ribeira Ocidental as evidências arqueológicas da ocupação romana são esporádicas, contudo a presença de ânforas romanas e *terra sigillata* foram observadas na Avenida da Ribeira das Naus bem como na intervenção do edifício da EDP<sup>284</sup>. Para além da comprovação do carácter marítimo clássico de Lisboa, estas evidências corroboram uma linha de costa bastante mais recuada do que a observada na época moderna<sup>285</sup>.

Na época medieval este local tratava-se de um espaço periurbano, exterior às muralhas. Para o período islâmico a informação disponível é escassa, contudo esta zona não detinha funcionalidades de grande importância, pois as actividades marítimo-fluviais desta época concentravam-se em Alfama<sup>286</sup>. A partir de meados do século XI começaram a ocupar-se terrenos junto à costa. As praias fluviais eram destinadas à salga e à secagem do peixe, havendo pontualmente alguns locais reservados para a construção naval. Estas seriam provavelmente as actividades realizadas na praia da Boavista, tendo em conta que o local permanecia fora dos limites das muralhas<sup>287</sup>. A ocupação muçulmana neste local não é muito expressiva a nível arqueológico,

---

<sup>283</sup> Cristóvão Fonseca; José Bettencourt; Teresa Quilhó – “Entalhes, mechas e cavilhas: evidências de um navio romano na Praça D. Luís I (Lisboa).” In José Morais Arnaud; Andrea Martins; César Neves (coord.) – *Op. Cit.* 2013. pp. 1185-1191.

<sup>284</sup> Jorge Parreira; Marta Lacasta Macedo – *Op. cit.* 2013, pp. 747-754.

<sup>285</sup> M. Teresa Azevedo – “As mudanças de percurso do Tejo nos tempos modernos. Causas naturais e antrópicas.” In António A. Tavares; Maria J. F. Tavares; João Luís Cardoso (eds.) – *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos: Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*. Lisboa, Universidade Aberta, 2004, pp. 517-568.

<sup>286</sup> Jorge Gaspar – “O desenvolvimento do sítio de Lisboa”. In Irisalva Moita (coord.) – *Op. cit.* 1994, . 16.

<sup>287</sup> Carlos Caetano – *Op. cit.* 2000, pp. 17-20.

contrastando com as evidências arqueológicas no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e no Mandarin Chinês, que demonstram as actividades realizadas nos arrabaldes islâmicos associadas à produção artesanal, ao comércio e à circulação marítimo-fluvial<sup>288</sup>.

Nos primórdios da Idade Moderna o sítio da Boavista correspondia a parte da freguesia dos Mártires, só sendo individualizada em 1566, quando se formou a freguesia de São Paulo<sup>289</sup>. Neste século deu-se também a deslocação das principais estruturas navais para a zona ocidental da Ribeira de Lisboa, bem como a descida da nobreza à Ribeira, formando uma paisagem onde alternavam estaleiros navais, praias e palacetes<sup>290</sup>. Não compreendemos os limites exactos da freguesia à época, mas dois séculos depois estendia-se desde o arco do Corpo Santo até à rua das Gaivotas (próximo do actual Largo do Conde Barão), passando pelos Remolares (actual Cais do Sodré). A toponímia associada aos becos existentes nesta freguesia remontam às actividades e instituições aqui situadas: Beco da Junta, Beco do Cais da Rocha, Beco do *Assucares*, Beco do Carvão e o Boqueirão da Moeda<sup>291</sup>.

O carácter marítimo do reino português nesta fase proporcionou uma variedade de ofícios na Ribeira de Lisboa, aproveitando-se todos os pontos de contacto terra-mar para o embarque e desembarque de navios. Os cais, bem como as praias ribeirinhas, funcionavam como auxílio aos ancoradouros espalhados pelo rio Tejo, pelo que facilitavam o desembarque de mercadorias e pessoas<sup>292</sup>.

À semelhança de toda a orla costeira da Ribeira de Lisboa, na Boavista havia também a preocupação da manutenção das suas praias bem como dos seus locais de embarque e desembarque; contudo esta não foi sistemática ao longo dos séculos. Na segunda metade do século XVI, houve a necessidade de construção de pontes para

---

<sup>288</sup> Jacinta Bugalhão; Deolinda Folgado – “O arrabalde ocidental de Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira.” In Cláudio Torres (dir.) – *Arqueologia Medieval*. Nº 7. Mértola, Edições Afrontamento, 2001, p. 114.

<sup>289</sup> Augusto Vieira da Silva – *As freguesias de Lisboa*. Lisboa: Publicações da Câmara Municipal de Lisboa, 1943, pp. 16-29.

<sup>290</sup> Irisalva Moita – “Lisboa no século XVI.” In Irisalva Moita (coord.) – *Op. cit.* 1994, p. 139.

<sup>291</sup> Fernando Portugal; Alfredo de Matos – *Lisboa em 1758: memórias paroquiais de Lisboa*. Lisboa: Coimbra, Lda., 1974, pp 215-217.

<sup>292</sup> António Nabais – “O Tejo: actividades portuárias.” In *O trabalho e as tradições religiosas no Distrito de Lisboa: Exposição de etnografia*. Lisboa: Governo Civil de Lisboa, 1991, p. 215.

lançamento de lixos e lamas ao longo da Ribeira de Lisboa, à excepção, porém, da Ribeira de Santos<sup>293</sup>. Dada a proximidade entre esta ribeira e o sítio da Boavista é possível que a implantação de novas estruturas também se aplicasse no local, demonstrando, deste modo, a preocupação régia da manutenção da orla costa nesta época bem como das suas actividades marítimas.

Nos séculos XVII e XVIII houve uma mudança da posição da Câmara Municipal de Lisboa relativamente à manutenção da Ribeira de Lisboa, nomeadamente na Boavista. Foi pedido que em São Paulo e na Boavista não fossem despejados bacios senão nos seus cais, para além disso exigiam que a praça de São Paulo e o cais das Necessárias estivessem sempre limpos<sup>294</sup>. Para além da preocupação pela orla costeira demonstrada, torna-se visível a problemática do assoreamento das margens do rio Tejo nesta época, devido à acumulação de entulhos, questão aliás recorrente ao longo deste período e vastas vezes mencionada<sup>295</sup>. Os esforços de manutenção e limpeza das diversas praias da Ribeira de Lisboa, e nomeadamente a da Boavista, tinham como principais objectivos zelar pela saúde pública local bem como diminuir os constrangimentos que o entulho e o lixo colocavam às actividades comerciais e marítimas<sup>296</sup>. Dada a continuidade destes pedidos de manutenção ao longo da época moderna, a questão da limpeza destes locais parece ter sido apenas resolvida com a construção do aterro da Boavista no século XIX.

A construção de estruturas portuárias efectivas não era exclusivamente da responsabilidade coroa. À medida que a Ribeira de Lisboa se expandia, iam sendo edificadas palacetes, casas de nobres e oficinas de artífices que poderiam evoluir para unidades manufactureiras. As estruturas portuárias acompanhavam este processo, proliferando-se ao longo da Ribeira e adoptando diversas funcionalidades. Para além de

---

<sup>293</sup> “Carta régia sobre vários assuntos da administração municipal, entre eles o da «Água livre»”. Almeirim, 3 de Março de 1574. In *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: livros de reis*. Vol. VIII. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1973. Pp. 88.

<sup>294</sup> “Posturas da limpeza da cidade no ano de 1610”. In OLIVEIRA, Eduardo de – *Op. cit.* Vol. VIII. 1899. pp. 599.

<sup>295</sup> Veja-se por exemplo, a “Carta do secretário de estado dos negócios da marinha e ultramar, António Guedes Pereira ao vereador Gaspar Ferreira Aranha”, 9 de Outubro de 1742. In OLIVEIRA, Eduardo de – *Op. cit.* Vol. XII. 1904. pp 104-108.

<sup>296</sup> “Carta do secretário de estado dos negócios da marinha e ultramar, António Guedes Pereira ao vereador Gaspar Ferreira Aranha”, 9 de Outubro de 1742. In OLIVEIRA, Eduardo de – *Op. cit.* Vol. XII. 1904. pp 104-108.



possibilitarem a acostagem de embarcações, funcionavam ainda como espaços públicos de passeio ou, por exemplo, de execução pública. Em alguns casos, como referido anteriormente, os cais poderiam ser de uso exclusivo de certas instituições ou personalidades<sup>297</sup>.

No século XVI, o Cais da Rocha situava-se na freguesia dos Mártires, existindo um sítio denominado por “Sítio do Caes da Rocha”<sup>298</sup>. Quer a sua funcionalidade, quer a natureza de embarcações que atracavam neste cais, não foi possível extrapolá-las pois a outra referência ao mesmo existente apenas nos diz que da Rua Direita ao Beco do Caes da Rocha havia moradores que eram mestres em cartas de marear<sup>299</sup>. Este beco continuaria a existir no pós-terramoto, porém associado à freguesia de São Paulo e portanto presente na zona da Boavista possivelmente<sup>300</sup>. Estamos perante um exemplo do tipo de informação que a toponímia é capaz de oferecer, dado que somente através desta conseguimos saber que existia o cais da Rocha em Lisboa no século XVI; a sua existência após esta cronologia é desconhecida pois é possível o topónimo ter perdurado no tempo e não o cais.

O Cais das Necessárias foi construído possivelmente ainda no século XVI, uma vez que consta nas Posturas da limpeza da cidade de Lisboa compiladas em 1610. Determinava-se então que não fosse colocado lixo entre a zona da praça de S. Paulo e o referido cais<sup>301</sup>, não se indicando porém se este se localizava a ocidente ou oriente daquela praça pelo que a sua localização é difícil.

Quanto ao Cais das Negras situado na Boavista pouco se sabe relativamente à sua funcionalidade e cronologia, a não ser que foi destruído a 21 de Julho de 1597 devido a um desmoronamento de terras do monte de Santa Catarina e do monte das Chagas<sup>302</sup>.

---

<sup>297</sup> António Nabais – *Op. cit.* 1991, p. 214.

<sup>298</sup> Cristóvão Rodrigues de Oliveira – *Lisboa em 1551: Sumário*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987, p. 126.

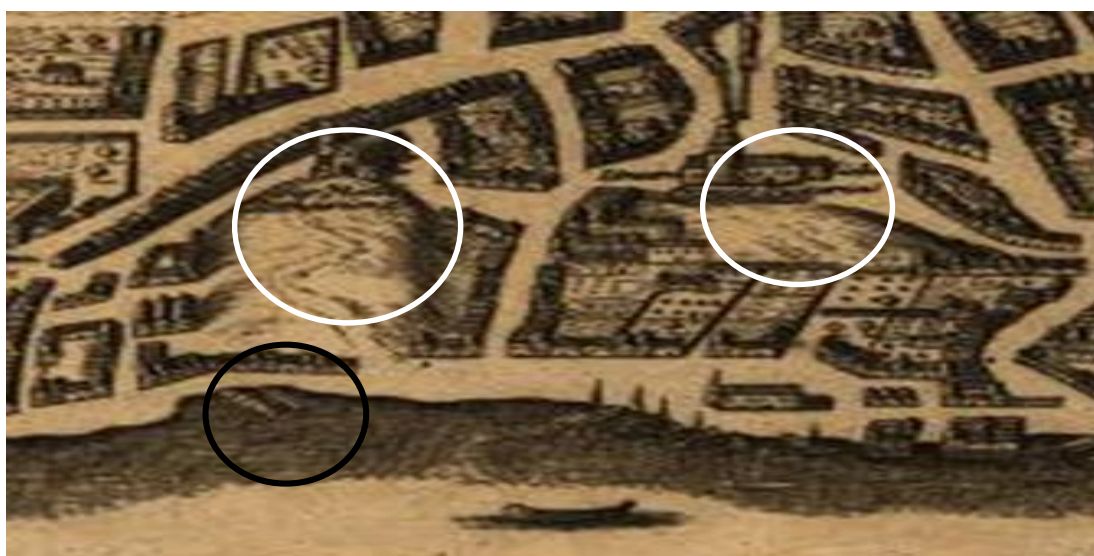
<sup>299</sup> “Chancelaria da cidade. Códice nº 501 – Livro de lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a el-rei nosso senhor no ano de 1565: 1566-VI - Moradores da freguesia dos Mártires e mestres em cartas de marear.”, In Raul Lino; Luís Silveira (orient.) – *Documentos para a História de Arte em Portugal: documentos dos séculos XV a XIX (Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa)*. Vol. 14. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

<sup>300</sup> Fernando Portugal; Alfredo de Matos – *Op. cit.* 1974, pp. 215-217.

<sup>301</sup> “Posturas da limpeza da cidade, nº39-44”, 1646, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* Vol. XII. 1899, pp. 599.

<sup>302</sup> “A Ruína de Lisboa (21 de Julho de 1597)”, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* Vol. XVI. 1908, pp. 138.

Sabendo que o Cais das Negras ficava no alinhamento do Monte de Santa Catarina, podemos verificar a sua possível posição a ocidente da Igreja de S. Paulo. A gravura quinhentista “Lisboa oder Lissabon” apresenta apenas duas estruturas contíguas sob o monte de Santa Catarina (aparentemente dois cais), pelo que um dos quais poderá tratar-se o Cais das Negras, todavia sem quaisquer certezas. O desconhecimento relativo à sua funcionalidade e aos produtos que circulavam neste cais não põe em causa a sua importância, dado que posteriormente (em 1624) numa consulta da Câmara de Lisboa, referem a necessidade da sua reconstrução, pois o despejo dos lixos estava a ser feito no cais do lado – no entanto não referem qual – e isto estava a impossibilitar a circulação



**Figura 52** – Pormenor da gravura “Lisboa oder Lissabon” do século XVI, destacando-se os seguintes montes: das Chagas e de Santa Catarina (a branco); bem como as pontes localizadas no seu enfiamento em direcção ao rio (a preto). (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, Colecção Iconografia, E. 986 A).

livre naquele local (Figura 52)<sup>303</sup>.

O Cais de São Paulo teria como principal objectivo a serventia pública daquela zona do século XVI ao século XVIII, tendo em conta as suas referências históricas durante este período. Não conhecemos ao certo o local específico onde estava situado, todavia de acordo com a sua toponímia podemos simplesmente afirmar que provavelmente se localizava na praia de São Paulo. No século XVII surgia a proibição do despejo de bacios

---

<sup>303</sup> “Assento de vereação de 20 de Março de 1621”, Lisboa. In Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* Vol. II. 1887, pp. 585-588.

entre ao sítio de S. Paulo e a Boa-Vista com a excepção do cais<sup>304</sup>, sugerindo a serventia pública anteriormente mencionada. Nos finais desta centúria e inícios do século seguinte o sítio de S. Paulo era uma área privilegiada para o carregamento de “lomas” da cidade de Lisboa e, como tal, contribuía para a manutenção da sua limpeza<sup>305</sup>.

A ponte da Junta da Companhia Geral do Comércio do Brasil (mencionada na documentação desta forma) era destinada ao embarque do lixo da cidade em 1726. Todavia, nesta altura esta já não pertencia a esta instituição, pelo que a designam como a “ponte da junta que foi do comércio”, de modo a embarcar o lixo da cidade<sup>306</sup>. A Junta da Companhia Geral do Comércio do Brasil foi criada em 1649 e instalou-se a ocidente da Igreja de São Paulo, actualmente correspondente à área circundante da Praça D. Luís I<sup>307</sup>. Esta estrutura portuária seria exclusiva ao tráfego e outras actividades associadas à Junta da Companhia Geral do Comércio do Brasil. Para além da documentação histórica que atesta a existência desta instituição no local, descobertas arqueológicas recentes também o corroboram, como é o caso da grade de maré observada na Praça D. Luís I que poderá pertencer a esta Junta<sup>308</sup>. No primeiro quartel do século XVIII, estas estruturas foram reaproveitadas aquando a instalação da Casa da Moeda no local – tema desenvolvido no ponto 2.4. desta dissertação. Como tal, o Cais da Casa da Moeda era mais uma estrutura portuária situada na Boavista cuja evidência física perdurou até aos nossos dias.

São frequentes as referências a diversas estruturas marítimas na freguesia São Paulo ao longo dos séculos XVII e XVIII – com a denominação de pontes ou plataformas – todavia não nos é possível discernir se estas pontes/plataformas tratavam-se do Cais de S. Paulo, da Ponte da Junta da Companhia Geral do Comércio do Brasil ou se

---

<sup>304</sup> “Consulta da camara a el-rei em 5 de Julho de 1729”, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* Vol. XII. 1899, pp 262-265.

<sup>305</sup> Helena Murteira – “Freguesia de S. Paulo”. In Francisco Santana; Eduardo Sucena (dir.) – *Dicionário de Lisboa*,. Lisboa: Carlos Quintas & Associados Lda., 1994, p. 316.

<sup>306</sup> “Carta do Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real ao escrivão do Senado da Câmara Municipal de Lisboa”, 23 de Julho de 1726, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* Vol. XII. 1899, pp. 77.; “Carta do Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real ao escrivão do Senado da Câmara Municipal de Lisboa”, 27 de Julho de 1726, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* Vol. XII. 1899, pp. 77-78.

<sup>307</sup> Leonor Freire Costa – *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol. I. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, p. 514.

<sup>308</sup> Alexandre Sarrazola; José Bettencourt; André Teixeira – *Op. cit.* 2014, pp. 111-116.

realmente eram estruturas portuárias distintas. Estas estavam presentes no local desde inícios do século XVII, tendo em conta que em 1636 houve o pedido para a reformulação das plataformas existentes na praia de S. Paulo<sup>309</sup>. A sua funcionalidade primordial pouco diferia do Cais de S. Paulo pelo que em 1726 foi ordenada a construção de pontes no baluarte de S. Paulo para a embarcação de entulho<sup>310</sup>, bem como em 1746 o contratador da limpeza de Lisboa foi notificado de modo a cuidar das duas pontes de embarque de lama, uma localizada no Cais do Tojo e outra em S. Paulo.<sup>311</sup> Esta actividade é observada na panorâmica da cidade de Lisboa em Azulejo antes do



**Figura 53-** Pormenor da praça de S. Paulo no painel de azulejo “Vista de Lisboa anterior ao terramoto de 1755”, presente no Museu Nacional do Azulejo.

terramoto de 1755, onde vemos uma ponte na praça de S. Paulo (em frente à Igreja respectiva) repleta de trabalhadores sobre o que parecem ser lamas (Figura 53).

---

<sup>309</sup> “Decreto da duquesa de Mantua de 16 d’abril de 1636”. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1889, pp. 184-185.

<sup>310</sup> “Carta do secretario de estado Diogo de Mendonça Côrte Real ao vereador do senado ocidental Jorge Freire d’Andrade”, 25 de Julho de 1726, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1899, p. 78.

<sup>311</sup> “Consulta da camara a el-rei em 9 de janeiro de 1746”, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1904, pp. 482-492.; “Carta do secretario de estado dos negócios do reino Pedro da Motta e Silva, ao vereador presidente do senado da camara – 10 de Janeiro de 1746”, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1904, pp. 493.

No século XVIII, o Cais dos Duques de Aveiro situava-se no limite ocidental da praia da Boavista, desconhecemos, porém, a sua localização exacta<sup>312</sup>. Segundo a sua denominação, este servia o Paço dos Duques de Aveiro e, como tal, tratava-se de um cais privativo para uso exclusivo desta família. Na vista de Lisboa antes do terramoto de 1755 em azulejo (exposta no Museu Nacional do Azulejo), é possível localizar o Paço dos



**Figura 54** - Pormenor do Paço dos Duques de Aveiro na Panorâmica de azulejo de Lisboa anterior ao terramoto de 1755, presente no Museu Nacional do Azulejo.

Duques de Aveiro, em Santos-o-Velho, com embarcações junto a ele porém sem qualquer presença de uma estrutura portuária (Figura 54). A falha na sua representação poderá estar relacionada com a escolha por parte do autor da gravura ou com pouca expressão que este tinha face ao referido Paço.

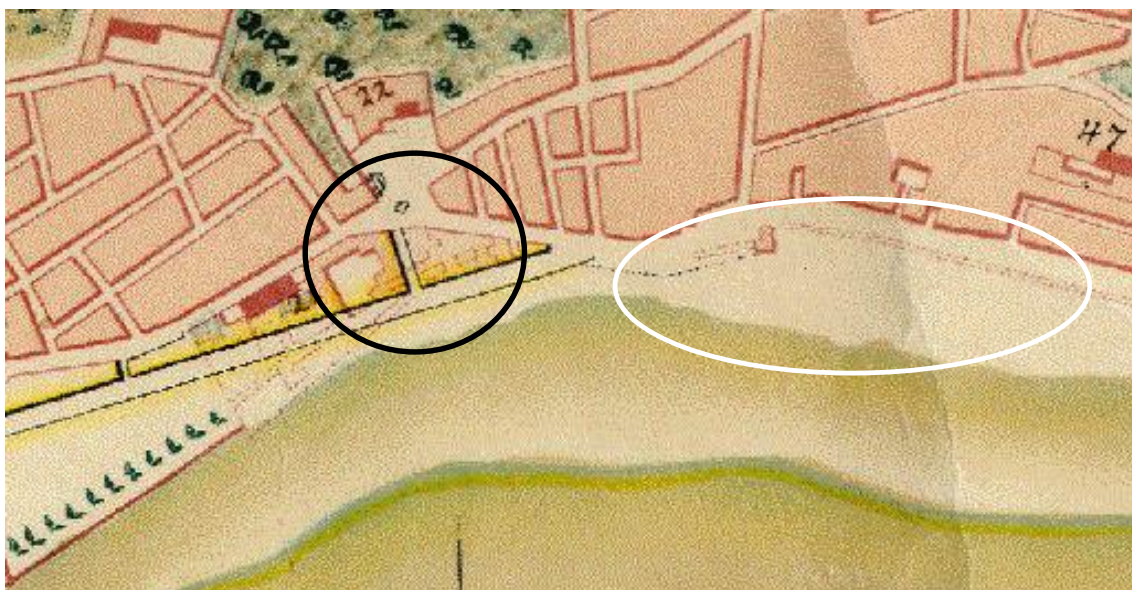
O Cais do Tojo da Boavista surgiu possivelmente nos finais do século XVII ou no início do século XVIII. A sua funcionalidade bem como localização é-nos dada pelo seu nome, pois seu objectivo principal seria possivelmente o embarque e desembarque do tojo do local. Todavia, pelo menos desde de 1726 que esta estrutura portuária permitia também o embarque de lixos, através da existência de uma barca acostada para o efeito<sup>313</sup>. O cais terá sobrevivido ao terramoto de 1755, ou pelo menos foi reconstruído,

<sup>312</sup> “Consulta da camara a el-rei em 7 de Junho de 1727”, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1899, pp. 120-124.

<sup>313</sup> “Carta do Secretario De Estado Diogo de Mendonça Côrte Real ao escrivão do senado da camara”, 23 de Julho de 1726, Lisboa. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1899, pp. 77.



pois em 1771 é mencionada a mudança de uma ponte destinada a embarque de lamas para o Sítio do Cais do Tojo, que se localizava frente ao princípio da Calçada do Conde de Villa Nova<sup>314</sup>, correspondente hoje em dia à Calçada Marquês de Abrantes (próximo do actual Largo de Santos). Na mesma zona existe actualmente uma rua denominada por “Rua do Cais do Tojo”, pelo que é possível que este topónimo tenha perdurado até aos nossos dias. A análise da “Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também



**Figura 55** - Pormenor do cais do Tojo da Boavista (a preto) e da praia da Boavista (a branco) na "Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel" de João Pedro Ribeiro (Fonte: Museu da Cidade de Lisboa, MC. GRA.35)

segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel" geo-referenciada<sup>315</sup> demonstra-nos que o Largo de Santos bem como as ruas adjacentes eram uma zona de interface na época moderna, como tal era possível a presença de um cais no local (Figura 55).

Na segunda metade do século XVIII, Lisboa reinventou a sua composição urbana ribeirinha devido às reconstruções do pós-terramoto. Para além da construção do Cais do Mercado da Ribeira Nova (cuja evidência arqueológica se observou na intervenção do Mercado da Ribeira) e a praça correspondente, no limite oriental da zona

<sup>314</sup> "Aviso sobre as obras perto da nova Ribeira" In *Chancelaria Régia, Livro 17º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I*. Lisboa: 12 de Agosto de 1771. Arquivo Municipal da Câmara de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/CR/0186/0036. f. 166 a 168.

<sup>315</sup> Site "Lisboa interactiva" da Câmara Municipal de Lisboa. (Disponível em <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>; consultado em Fevereiro de 2014)

da Boavista foi construído também o Cais dos Remolares, em 1768<sup>316</sup>. Este cais estava associado à Praça dos Remolares e corresponde ao local do actual Cais do Sodré. A sua representação cartográfica surge pela primeira vez através de Carlos Mardel, que à semelhança do Cais do Mercado da Ribeira Nova (analisado no ponto 3.4.) era composto por suas escadarias divergentes e paralelas à costa<sup>317</sup>.

Em suma, o sítio da Boavista e a área ribeirinha circundante, como S. Paulo e Cate-que-farás, são referidos na historiografia bem como na documentação histórica como zonas de serventia quase exclusiva a actividades marítimas, a partir do século XVI. Tratava-se de uma zona extra-muros, suja e até um certo modo clandestina que se destinava a pescadores locais, marinheiros e mercadores vindos do além-mar. Proliferava a construção naval e o comércio nestas zonas. A natureza marítima da Boavista é, deste modo, comprovada pelas actividades aqui desenvolvidas, pelas estruturas edificadas no local desde da Junta da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil do século XVII ao Mercado da Ribeira Nova da segunda metade do século XVIII, bem como pela quantidade de estruturas portuárias verificadas no local, quer a nível arqueológico, quer a nível histórico e que se articulavam com uma rede portuária que ocupava toda a margem Norte do Tejo<sup>318</sup>.

---

<sup>316</sup> “Factos notáveis e faustos da camara, seus privilégios, preeminencias, jurisdições, prerogativas, graças, mercês e honras que lhe fóram conferidas (1754-1764)”. Publicado por Eduardo de Oliveira – *Op. cit.* 1911, pp. 1-2.

<sup>317</sup> João Pedro Ribeiro – *Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel. Lisboa, 1947.* (Museu da Cidade de Lisboa, Coleção Cartografia, MC.GRA.35).

<sup>318</sup> Neste capítulo não foi abordado o cais da Casa da Moeda nem o cais da Ribeira Nova pois estes foram analisados nos pontos 2.4. e 3.4., respectivamente.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estruturas portuárias destinadas à acostagem de navios eram na Idade Moderna infra-estruturas indispensáveis a uma cidade costeira, como ainda hoje o são. Dada a proximidade ao mar, os seus contactos via marítimo-fluvial eram fundamentais para o seu desenvolvimento. Desde tempos remotos os cais surgiram, portanto, como o elo de ligação entre a terra e o mar, sendo palco de actividades comerciais e piscatórias, de reparação de embarcações. Grande parte destes eram também considerados espaços públicos, ou seja, locais destinados à socialização e ao lazer das populações locais, bem como dos visitantes chegados por via marítima, sendo ainda palco de execuções públicas.

O estudo arqueológico de estruturas de interface marítimo, nomeadamente em Portugal, é escasso. Em grande parte dos casos conhecemos apenas os relatórios de trabalhos arqueológicos onde foram registadas estas evidências. Decerto que o crescente conhecimento da orla ribeirinha de Lisboa em época moderna é um passo importante para futuras abordagens e estudos dedicados a elementos que compõem a arqueologia de interface. A total compreensão destas estruturas, os seus métodos construtivos específicos, as suas funcionalidades e os seus utilizadores, através do estudo das suas materialidades, permitirão futuros trabalhos arqueológicos mais precisos cientificamente.

A intervenção arqueológica na Praça D. Luís I é um exemplo do potencial arqueológico que as áreas de interface possuem, demonstrando a diversidade de estruturas marítimas que compõem uma cidade costeira. A praia fluvial, a grade de maré, o forte de S. Paulo e o cais da Casa da Moeda são evidências desta intensa utilização do espaço ribeirinho. O Cais da Casa da Moeda estava integrado no paredão desta instituição e, apesar de não apresentar uma morfologia perpendicular ao rio – como se pressupõe para estruturas desta natureza –, foi um local de acostagem na primeira metade do século XVIII. As realidades materiais associadas permitiram a atribuição desta cronologia, corroboradas pela documentação histórica e pela cartografia. A existência de uma estrutura desta natureza associada à Casa da Moeda permitia um maior controlo no embarque e desembarque de mercadorias na instituição.

A evidência portuária observada no Mercado da Ribeira correspondia ao cais do Mercado da Ribeira Nova, da segunda metade do século XVIII, construído após 1755, numa campanha de reconfiguração da orla ribeirinha. Visava facilitar o funcionamento daquele mercado central, possibilitando o rápido escoamento de produtos. Tendo em conta que a sequência estratigráfica do local apresenta níveis de aterro e colmatção de estruturas posteriores ao abandono do cais, o estudo dos materiais arqueológicos conclui que o seu abandono ocorreu após a realização do aterro da Boavista, na segunda metade do século XIX. A morfologia do cais identifica-se na perfeição com as definições disponíveis em dicionários de marinha, sendo idêntico às representações cartográficas da época.

Considera-se que um cais da época moderna caracteriza-se por apresentar estruturalmente um cariz marítimo, pela sua posição em relação ao mar e pelas materialidades associadas. É frequente a utilização de madeira em construções marítimas de interface, principalmente na sua base. Contudo, convém realçar que a observação de um material perecível, como a madeira, em contextos arqueológicos é possível em meios húmidos, pelo que a sua ausência não significa necessariamente a sua inexistência<sup>319</sup>. Os exemplares identificados no Norte da Europa, na sua vasta maioria, são constituídos unicamente por madeira, enquanto as evidências portuguesas apresentam, maioritariamente, apenas uma base neste material. Assim, o aparelhamento de silhares de calcário é também largamente utilizado como o método construtivo de muitas estruturas marítimas identificadas em Portugal, nomeadamente em Lisboa. Foi possível verificar este facto através das grandes semelhanças entre o aparelho construtivo do Forte de São Paulo e do paredão da Casa da Moeda, este último possivelmente no âmbito de uma reformulação do forte de São Paulo, dado o grau de associação que ambas estruturas apresentam. Não obstante, podemos afirmar que estes são exemplares bastante representativos de edificações marítimas portuguesas, compostas por um aparelhamento de silhares de calcário sobre uma base de madeira.

A reconstituição da paisagem marítima da Ribeira de Lisboa no pré-terramoto de 1755 tem sido alvo de estudo por inúmeros historiadores e arqueólogos na última centúria. A reforma pombalina reinventou o traçado urbano lisboeta em muitas zonas

---

<sup>319</sup>BLOT, M<sup>a</sup> Luísa – *Op. cit.* 2014, pp. 82-85.

da cidade, nomeadamente nas áreas ribeirinhas, das mais afectadas pelo cataclismo. Na Ribeira de Lisboa os cais detinham um carácter efémero e utilitário, permitindo deste modo uma fácil mutabilidade e a sua constante reformulação<sup>320</sup>. Como tal, é compreensível a sua devastação neste período devido à sua fragilidade, bem como o surgimento no registo arqueológico de estruturas sucessivas ao longo da época moderna, como no caso da Praça D. Luís. O próprio paredão da Casa da Moeda será já uma reconstrução, dada a informação acerca da sua destruição no terramoto. Sucedeu certamente a estruturas deste tipo, por exemplo às da Junta Geral do Comércio do Brasil.

Na Ribeira de Lisboa encontramos diversos outros exemplos da reutilização de cais, quer seja o abandono total e a posterior reconstrução da estrutura (no caso do cais de Santarém), quer seja a simples mudança da serventia e funcionalidade de um cais para outro (é disto um exemplo o cais do Carvão). Os cais desempenham um importante papel no seio da paisagem marítima, pelo que poderão não só pré-estabelecer a dinâmica urbana em seu redor, mas também elucidar acerca de antigas linhas de costa. Ao apresentarem o desembarque e embarque de mercadorias e pessoas como utilidade primária, os cais tornam-se elementos estruturais de edifícios e locais essenciais à eficácia do seu funcionamento. A Casa da Moeda usufruiu de um local específico de acostagem de embarcações para que as operações de carga e descarga de certas matérias-primas fundamentais a esta instituição fossem facilitadas e realizadas com maior rapidez. Este mesmo factor se aplica ao cais da Ribeira Nova, com serventia, antes de mais, para este mesmo mercado, permitindo a descarga e exposição rápida das mercadorias no local.

Neste sentido, a dinâmica urbana é directamente influenciada pela presença de cais, que poderão estar na origem ou na consequência do desenvolvimento de determinados sítios lisboetas. Os casos de estudo apresentados nesta dissertação são a consequência da instalação de certos equipamentos e instituições no local. Todavia, o mesmo não se registou em todos os cais lisboetas de época moderna, como nos cais do Tojo da Boavista e da Bica do Sapato. São ambos equipamentos portuários que sofrem alterações relativamente às suas serventias e, consequentemente, alteraram a

---

<sup>320</sup>CAETANO, Carlos - *Op. cit.* 2000, p. 64.

paisagem circundante durante esta época. Numa primeira instância, são destinados ao embarque e desembarque do tojo na cidade de Lisboa. No século XVIII começam a realizar também acções de desembarque dos lixos da cidade e, por último, no século XIX são ambos o palco do Mercado do Carvão. Dada a especificidade das actividades desenvolvidas nos cais do Tojo da Boavista e da Bica do Sapato é possível registar uma alteração na paisagem, desde os ofícios relacionados com o tojo à proliferação de lixos e carvão no local.

A época moderna portuguesa foi caracterizada por um processo expansionista e económico do reino português para as terras do além-mar. As estruturas portuárias da capital do reino, Lisboa, acompanharam este mesmo processo. Para além das suas constantes reutilizações, reformulações e transferências, os cais começaram a especializar-se. A especialização registada nos diversos cais da Ribeira de Lisboa é também visível na variedade de nomenclaturas que estas estruturas recebem, sendo destinadas funcionalidades muito específicas. O sítio da Boavista, por exemplo, apresenta uma vivência marítima constante, sendo frequentado por populações que se ocupam destas actividades e suas associadas. Para além disso, ao longo da Idade Moderna, no local foram implementadas instituições com estritas ligações ao além-mar, como a Junta do Comércio Geral da Companhia do Brasil, a Companhia Geral do Comércio de Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geraldo Comércio de Pernambuco e Paraíba<sup>321</sup>.

As problemáticas associadas ao estudo de estruturas portuárias, especificamente cais, são inúmeras e podem condicionar a sua análise. Desde a variedade de nomenclaturas e reformulações, a escassa documentação, a diminuta representatividade na iconografia e cartografia aos contextos arqueológicos onde são observadas. A crescente sensibilização para o estudo de estruturas de natureza marítimo-portuária levará com certeza a um maior cuidado e atenção aquando a realização de intervenções arqueológicas em zonas de interface *terra-mar*. Tal facto poderá proporcionar um maior índice de descobertas, permitindo o desenvolvimento da arqueologia portuária e dos elementos que a compõem.

---

<sup>321</sup>Alexandre Sarrazola; José Bettencourt; André Teixeira – *Op. cit.*, 2014, pp. 116.

## 6. FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 6.1. FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO MUNICIPAL DA CÂMARA DE LISBOA. *Chancelaria Régia, Livro 17º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I.* Lisboa: 12 de Agosto de 1771 a 26 de Agosto de 1771. (PT/AMLSB/CMLSB/CR/0186).

### 6.2. FONTES IMPRESSAS

COX, Thomas; MACRO, Cox – *Relação do Reino de Portugal: 1701.* (coord.) SOUSA, M<sup>a</sup> Leonor. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

*Documentação do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: livros de reis.* Vol. VI. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1962, Vol. VI; 1964, Vol. VII; 1973, Vol. VIII.

FARIA, António Machado de – “Memórias Históricas de Lisboa – 1680 a 1716”, in *Lisboa e o seu termo: estudos e documentos.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1948, Vol. II.

LINO, Raul, SILVEIRA, Luís (orient.) – *Documentos para a História de Arte em Portugal: núcleo de pergaminhos e papéis dos séculos XVII a XIX (Arquivo Histórico Ultramarino).* Vol. X. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, Vol. X; 1975, Vol. XIV.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551: Sumário.* Lisboa: Livros Horizonte, 1987. p. 126.

OLIVEIRA, Eduardo de – *Elementos para a História do Município de Lisboa.* Lisboa: Typographia Universal, 1895, Vol. I; 1887, Vol. II; 1897, Vol. III; 1889, Vol. IV; 1894, Vol. VII; 1904, Vol. VIII; 1899, Vol. X; 1899, Vol. XII; 1904, Vol. XIV; 1908, Vol. XVI; 1911, Vol. XVII; 1911, Vol. XVIII.

PORTUGAL, Fernando; MATOS, Alfredo de – *Lisboa em 1758: memórias paroquiais de Lisboa.* Lisboa: Coimbra, Lda., 1974.

VASCONCELOS, Luís Mendes de – *Do sítio de Lisboa – Diálogos.* 6<sup>a</sup> Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

### 6.3. ICONOGRAFIA E CARTOGRAFIA

"Planta anterior ao terramoto" in SILVA, Vieira da – *Plantas topográficas de Lisboa*. [s.l.; s.n.] 1950. Nº15, Reproduções, p. 17. (Biblioteca Nacional Digital, Colecção Iconografia, D. 107 R).

"Livro das plantas freguesias de Lisboa" in *Códices e documentos de proveniência desconhecida*. Nº 153. 1756-1768. f.40. (Digitalq, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/CF/153).

AVELINE, Pierre – *Lisbonne, ville capitale du Royaume de Portugal située a la embouchure du Tage*. [s.l.; s.n., 1600-1699] (Biblioteca Nacional Digital, Colecção Iconografia, E. 1314 V).

BRAUNIO, Georg – "Olisipo, sive ut pervetustae lapidum inscriptiones habent, Ulysippo, vulgo Lisbona florentissimum Portugalliae Emporiu." In BAUER, Georg, HOGNBERG – *Civitas Orbis Terrarum*. Vol.5. Cologne: s.n. 1598. (Biblioteca Nacional Digital, Colecção Iconografia, CC. 205 V).

BRAUNIO, Georg – "Olissipo quae nunc Lisboa, civitas amplissima Lusitanea, ad Tagum, totius Orientis, et multarum insularum Aphricaeque et Americae emporium nobilissimum." In BAUER, Georg; HOGNBERG – *Civitas Orbis Terrarum*. Vol.5. Cologne: s.n., 1598. (Biblioteca Nacional Digital, Colecção Iconografia, CC. 381 A).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA FÁBRICA DE LOIÇA DE SACA VÉM. Fábrica de Louça de Sacavém. (DES-1922 M C).

FAVA, Duarte José – *Carta topográfica de Lisboa e os seus subúrbios*. Lisboa, 1831. (Museu da Cidade de Lisboa, Colecção Cartografia, MC.GRA.481).

FOLQUE, Filipe – *Planta topográfica da cidade de Lisboa*. Lisboa: 1871. (Museu da Cidade de Lisboa, Colecção Cartografia, MC.GRA.480).

HOEYE, Rombout van den - *Lisbona per praeclara Portugallie metropolis*. Amesterdão: Rombout van den Hoeye, 1660. (Biblioteca Nacional Digital, Colecção Iconografia, CC. 252 V).

*Lisboa oder Lissabon*. S.l., s.n., 1500-1590. (Biblioteca Nacional Digital, Colecção Iconografia, E. 986 A).

*Lissabon*. S.l., s.n., 1600-1690. (Biblioteca Nacional Digital, Coleção Iconografia, E. 602 P).

MÜNSTER, Sébastien – “Lisbona.” In *Cosmographie oder Beschreibung aller Lander Herrschaften, furneten, Setten, Geschichten, Gebreuchten, Hantierung*. Vol. II. Basel, Sebastianum Henri petri, 1598. (Biblioteca Nacional Digital, Iconografia, E. 2138 V.)

NEVES, José Maria da Costa – *Planta da Cidade de Lisboa*. Lisboa. (Biblioteca Nacional Digital, Coleção Cartografia, CC-757-V)

RIBEIRO, João Pedro – *Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel*. Lisboa, 1947. (Museu da Cidade de Lisboa, Coleção Cartografia, MC.GRA.35).

RIBEIRO, João Pedro – *Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel*. Lisboa, 1947. (Museu da Cidade de Lisboa, Coleção Cartografia, MC.GRA.35).

TINOCO, João Nunes - *Planta de L[isbo]a em que se mostram os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar* (1689). Lisboa: Lithographia Nacional, 1853. (Biblioteca Nacional Digital, Coleção Iconografia, CC. 1081 A).

VIDAL, F. Perry; COSTA, A. R. – *Planta da cidade de Lisboa contendo o aterro da Bôa Vista, estações dos caminhos de ferro, circunvalação e todos os melhoramentos posteriores a 1843: divididos por bairros e freguesias*. Lisboa: Lithographia de Vasques, 1864. (Biblioteca Nacional Digital, Coleção Cartografia, C.C. 1222 R.)

#### **6.4. BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Mariana – *Convento de Jesus (Setúbal) Arqueologia e História: faiança decorada*. Dissertação de Mestrado de Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (U.N.L.), 2012.

AMORIM, João Pedro de – *Dicionário de Marinha*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1841.



ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações em Lisboa*. 3ª Ed. Lisboa: Veja, 1993, Livro XIII.

AZEVEDO, M. Teresa – “As mudanças de percurso do Tejo nos tempos modernos. Causas naturais e antrópicas.” In TAVARES, António A.; TAVARES, Maria J. F.; CARDOSO, João Luís – *Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos: Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 2004, pp. 517-568.

BALDAQUE, Mónica (coord.) – *Fábrica de Massarelos (Porto): 1763-1936*. Porto: Museu Nacional Soares dos Reis, 1998.

BARREIRA, Paula; DORDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo – “200 anos de cerâmica na Casa do Infante do século XVI a meados do século XVIII”. *Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1995.

BATALHA, Luísa; CAMPÔA, Andreia; CARDOSO, Guilherme; NETO, Nuno; REBELO, Paulo; SANTOS, Raquel – “Vestígios de um centro produtor de faiança dos séculos XVII e XVIII: dados de uma intervenção arqueológica na rua de Buenos Aires, nº10, Lisboa”. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José António (coord.) - *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: Centro de História Além-Mar, 2012, Vol. 2.

BLOT, Mª Luísa – “Arqueologia do meio aquático e a problemática portuária em arqueologia do meio húmido: um elo de ligação entre dois territórios de investigação”. In CARVALHO, António; FERNANDES, Mª Amélia (coord.) – *Tempo resgatado ao mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2014.

BLOT, Mª Luísa; NEVES, César Augusto; RODRIGUES, Ana Filipa – “O cais dos sonhos: Terreiro do Paço”. In *National Geographic Portugal*. Agosto de 2009. s.l.: s. e.

BLOT, Maria Luísa – “Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal”. In *Trabalhos de Arqueologia* nº28. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2003.

BUGALHÃO, Jacinta – “Lisboa «Sempre» Ribeirinha”. In *Al-Madan*. II Série. Nº13. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2005.

BUGALHÃO, Jacinta – “Mandarim Chinês, Lisboa – Contextos Romanos.”. In *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana. Amadora – 10 a 12 de Novembro de 2003*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora, Museu Municipal de Arqueologia, ARQA, 2003, pp. 127-146.

BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda – “O arrabalde ocidental de Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira.” In TORRES, Cláudio (dir.) – *Arqueologia Medieval*. Nº 7. Mértola: Edições Afrontamento, 2001, p. 111-145.

BUGALHÃO, Jacinta; MARTÍNEZ, Susana Gomez – “Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo Islâmico.” In Mário Jorge BARROCA; Isabel Cristina FERNANDES – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Séculos VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 237-362.

CAETANO, Carlos – *A ribeira de Lisboa: na época da expansão portuguesa, séculos XV e XVIII*. Lisboa: Pandora, 2004.

CAETANO, Maria Teresa – “«O último porto de Ulisses»: história, urbanismo e arte de *Felicitas Iulia Olisipo*.” In *Revista de História de Arte*. 4 Lisboa: Edições Colibri, Instituto de História ed Arte (F.C.S.H.), 2007, Nº 4, pp. 55-117.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino – “Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais”. In *Arqueologia Medieval*. Nº 6. Mértola: Edições Afrontamento, 1999.

CARITA, Hélder – *Lisboa Manuelina: e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CASIMIRO, Tânia – “Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa”. In *O Arqueólogo Português*. Série V, 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2011.

CASIMIRO, Tânia – *Faiança portuguesa nas ilhas Britânicas: dos finais do século XVI aos inícios do século XVIII*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (U.N.L.), 2010.

CASTILHO, Júlio – *A ribeira de Lisboa: descrição historica da margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

CHARNOCA, Cristina; MIGUEL, Lúcia; PINTO, Marina – *Mercado da Ribeira: Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos*. Lisboa: ERA – Arqueologia, S.A., 2005. (Texto policopiado)

COELHO, António Borges - “Lisboa nos dois primeiros séculos após a «Reconquista»” In TORRES, Cláudio (dir.) – *Arqueologia Medieval*. Mértola: Edições Afrontamento, 2001, Nº 7, pp. 235-242.

COELHO, António Borges – *Ruas e gentes na Lisboa Quinhentista*. Lisboa: Caminho, 2006.

COSTA, Leonor Freire – *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, Vol. I.

DORDIO, Paulo – *A Casa da Moeda de Lisboa em São Paulo (1720-1940)*. Trabalho policopiado depositado no Arquivo Histórico da Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.

DORDIO; Paulo; TEIXEIRA, Ricardo; SÁ, Anabela – “Faianças do Porto e Gaia: O recente contributo da arqueologia”. In *Faiança do Porto e Gaia. Itinerário*. Porto: Instituto Português dos Museus, Museu Nacional Soares dos Reis, 2001.

DUARTE, Susana; SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares da – “Intervenção arqueológica na Rua Álvaro Castelões nº 38 e 40 (Setúbal) e sismo de 1755”. In *Setúbal Arqueológica*. Vol. 15. Setúbal: MAEDS, 2014.

ESPARTEIRO, António M. – *Dicionário Ilustrado da Marinha*. 2ª Ed. Rev. pelo Comandante J. Martins e Silva. Lisboa: Clássica Editora, 2001.

FALCÃO, Tânia; ANTUNES, Sérgio – *Empreitada de execução dos acessos nascente e poente da Estação do Terreiro do Paço da linha azul do Metropolitano de Lisboa. Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos*. Alter do Chão: ArchéoEstudos, 2005. (Texto policopiado)

FERNANDES, Isabel Cristina – “O último convento da Ordem de Santiago em Palmela: dados arqueológicos da intervenção no pátio fronteiro à igreja”. In TEIXEIRA,

André; BETTENCOURT, José António (coord.) - *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: Centro de História Além-Mar, 2012, Vol. 1.

FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO, A. Rafael – “Conjuntos cerâmicos pós-medievais de Palmela”. In *Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1995.

FERNANDES, José Manuel – “O aterro de Santos, na Boavista, alguns tópicos histórico-urbanos”. In *III SIA : Workshop Intervenção Urbana no Aterro da Boavista: III Seminário Internacional de Arquitectura*, 12 – 15 de Julho. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2002.

FERNANDES, Lúcia – “Teatro romano de Lisboa: os caminhos e os percursos de investigação arqueológica.” In *Al-madan*. II Série (15). Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2007, pp. 28-39.

FERRAZ, Márcia Helena – “O laboratório químico da Casa da Moeda de Lisboa no século XIX: espaço físico e instrumentos”. In *Circumscribere. International Journal for History of Science*. Nº1, 2006. pp. 11-23. [Disponível em [revistas.pucsp.br/index.php/circumhc/article/download/554/999](http://revistas.pucsp.br/index.php/circumhc/article/download/554/999); consultado a Agosto de 2014].

FERRO, Inês; FLORES, Ana (coord.) – *Inventário do Palácio de Queluz: colecção de cerâmica*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002.

FONSECA, Cristóvão; BETTENCOURT, José; QUILHÓ, Teresa – “Entalhes, mechas e cavilhas: evidências de um navio romano na Praça D. Luís I (Lisboa)”. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coord.) – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa : AAP, 2013, pp. 1185-1191.

FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa: urbanismo e arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

FREESTONE, Ian; GAMISTER, David – *Pottery in making: world ceramic traditions*. Londres: British Museum Press, 1997.

GASPAR, M<sup>a</sup> Alexandra; GOMES, Ana Maria; SEQUEIRA, M<sup>a</sup> José; SILVA, Rodrigo – “Arqueologia urbana em Lisboa?”. In JORGE, Victor Oliveira (coord.) – *Actas do III*

*Congresso de Arqueologia Peninsular: “Terrenos” da Arqueologia da Península Ibérica.*  
Vol. 8. Porto: ADECAP, 2000.

GOOD, G.L.; et. al. (ed.) – *Waterfront archaeology: proceeding of the third Internatinal conference. Bristol 23-26 September 1988.* CBA Research Report Londres: Council for British Archaeology, 1991, .Nº 74

GRADIM, Alexandra – “Conjunto de faianças da Vila de Alcoutim”. In *Portvgalia*. Nova Série, Vol. XXVI. Maia: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

GRILO, Carolina; FABIÃO, Carlos; BUGALHÃO, Jacinta – “Um contexto tardo-antigo do núcleo arqueológico da rua dos Correeiros (NARC), Lisboa.” In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coord.) – *Arqueologia em Portugal: 150 anos.* Lisboa: AAP, 2013, pp. 849-857.

HENRIQUES, Paulo – *Lisboa Antes do Terramoto, Grande Vista da Cidade entre 1700 e 1725.* Chandeigne: Gótica, 2004.

LEITÃO, Humberto, LOPES, Vicente – *Dicionário da Linguagem da Marinha Antiga e Actual.* 2ª Ed. Lisboa: Centro de estudos históricos ultramarinos da Junta de investigações científicas do Ultramar, 1974.

LOUREIRO, Adolfo – *Os Portos Marítimos em Portugal e Ilhas Adjacentes..* Lisboa: Imprensa Nacional, 1907, Vol. III.

MACEDO, Luís Pastor – *Lisboa de Lés-a-Lés: Subsídios para a História das vias públicas da cidade.* Lisboa: Câmara Municipal, 1942, Vol. I.

MACEDO, Marta Lacasta; SARRAZOLA, Alexandre - *Parque de Estacionamento da Praça D. Luís I. Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos.* Lisboa: ERA - Arqueologia, S. A., 2012. (Texto policopiado)

MATOS, José Luís de – “Lisboa Islâmica.” In TORRES Cláudio (dir.) – *Arqueologia Medieval.* Mértola: Edições Afrontamento, 2001, Nº 7, p. 111-145.

MATOS, Maria Antónia – “Porcelanas de encomenda: história de um intercâmbio cultural entre Portugal e China”. In *Oceanos: Porcelana e mares da China.* Nº 14. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Junho de 1993.

MATOS, Maria António Pinto de – *A Casa das Porcelanas. Cerâmica chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: Instituto Português de Museus e Philip Wilson Publishers, 1996.

MOITA, Irisalva (coord.) – *Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.

MURTEIRA, Helena – “Freguesia de S. Paulo” in SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo (dir.) – *Dicionário de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados Lda., 1994.

NABAIS, António – “O Tejo: Actividades Portuárias”. In *O trabalho e as tradições religiosas no Distrito de Lisboa: Exposição de etnografia*. Lisboa: Governo Civil de Lisboa, 1991.

NABAIS, António; RAMOS, Paulo – *100 anos do porto de Lisboa*. Lisboa: Administração do Porto de Lisboa, 1987.

NEVES, César Augusto – “Acerca do Dique da Ribeira das Naus (Lisboa): vestígios identificados em acompanhamento arqueológico”. In *Al-Madan Online*. II Série. Nº 18 (Tomo 1). Almada: Centro de Arqueologia de Almada, Julho de 2013. pp. 99-109. (Disponível em: [http://issuu.com/almadan/docs/maqueta18\\_1\\_online](http://issuu.com/almadan/docs/maqueta18_1_online); consultado em Agosto de 2014).

NEVES, César; MARTINS, Andrea; LOPES, Gonçalo; BLOT, M<sup>a</sup> Luísa – “Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio (Lisboa): identificação de vestígios arqueológicos de natureza portuária num subsolo urbano”. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José António (coord.) - *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: Centro de História Além-Mar, 2012, Vol. 2. pp. 613-626.

PARREIRA, Jorge; MACEDO, Marta Lacasta – “O fundeadouro da Praça D. Luís I”. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coord.) – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: AAP, 2013, pp. 748-749.

PINTO, Marina; FILIPE, Iola; MIGUEL, Lúcia – “Cachimbo de caulino provenientes do Mercado da Ribeira: contributo para a História sócio-económica da Lisboa Moderna”. In *Apostamentos de Arqueologia e Património*. Nº 7. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica, ERA-Arqueologia, S.A., 2011.



*Primeiras peças da produção da Fábrica de Loiça de Sacavém – o papel do colecionador.* Sacavém: Museu de Cerâmica de Sacavém, 2003.

QUEIRÓS, José – *Cerâmica portuguesa e outros estudos.* GARCIA, José Manuel; PINTO, Orlando da Rocha (coord.), 4ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

RAPOSO, Luís; MARTINS, Adolfo Silveira; CORREIA, Virgílio – *Normas de Inventário. Arqueologia.* Lisboa : Instituto Português de Museus, 2000. pp. 23- 26.  
15.[http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/Download/Normas/ARQ\\_NormasGerais.pdf](http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/Download/Normas/ARQ_NormasGerais.pdf)

*Referências Históricas do Porto de Lisboa.* Lisboa: Administração do Porto de Lisboa, 1991.

ROCHA, Leonor; ESPINHA, Ana Daniela – “Ermida de Santa Marta (Casal da Cambra, Sintra)”. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 2, nº 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 1999.

SABROSA, António – “As faianças da Casa Côrte-Real, Largo do Corpo Santo, Lisboa.” In TORRES, Cláudio (dir.) – *Arqueologia Medieval*. Mértola: Edições Afrontamento, 2001, Nº 7. pp. 109-142.

SANDÃO, Arthur – *Faiança portuguesa: séculos XVIII e XIX*. Porto: Civilização Editora, 1988.

SARRAZOLA, Alexandre; BETTENCOURT, José; TEIXEIRA, André – “Lisboa, o Tejo e a expansão portuguesa: os mais recentes achados arqueológicos da zona ribeirinha”. In *O Tempo Resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2014. pp. 111-116.

SARRAZOLA, Alexandre; JOSÉ, Bettencourt; TEIXEIRA, André – “Lisboa Ribeirinha: evidências arqueológicas de uma vocação marítima milenar.” *Revista Património*. 1 Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2013. pp. 143-146

SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio – “A faiança portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca: metodologia e resultados preliminares.” *Al-madan Online*. IIª Série, nº16. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2008. p. 27  
(<http://www.almadan.publ.pt>, consultado a Julho de 2014)

SENOS, Nuno – *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

SERAFIM, Paula – “Tentativas para uma eficaz limpeza urbana de Lisboa nos princípios do século XVIII”. In *Cadernos do Arquivo Municipal*. I nº10 Lisboa: Direcção Municipal de Cultura e Divisão de Gestão de Arquivos, 2009. p. 107. (Disponível em: [http://issuu.com/camara\\_municipal\\_lisboa/docs/cadernos\\_arquivo\\_municipal10](http://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/cadernos_arquivo_municipal10). Consultado a Agosto de 2014.)

SILVA, A. Baldaque da – *Estudo historico e hydrographico sobre a barra e o porto de Lisboa*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

SILVA, Augusto Vieira da – *As freguesias de Lisboa*. Lisboa: Publicações da Câmara Municipal de Lisboa, 1943.

SILVA, Raquel Henriques da; FERNANDES, Isabel Maria; SILVA, Rodrigo Banha da – *Olaria portuguesa: do fazer ao usar*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

SOUSA, Élvio – *500 anos de cerâmica na Madeira. Estudo tipológico de vinte e cinco peças arqueológicas*. Machico: ARCHAIS, 2006/2007.

TORRES, Joana Bento – *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Dissertação de Mestrado de Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (U.N.L.), 2011. (Texto policopiado)

VITAL, Nestor Fatia – “Evolução histórica da Casa da Moeda de Lisboa”. In *Arqueologia e História: Estudos de Lisboa – Séculos XV a XIX (I Colóquio Temático: 6 a 7 de Novembro de 1998)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e Edições Colibri, 2000, Vol. 52.

#### **6.4. WEBGRAFIA**

Florida Museum of Natural History [em linha]. [Consultado em Julho de 2014] Disponível em <https://www.flmnh.ufl.edu/>

Lisboa Interativa (v. 2) [em linha]. [Consultado em Agosto de 2014] Disponível em <http://lxi.cm-lisboa.pt>

MatrizNet, Catálogo online das colecções tuteladas pelo Instituto de Museus e Conservação [em linha]. [Consultado em Julho de 2014] Disponível em: <http://www.matriznet.dgpc.pt/>

Philadelphia Museum of Art [em linha]. [Consultado em Julho de 2014] Disponível em: <http://www.philamuseum.org/>

Tabela de marés: Lisboa 2014 [em linha]. [Consultado a Agosto de 2014] Disponível em: <http://www.portodelisboa.pt/>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Praça D. Luís I, realçando a área intervencionada.....	6
Figura 2 - Registo fotográfico da grade de maré.....	9
Figura 3 - Registo fotográfico de uma das paliçadas.....	10
Figura 4 – Registo fotográfico do Forte de S. Paulo, na fase de acompanhamento arqueológico .....	12
Figura 5 – Desenho arqueológico da estrutura portuária e do Forte de São Paulo situados na Praça D. Luís I .....	15
Figura 6 - Registo fotográfico do Forte de S. Paulo, na fase de acompanhamento arqueológico .....	16
Figura 7 – Vista de Noroeste do aparelhamento pétreo da estrutura portuária...	17
Figura 8 – Vista Sudeste da escadaria do Forte de São Paulo .....	17
Figura 9 – Registo fotográfico da base de madeira da estrutura portuária na Praça D. Luís I .....	19
Figura 10 – Desenho arqueológico da base de madeirame do cais registado na Praça D. Luís I. Identificação numérica dos elementos que o compõem .....	20
Figura 11 – Pormenor dos entalhes e pregos presentes na base de madeira da estrutura portuária na Praça D. Luís I .....	21
Figura 12 – Pormenor dos toros de madeira ocos presentes na base de madeira da estrutura portuária na Praça D. Luís I .....	22
Figura 13 – Disposição da estacaria ao longo da estrutura .....	24
Figura 14 – Registo fotográfico de uma as estacas .....	25
Figura 15 – Pormenor da praça de S. Paulo e da Junta da Companhia Geral do Comércio do Brasil na Grande Panorâmica de Lisboa, presente no Museu do Azulejo.....	40

Figura 16 – Pormenor da Casa da Moeda (a negro) e do Forte de São Paulo (a branco) na "Planta da Freguesia de São Paulo" pelo Sargento Mor Joseph de Carvalho Monteiro.....	41
Figura 17 – Pormenor da Casa da Moeda na "Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel" de João Pedro Ribeiro .....	43
Figura 18 – Pormenor da Casa da Moeda na “Carta topográfica de Lisboa e os seus subúrbios” de Duarte José Fava .....	44
Figura 19 – Pormenor do laboratório químico e do alpendre associado da Casa da Moeda na "Planta Geográfica da Casa da Moeda" de Luiz Gonzaga Pereira...	44
Figura 20 – Localização do Mercado da Ribeira, realçando a área intervencionada .....	46
Figura 21 – Identificação dos sectores na intervenção.....	47
Figura 22 – Localização da calçada no seio da intervenção .....	49
Figura 23 – Plano final da intervenção arqueológica, com a identificação das diversas evidências arqueológicas .....	51
Figura 24 – Registo fotográfico de alguns dos pilares identificados .....	53
Figura 25 – Vista Noroeste da estrutura portuária .....	55
Figura 26 – Vista Sul da estrutura portuária .....	56
Figura 27 – Desmonte no cais, presença de uma estrutura reticulada em madeira no canto superior esquerdo .....	56
Figura 28 – Registo gráfico do alçado B do cais presente no Mercado da Ribeira, com o realce da numeração atribuída aos silhares .....	57
Figura 29 – Registo gráfico do cais presente no Mercado da Ribeira, com o realce a vermelho da numeração atribuída aos silhares .....	59
Figura 30 – Alçado de um dos núcleos do pontão .....	60
Figura 31 – Exemplo do negativo de um dos gatos de ferro presentes no cais ...	61
Figura 32 – Registo gráfico do alçado A do cais presente no Mercado da Ribeira, com o realce da numeração atribuída aos silhares .....	61

Figura 33 – Pormenor do cais da Ribeira Nova na "Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel" de João Pedro Ribeiro .....	73
Figura 34 – Pormenor do cais da Ribeira Nova na “Carta topográfica de Lisboa e os seus subúrbios” de Duarte José Fava .....	75
Figura 35 – Pormenor do Mercado da Ribeira Nova, o seu cais e parte do aterro da Boavista na “Carta topográfica da cidade de Lisboa” de Filipe Folque .....	76
Figura 36 – Pormenor do Aterro da Boavista junto à Praça D. Luís I e ao Mercado da Ribeira na "Planta da Cidade de Lisboa" de José M <sup>a</sup> da Costa Neves.....	77
Figura 37 – Pormenor de barcos ancorados ao longo da margem lisboeta na gravura “Lissabon” .....	81
Figura 38 – Pormenor de uma praia ribeirinha, provavelmente a de Santos, na gravura “Lisbonne, ville capitale du Royaume de Portugal située a l’embouchure du Tage” de Pierre Aveline .....	83
Figura 39 – Pormenor do Cais do Palácio dos Côrte-Real na gravura do cortejo náutico do embarque de D. Catarina para Inglaterra de Dirck Stoop .....	85
Figura 40 – Pormenor do cais da Casa da Índia de Filipe III na planta de Lisboa de João Nunes Tinoco .....	86
Figura 41 – Pormenor do cais da Pedra na gravura “Lisbona” de Sébastien Münster .....	87
Figura 42 – Pormenor do cais da Alfândega Nova na “Planta da cidade de Lisboa em que mostram os muros de vermelho com todas ruas e praças” de João Nunes Tinoco .....	88
Figura 43– Pormenor do Cais da Alfândega na “Carta topográfica de Lisboa e os seus subúrbios” de Duarte José Fava em 1831 .....	89
Figura 44 – Pormenor do cais da Rainha na gravura "Lisbona per praeclara Portugallie metropolis" de Rombout van den Hoeye .....	90
Figura 45 - Pormenor do cais de Santarém na gravura "Planta anterior ao terramoto, publicada por Vieira da Silva .....	91

Figura 46 - Pormenor do cais de Santarém na gravura "Planta da cidade de Lisboa contendo o aterro da Bôa Vista, estações dos caminhos de ferro, circunvalação e todos os melhoramentos posteriores a 1843: divididos por bairros e freguesias" de Perry Vidal e A. R. Costa.....	91
Figura 47 – Pormenor do cais do Carvão (nº19) e do cais da Madeira (nº20) na gravura "Olissipo quae nunc Lisboa( ...)" de Georg Braunio .....	92
Figura 48 – Pormenor da "Gallé" a ocidente dos armazéns do reino na "Planta Anterior ao Terramoto", de autor anónimo e publicada por Vieira da Silva .....	93
Figura 49 – Pormenor do Cais da Fundição na "Planta da cidade de Lisboa contendo o aterro da Bôa Vista, estações dos caminhos de ferro, circunvalação e todos os melhoramentos posteriores a 1843: divididos por bairros e freguesias" de Perry Vidal e A. Costa, publicado em 1864. ....	94
Figura 50 – Pormenor do Cais dos Soldados e do Cais do Tojo da Bica do Sapato "Carta topográfica de Lisboa e os seus subúrbios" de Duarte José Fava em 1831 .....	95
Figura 51 – Pormenor da Estação do Cais dos Soldados e o Cais do Tojo na "Carta topográfica da cidade de Lisboa" de Filipe Folque realizada em 1856 ....	95
Figura 52 – Pormenor da gravura "Lisboa oder Lissabon" do século XVI, destacando-se os seguintes montes: das Chagas e de Santa Catarina; bem como as pontes localizadas no seu enfiamento em direcção ao rio .....	101
Figura 53 – Pormenor da praça de S. Paulo na Grande Panorâmica de Lisboa, presente no Museu do Azulejo .....	103
Figura 54 – Pormenor do Paço dos Duques de Aveiro na Grande Panorâmica de Lisboa, presente no Museu do Azulejo .....	104
Figura 55 – Pormenor do cais do Tojo da Boavista e da praia da Boavista na "Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel" de João Pedro Ribeiro .....	105



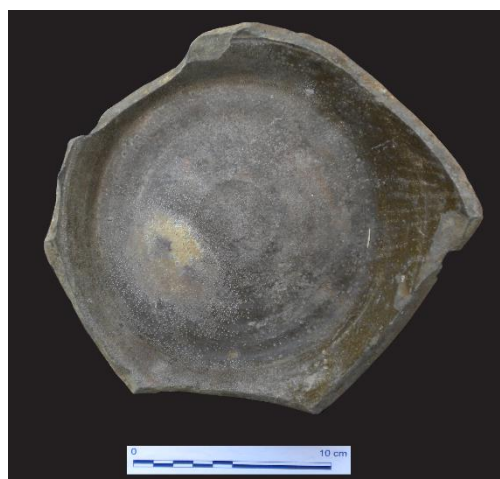
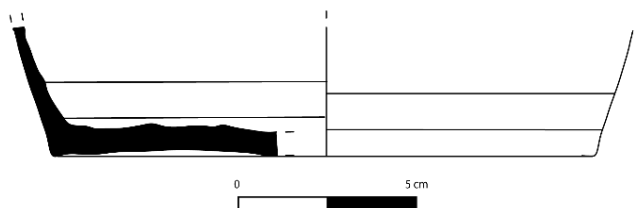
## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação entre o comprimento e a largura dos blocos pétreos .....	18
Gráfico 2 - Relação entre o comprimento e a largura dos toros de madeira dispostos no sentido Noroeste-Sudeste .....	22
Gráfico 3 - Relação entre o comprimento e a largura dos toros de madeira dispostos no sentido Nordeste-Sudoeste .....	23
Gráfico 4 - Área dos blocos pétreos da escadaria da estrutura do Mercado da Ribeira .....	57

## **APÊNDICE A**

*Catálogo cerâmico da Praça D. Luís I*

**PDLI11/12-5085-001**



Grande recipiente, possivelmente talha. Fragmento correspondente à totalidade fundo. Trata-se de uma peça de forma troncocónica. O fundo é plano com um diâmetro de 17,4 cm e apresenta o arranque de paredes oblíquas.

A pasta é homogénea e compacta, de cor cinzenta, sugerindo uma cozedura em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos como micas, quartzos e negros, de grão fino a médio. A sua superfície interna tem um engobe castanho, enquanto a superfície externa apresenta um vidrado verde plumbífero muito danificado, resultante possivelmente de factores pós-deposicionais.

O fragmento não apresenta qualquer tipo de decoração.

**PDLI11/12-5085-002**

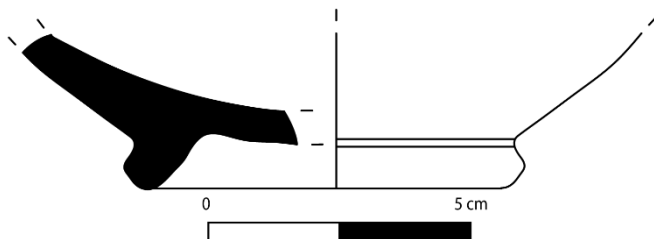
Jarro (?)

Fragmento correspondente a porção fundo e arranque da parede oblíqua. Fundo plano com diâmetro de 7,9 cm e espessura variável entre 0,6 cm e 0,8 cm.



A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, negros e metálicos, de grão fino a médio. Na sua superfície interna verifica-se um tratamento de vidrado plumbífero esverdeado. A sua superfície externa apresenta um vidrado plumbífero de coloração amarela.

**PDLI11/12-5085-003**



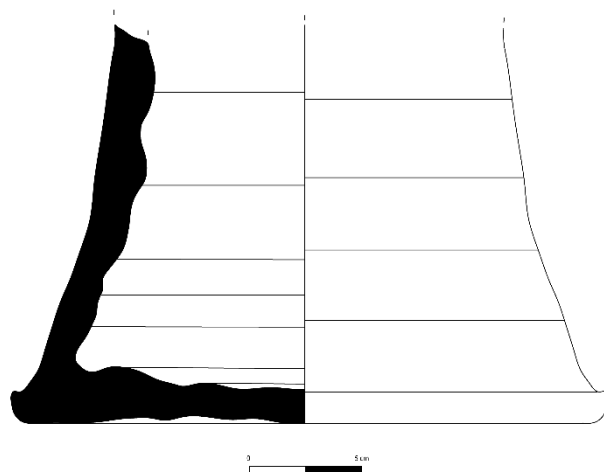
Tijela cônica. Fragmento correspondente à porção do fundo. De forma possivelmente troncocônica, trata-se de um pé em anel alto, de 1,4 cm de altura, com o arranque de paredes oblíquas. Possui um diâmetro do fundo de 9,1 e uma espessura das paredes de entre 1 cm e 1,2 cm.



A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante, contendo elementos não plásticos negros de grão fino em abundância. O tratamento de superfície aplicado trata-se de um vidrado plumbífero verde escuro em ambas as faces da peça.

A superfície interna é decorada com linhas radiais a negros. Para além disso, ostenta também uma marca de trempe.

PDLI11/12-5085-004



Fogareiro. Fragmento correspondente à porção do bordo (peça de forma troncocónica). O fundo é plano com 17,6 cm de diâmetro e desenvolve-se numa parede oblíqua com espessuras compreendidas entre 0,9 e 1,5 cm.

A pasta é de coloração cinzenta, cozida em ambiente reductor-oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como quartzos e micas, de grão médio a grande. O tratamento de superfície é observado em ambas as faces através de um engobe laranja.

PDLI11/12-5085-005

Indeterminado.

Fragmento correspondente possivelmente a porção de um pé de uma peça indeterminada. As suas paredes apresentam espessuras entre 1 a 1,2 cm.

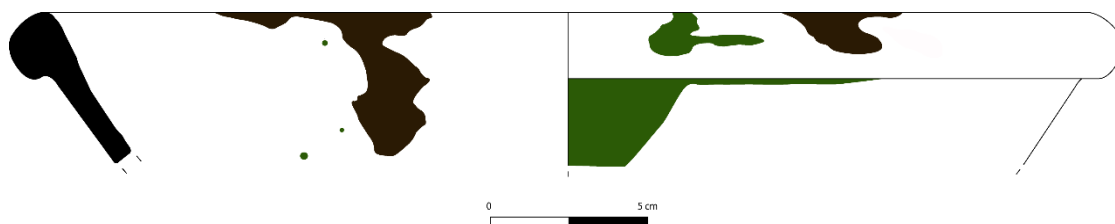


A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos, como quartzos e micas, de grão fino a médio.

Na superfície interna foi aplicado um vidrado plumbífero de cor amarela enquanto que na superfície externa se observa um vidrado plumbífero castanho.

A decoração está presente na sua superfície externa, tendo um cordão de ondas incisas a contornar a peça, bem como um ressalte decorado com ondas estampilhadas.

**PDLI11/12-5085-006**



Alguidar.

Fragmento

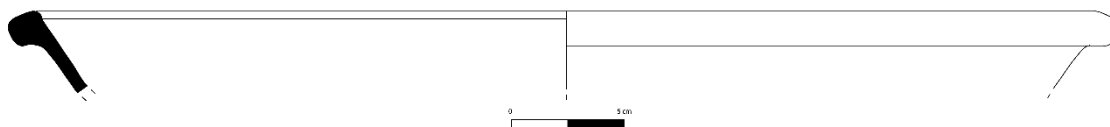
pertencente à porção do bordo, tratando-se de uma peça de forma troncocónica. O bordo é exvertido de secção sub-rectangular, com espessamento na face exterior. Apresenta um diâmetro no bordo de 33 cm e espessura de paredes de 0,9 cm.



A pasta é de coloração bege, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Os elementos não plásticos observados são abundantes e correspondem a negros, micas e quartzo, de grão fino a médio. A superfície interna contém um vidrado plumbífero de coloração amarela clara. Por sua vez, a superfície externa apresenta um engobe bege no bojo e um vidrado plumbífero de cor amarela forte no bordo.

A decoração verificada na superfície interna trata-se de uma pintura abstracta a vidrado plumbífero verde e castanho/vinhoso. A superfície externa apresenta uma decoração com um padrão imperceptível a vidrado plumbífero verde.

**PDLI11/12-5019-007**



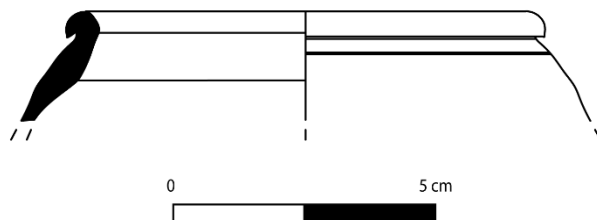
Alguidar. Fragmento correspondente à porção do bordo e parede. Peça de forma troncocônica. O bordo é exvertido de secção semicircular, com um espessamento exterior, progredindo para uma parede oblíqua.



Apresenta um diâmetro de bordo de cerca de 45 cm e espessura das paredes de 0,8 cm. A pasta é de coloração laranja, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Contém uma incidência média de elementos não plásticos finos de quartzos e negros. A sua superfície interna tem um tratamento de vidrado plumbífero de coloração amarela acastanhas, enquanto a superfície externa apresenta um engobe laranja.

Ostenta uma canelura concêntrica com acumulação de vidrado plumbífero na superfície interna, a demarcar o bordo, e uma linha incisa concêntrica a cerca de 1,7 cm abaixo da mesma canelura.

**PDLI11/12-5082-008**



Panela de pequena dimensão.

Fragmento correspondente a porção do bordo,

sendo a peça de forma globular. O bordo é investido de secção semicircular e com





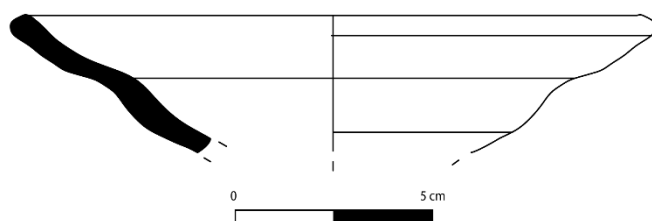
espessamento externo. Apresenta um diâmetro de bordo de 8,4 cm e espessura das paredes de 0,3 cm.

A pasta é de coloração laranja, sendo cozida possivelmente em ambiente oxidante. Os elementos não plásticos apresentados são quartzos e micas de grão fino, de pouca incidência.

A pasta é de coloração laranja, cozida possivelmente em ambiente oxidante. A superfície interna não apresenta nenhum tratamento de superfície visível, contrariamente à superfície externa que ostenta vestígios de engobe bege. Apresenta também elementos não plásticos de pouca incidência (quartzos e micas de grão fino).

A decoração é observada abaixo do bordo, no formato de duas linhas incisas paralelas.

**PDLI11/12-5082-009**

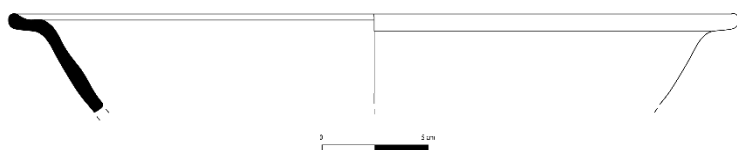


Prato côvo. Fragmento correspondente a parte do bordo e da caldeira. O bordo é exvertido de secção semicircular e a caldeira de forma hemisférica. Apresenta um diâmetro de bordo de 16 cm, a aba entre a caldeira e o bordo apresenta 2,8 cm e as paredes têm uma espessura de 0,5 a 0,6 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Os elementos não plásticos presentes em abundância são negros, micas e restos de cerâmica moída, de grão fino a grande. Ambas as superfícies apresentam um tratamento a vitrado estanífero de coloração branca acizentada.

Apresenta marcas de trempe, ou marcas de outras peças aquando a cozedura.

**PDLI11/12-5085-010**



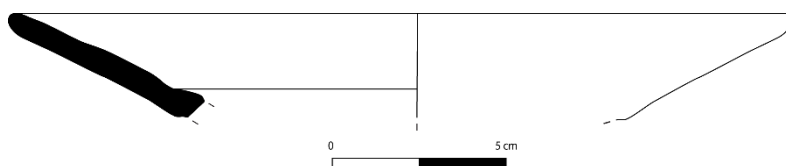
Bacia. Fragmento de porção do bordo e arranque da parede; trata-se de uma peça de forma troncocônica. Este é exvertido e de secção semicircular. A peça apresenta um diâmetro de bordo de 33,8 e espessura das paredes de 0,6 cm.



A pasta é de coloração bege, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Contém uma incidência média de elementos não plásticos de grão fino (quartzos, negros e de cerâmica moída). Ambas as superfícies têm um tratamento de vidrado estanífero de coloração branca e de má qualidade, denotando-se os pigmentos da sua composição.

A decoração observada na superfície interna trata-se de duas linhas concêntricas no bordo de cor amarela e castanha. Sobre a parede possui ainda um festão curvilíneo a amarelo sobre uma linha a cor castanha.

**PDLI11/12-5082-011**



Prato côvo. Fragmento da porção do bordo, tratando-se de uma peça de forma hemisférica. O bordo é exvertido de secção semicircular e apresenta um diâmetro de 18 cm e uma espessura das paredes de 0,8 cm.

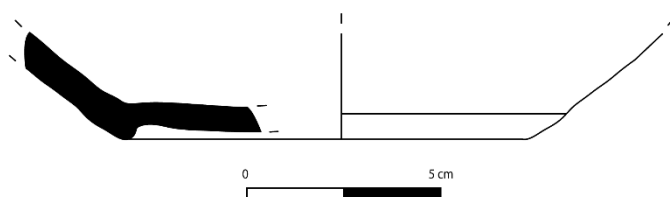


A pasta é de coloração bege, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Contém elementos não plásticos metálicos e negros de grão fino em abundância. Ambas as superfícies apresentam um tratamento de vidrado estanífero de coloração branca, com indícios de craquelê.

Na superfície interna ostenta banda decorativa composta por quatro linhas concêntricas em redor de motivos vegetalistas, possivelmente fetos. Apresenta uma marca de trempe na superfície externa da cor da pasta.

Apresenta marcas de trempe na superfície exterior.

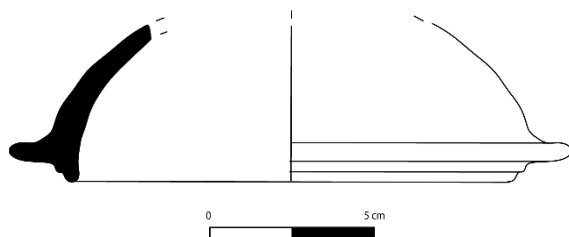
**PDLI11/12-5082-012**



Prato. Fragmento pertencente à secção do fundo. Pé em anel baixo de 0,8 cm de altura que se desenvolve numa peça de forma troncocónica. Apresenta um diâmetro de 16 cm e espessura da parede de 0,7 a 0,8 cm. A pasta é de coloração cinzenta, cozida possivelmente em ambiente redutor. Apresenta elementos não plásticos em abundância, como micas e negros de grão médio. Em ambas as superfícies foi aplicado um vidrado estanífero de coloração branca, porém a superfície interna também contém vidrado estanífero de cor vinhosa.

É observada na superfície interna uma decoração de duas linhas paralelas concêntricas a demarcar o fundo.

**PDLI11/12-5082-013**



Testo. Fragmento apresenta o perfil completo da peça de forma hemisférica. A base é ligeiramente invertida, de secção

semicircular e com espessamento externo pronunciado (formando uma aba) de modo a assentar a tampa no respectivo recipiente. Dada a reduzida dimensão do teste, poderia tratar-se de uma tampa de cântaro ou jarra. Apresenta um diâmetro de 6,5 cm e espessura das paredes de 0,3 a 0,6 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Apresenta elementos não plásticos como cerâmica moída e negros de grão de grande dimensão. Em ambas as superfícies foi aplicado um vidrado estanífero de coloração branca, porém apenas são visíveis alguns vestígios do mesmo.

**PDLI11/12-5082-014**

Prato. Fragmento correspondente a porção do fundo. Peça de forma troncocônica. Pé em anel e paredes com uma espessura de 0,5 a 0,6 cm.

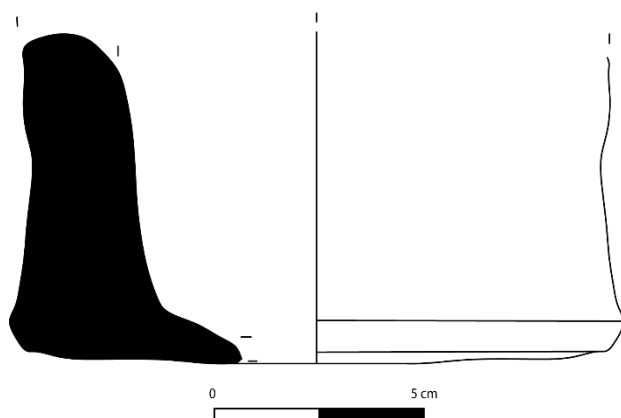
A pasta é de coloração bege, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos de quartzos e negros de grão fino e médio. A sua superfície interna tem um tratamento de vidrado estanífero de coloração branca, azul e vinhosa, enquanto a superfície externa apresenta o mesmo tratamento mas de cor branca.



Observam-se na superfície interna duas linhas concêntricas paralelas, uma azul e outra a vinhoso, e motivos decorativos de tema imperceptível de cor azul com contornos a vinhoso.

Ambas as superfícies apresentam o efeito de olhinhos.

PDLI11/12-5082-015

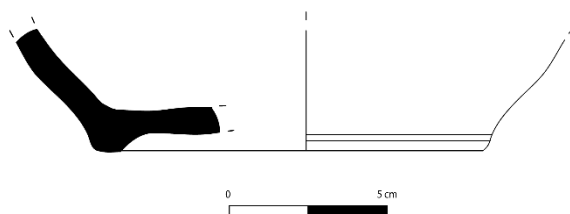


Cântaro ou jarro. Fragmento correspondente a porção do fundo. Peça de forma troncocônica. Fundo plano com um diâmetro de 12,2 cm e paredes com tendência para o exterior com uma espessura de 1,7 a 2,4 cm.

A pasta é de coloração cinzenta, cozida possivelmente em ambiente redutor. Apresenta pouca incidência de elementos não plásticos (micas e negros) de grão médio. Na sua superfície interna observa-se um tratamento de vidrado estanífero de coloração branca, enquanto a superfície externa apresenta um vidrado estanífero de cor branca e azul.

Apresenta uma decoração a azul, possivelmente de motivos fitomórficos.

PDLI11/12-5082-016

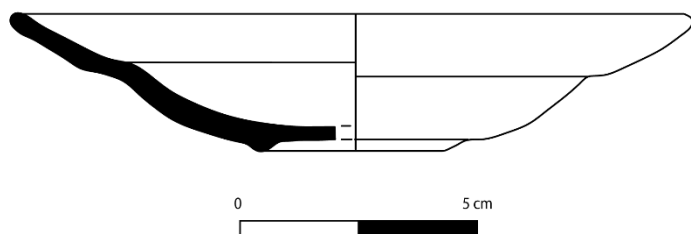


Prato fundo de grandes dimensões. Fragmento correspondente a porção do fundo. Pé em anel com uma altura de 0,6 cm, diâmetro de 17 cm e espessura das paredes de 0,8 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos de micas e negros de grão fino. A sua superfície interna tem um tratamento de vidrado estanífero de coloração azul e branca azulada, enquanto a superfície externa apresenta apenas um vidrado estanífero de cor branca azulada. O esmalte é de má qualidade, notando-se os pigmentos da sua composição.

A decoração observada na superfície interna são duas linhas concêntricas em azul na zona do fundo.

**PDLI11/12-5082-017**

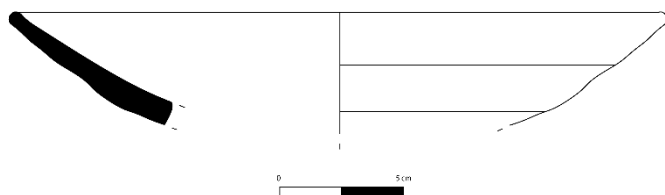


Prato. Fragmento apresenta o perfil completo da peça (forma hemisférica). O bordo é exvertido e semicircular, com um diâmetro de 14,2 cm. Apresenta uma caldeira hemisférica com uma aba de 2,6 cm e o fundo é um pé em anel comum de 4,2 cm de diâmetro. Por sua vez, a espessura das paredes é de 0,5 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Apresenta incidência de elementos não plásticos de micas e quartzo, de grão fino a médio. A sua superfície interna apresenta um tratamento de vidrado estanífero de coloração azul e branca, enquanto a superfície externa apresenta apenas um vidrado estanífero de cor branca.

A decoração observada na superfície interna consiste em cinco linhas concêntricas: uma no bordo e quatro no fundo. Apresenta também marcas de fogo na fractura que danificaram significativamente o vidrado em ambas as superfícies.

**PDLI11/12-5082-018**

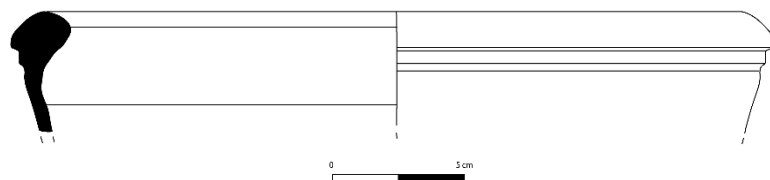


Prato fundo. Fragmento correspondente a porção bordo. O bordo é exvertido e de secção semicircular. Apresenta uma parede oblíqua de espessura variável entre os 0,7 cm e os 0,9 cm, e um bordo com 26 cm de diâmetro.

A pasta é de coloração cinzenta, cozida em ambiente reductor. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como micas e quartzo, de grão fino. Na sua superfície interna verifica-se um tratamento de vidrado estanífero de coloração azul e branca. A superfície externa, por sua vez, apresenta um vidrado estanífero de coloração branca.

A decoração da superfície interna apresenta duas linhas paralelas concêntricas a demarcar o bordo e outras duas a demarcar o fundo, ambas de coloração azul. Abaixo das linhas do bordo observa-se uma banda de motivos semicirculares entrelaçados em azul.

**PDLI11/12-5082-019**



Caçoila. Fragmento correspondente a porção do bordo. Bordo invertido de secção quadrangular, com um diâmetro de 19 cm e com paredes de 0,5 cm de espessura.

A pasta é de coloração castanha, cozida possivelmente em ambiente reductor-oxidante. Contém uma incidência média de elementos não plásticos negros e quartzos,

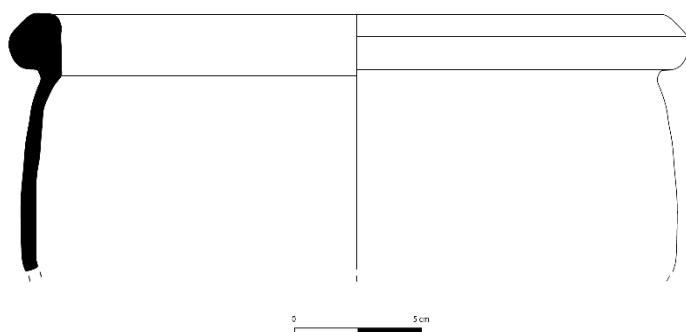


de grão fino a médio. Em ambas as superfícies foi aplicado um engobe (ou um vidrado plumbífero muito danificado) de coloração bege.

A decoração localiza-se abaixo do bordo, representando duas linhas incisas.

Apresenta concreções na fractura bem como vestígios de salitre.

**PDLI11/12-5019-020**

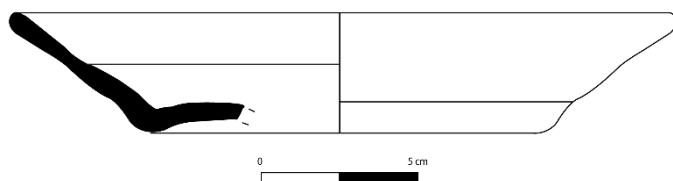


Bacia. Fragmento correspondente à porção do bordo. Bordo exvertido com uma inflexão interna e espessado exteriormente com duas secções rectas. Apresenta um diâmetro de 24 cm e uma espessura das paredes de 0,6.

A pasta é de coloração laranja, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Apresenta em abundância elementos não plásticos de quartzo, metálicos e negros. O tratamento de superfície na face interna é um vidrado plumbífero acastanhado. Na superfície externa trata-se de um engobe de coloração laranja claro.

A sua superfície externa apresenta uma decoração com uma linha incisa a demarcar o bordo e uma canelura que enuncia motivos decorativos.

PDLI11/12-5082-021



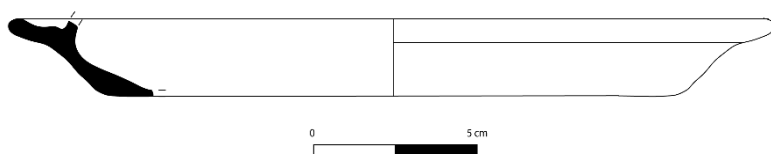
Prato. Fragmento correspondente ao perfil completo da peça, de formato troncocônico. O bordo é exvertido de secção semicircular, com diâmetro de 21 cm. O pé em anel baixo detém um diâmetro de 13 cm e as paredes oblíquas têm uma espessura variável entre 0,5 cm e 0,7 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta em abundância elementos não plásticos de cerâmica moída, negros e de quartzo, de grão médio. Em ambas as superfícies observa-se um tratamento de vidrado estanífero branco e azul.

A decoração presente na superfície interna é uma linha concêntrica azul a demarcar o bordo e outras duas paralelas a demarcar o fundo.

Ambas as superfícies apresentam o efeito craquelê e “olhinhos”.

PDLI11/12-5088-022



Caçoila (?). Fragmento demonstrando possivelmente o perfil completo da peça, de formato troncocônico. O bordo é exvertido, possivelmente bífido (contém um arranque fragmentado para o interior) de secção semicircular, e detém um diâmetro de 23 cm. A parede é curva e carenada com espessuras compreendidas entre os 0,4 e os 0,5 cm.

A pasta é de coloração laranja clara, cozida em ambiente oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, de micas e cerâmica moída, de grão fino. A superfície interna tem a aplicação de um vidrado plumbífero bege, enquanto a superfície externa apresenta um vidrado plumbífero de coloração castanha, marmoreado a negro.

**PDLI11/12-5082-023**

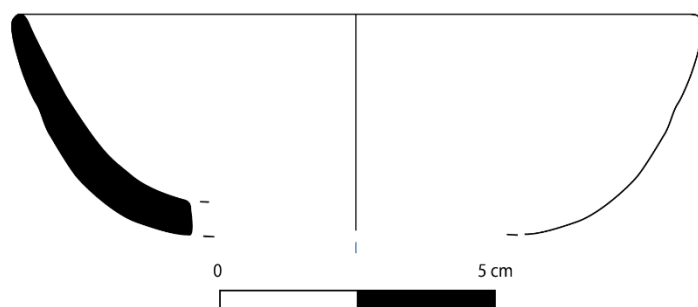
Travessa. Fragmento correspondente a porção do bordo, aba e caldeira. Trata-se possivelmente de uma peça de formato oval. O bordo é exvertido de secção semicircular, desenvolve-se numa aba com cerca de 2,8 cm de largura e uma caldeira com 0,4 cm de espessura.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos de coloração negra e de grão fino. Ambas as superfícies têm a aplicação de um vidrado estanífero branco e azul.

A decoração presente na superfície interna trata-se de uma canelura a demarcar o bordo com uma pintura em azul. A zona da caldeira, por sua vez, apresenta também uma linha azul a demarcar esta mesma zona. A superfície externa contém apenas uma linha azul a demarcar o bordo.

O vidrado estanífero, em ambas as superfícies, está desgastado e apresenta vestígios de óxido de ferro.





024



Covilhete. Fragmento correspondente a porção do bordo (peça de formato hemisférico). O bordo é exvertido de secção sub-triangular e detém um diâmetro de 13,4 cm. A parede é curva e tem espessuras compreendidas entre 0,4 e 0,7 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos, como negros e quartzos, de grão médio. A superfície interna tem um acabamento em vidrado estanífero branco e vinhoso, à semelhança da superfície externa. Contudo apresenta também um vidrado estanífero de coloração azul.

A decoração observada na superfície interna trata-se apenas de uma linha a vinhoso a demarcar o bordo. A superfície externa, por sua vez, apresenta duas linhas concêntricas paralelas azuis abaixo do bordo, circundando um motivo decorativo de três contas a azul contornadas a vinhoso.

Presença de pequenos pontos negros ao longo do esmalte, provenientes possivelmente de elementos não plásticos presentes na pasta.

**PDLI11/12-5082-025**



Covilhete. Fragmento correspondente a porção do fundo; trata-se de uma peça de forma troncocônica. O fundo é um pé em anel baixo, com um diâmetro de 13 cm, desenvolvendo-se numa parede oblíqua com cerca de 0,5 cm de espessura.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta elementos não plásticos em abundância, como negros e cerâmica moída, de grão fino a médio. O tratamento de superfície aplicado na face interna é um vidrado estanífero branco e azul, enquanto o da superfície externa é apenas um vidrado estanífero de coloração branca.

A superfície interna apresenta uma decoração de duas linhas concêntricas paralelas azuis no fundo.

Ambas as superfícies apresentam o efeito craquelê bem como o vidrado muito danificado.

**PDLI11/12-5082-026**



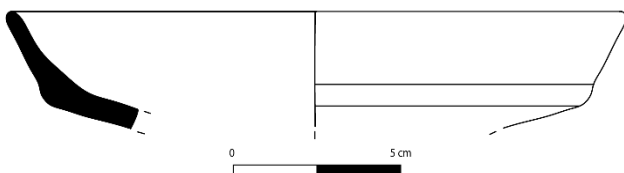
Covilhete. Fragmento correspondente ao perfil completo da peça de forma troncocônica. O bordo é exvertido de secção semicircular e apresenta um

diâmetro de 12 cm. As paredes oblíquas de espessuras compreendidas entre 0,4 a 0,6 cm desenvolvem-se para um pé em anel baixo.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta elementos não plásticos em abundância, como quartzos, negros e cerâmica moída, de grão médio a grande. O tratamento de superfície aplicado em ambas as superfícies é um vidrado estanífero de coloração branca.

A superfície externa apresenta o efeito de craquelê no vidrado.

**PDLI11/12-5082-027**



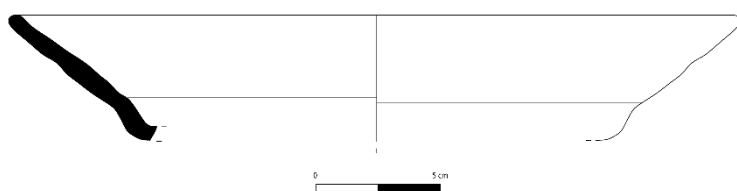
Escudela. Fragmento correspondente a porção do bordo e da parede (peça hemisférica). O bordo é exvertido de secção semicircular e evolui para uma parede carenada de espessuras compreendidas entre 0,7 e 1,2 cm. O diâmetro da peça é de 18,2 cm.

A pasta é de coloração bege clara, cozida em ambiente oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como micas, de grão fino a médio. O tratamento aplicado na superfície interna é um vidrado estanífero branco e azul, enquanto na superfície externa foi apenas aplicado um vidrado estanífero branco.

Na superfície interna apresenta duas linhas concêntricas paralelas a azul a demarcar o bordo e duas a demarcar o fundo.

Tanto o vidrado estanífero como as fracturas do fragmento apresentam-se muito concrecionados.

**PDLI11/12-5082-028**



Prato. Fragmento correspondente a porção do bordo; trata-se de uma peça de forma troncocônica. O bordo é exvertido de secção semicircular, apresentando um diâmetro de 29 cm e espessura das paredes de 0,6 a 0,8 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos, como cerâmica moída, de grão fino a grande. O tratamento aplicado na superfície interna é um vidrado estanífero branco e azul, enquanto na superfície externa foi apenas aplicado um vidrado estanífero branco.

A decoração foi aplicada na superfície interna através de duas linhas concêntricas paralelas, em azul, a demarcar o bordo e motivos vegetalistas, possivelmente um pêssago.

Em ambas as superfícies é observada a presença de “olhinhos” e craquelê no vidrado estanífero.

**PDLI11/12-5085-029**



Prato. Fragmento correspondente a porção do bordo, tratando-se de uma peça de forma troncocônica. O bordo é exvertido de secção subtriangular, tem um diâmetro de 20 cm e espessura das paredes oblíquas entre 0,7 e 0,9 cm.

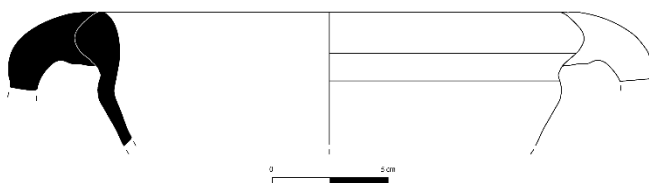


A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos, como cerâmica moída e quartzos, de grão fino a médio. O tratamento aplicado na superfície interna é um vidrado estanífero branco e negro (devido a acumulação de vinhoso); na superfície externa foi apenas aplicado um vidrado estanífero branco.

A decoração surge apenas na superfície interna, na zona do bordo: três linhas concêntricas paralelas a negro a circundarem motivos em zigue-zague.

Em ambas as superfícies o vidrado estanífero apresenta-se muito danificado por factores pós-deposicionais

**PDLI11/12-5085-030**



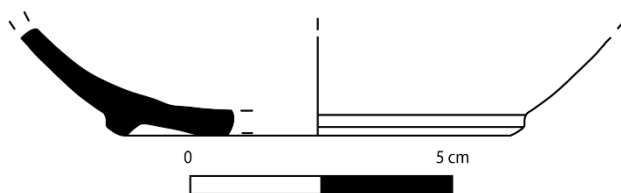
Caçoila. Fragmento correspondente a porção do bordo contendo o arranque e porção da asa. Peça de forma troncocônica. O bordo é ligeiramente invertido de secção semicircular e espessado no exterior, do qual arranca uma asa em fita de secção oval achatada. A peça detém um diâmetro de 20 cm e espessura das paredes entre 0,5 e 0,7 cm.

A pasta é de coloração laranja, cozida em ambiente oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como micas e quartzos, de grão médio. O tratamento aplicado em ambas as superfícies é de um engobe de coloração bege.

Na superfície externa apresenta uma carena abaixo do bordo.

Apresenta marcas de fogo ao longo de toda a sua superfície externa, quer no bordo, quer na asa.

PDLI11/12-5082-031



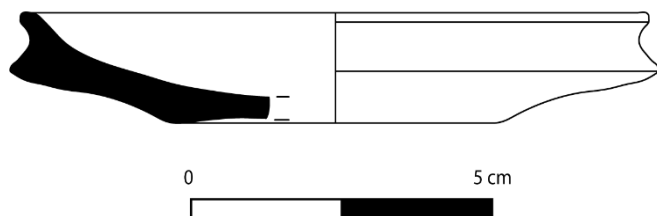
Tijela. Fragmento correspondente a porção do fundo, tratando-se de uma peça de forma hemisférica. Pé em anel com um diâmetro de 7,4 cm e arranque da parede curva com espessura compreendida entre 0,6 e 0,8 cm.

A pasta é de coloração bege clara, cozida em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos, de coloração negra e cinzenta, de grão fino a grande. O tratamento aplicado na superfície interna é um vidrado estanífero branco e vinhoso, enquanto na superfície externa foi apenas aplicado um vidrado estanífero branco.

Na superfície interna observa-se um motivo decorativo de duas setas, em sentido contrário, a vinhoso.

A superfície externa apresenta o efeito de “olhinhos”.

PDLI11/12-5082-032

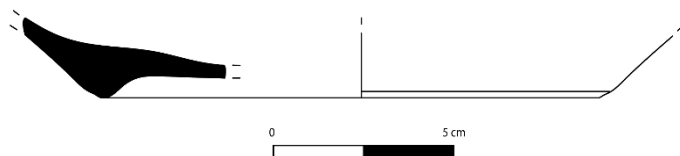


Testo. Fragmento que demonstra o perfil completo da peça (bordo, parede e fundo), de formato troncocónico. O bordo é exvertido de secção semicircular, com um diâmetro de 13 cm. A peça apresenta uma carena pronunciada abaixo do bordo que se desenvolve para um

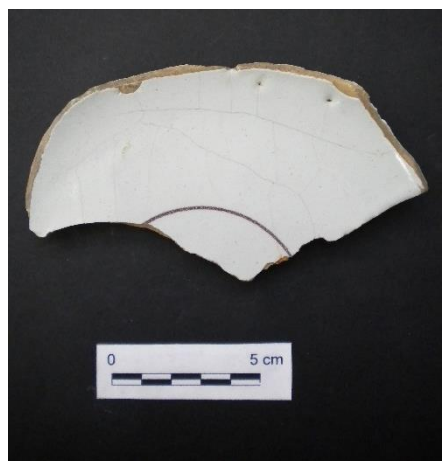
fundo plano com 5 cm de diâmetro. As paredes têm, por sua vez, espessura compreendida entre 0,5 e 0,6 cm.

A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos, negros e cizentos, de grão fino a médio. Na superfície interna foi aplicado um vidrado estanífero branco, com escorrimentos para a superfície externa. O vidrado contém pequenos pontos negros provenientes possivelmente de elementos não plásticos presentes na pasta. Apresenta também alguns “olhinhos” na superfície interna.

**PDLI11/12-5082-033**



Prato. Fragmento correspondente a porção do fundo. Trata-se de uma peça de formato troncocônico. O pé é em anel baixo com um diâmetro de 13,8 cm e a parede é curva contendo uma espessura de 0,6 cm.

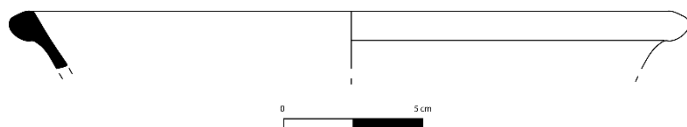


A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como negros e micas, de grão fino a grande. Ambas as superfícies receberam um tratamento de vidrado estanífero branco. Contudo a superfície interna apresenta também decoração a vidrado estanífero vinhoso.

A superfície interna apresenta uma linha concêntrica no fundo a vinhoso.

Ambas as superfícies contêm a presença do efeito craquelê e de dois olhinhos.

**PDLI11/12-5040-034**

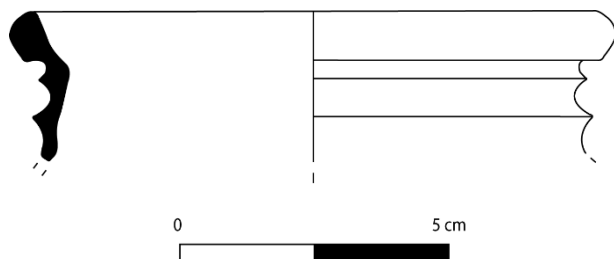


Alguidar. Fragmento correspondente a porção do bordo e parede (peça de forma troncocónica). O bordo é exvertido de secção semicircular, sendo espessado no exterior. Apresenta um diâmetro de 26 cm e uma espessura da parede oblíqua de 0,7 cm.

A pasta é de coloração laranja, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Apresente escassos elementos não plásticos, como quartzos, de grão fino. Ambas as superfícies receberam um tratamento de engobe de coloração laranja. A superfície interna apresenta, contudo, um vidrado plumbífero amarelo sobre o bordo.

Na superfície externa é observada uma linha incisa concêntrica a demarcar o bordo, bem como algumas concreções.

**PDLI11/12-5085-035**



Púcaro. Cerâmica fina modelada (?). Fragmento correspondente a porção do bordo. Trata-se possivelmente de uma peça de forma semi-globular. O bordo é exvertido de secção sub-triangular (espessado no exterior) e apresenta um diâmetro de 10,2 cm. A peça estreita-se na zona do colo e posteriormente desenvolve-se numa parede curva com carena interior, detém uma espessura compreendida entre 0,3 a 0,7 cm.

A pasta é de coloração vermelha, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos, como micas e negros, de grão médio. Ambas as superfícies recebem um tratamento de engobe de coloração laranja.

A superfície externa tem duas caneluras pronunciadas abaixo do bordo de secção triangular.

Em ambas as superfícies observam-se vestígios de argamassa branca bem como vidrado.

**PDLI11/12-5088-036**

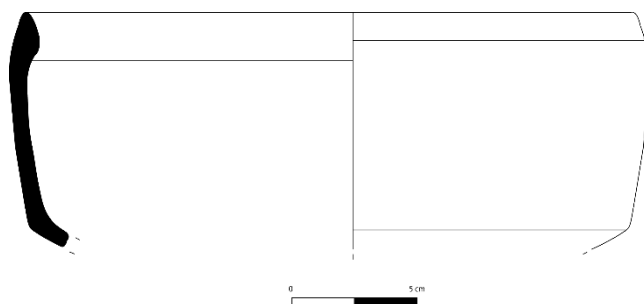
Prato. Fragmento correspondente a porção do bordo, tratando-se de uma peça de forma troncocónica. O bordo é exvertido de secção semicircular e com espessamento no exterior. Este apresenta um diâmetro de 30,6 cm e a parede oblíqua têm uma espessura entre os 0,4 e 1 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, quartzos e micas de grão fino. Ambas as superfícies têm um tratamento de superfície de engobe, de coloração vermelha. Contudo, a face interna contém também vestígios de brunido.

Ambas as superfícies apresentam-se muito desgastadas a nível de cor.



**PDLI11/12-5085-037**



Caçoila. Fragmento demonstra o perfil completo da peça de formato troncocônico. Bordo ligeiramente invertido de secção sub-triangular, apresentando um diâmetro de 24,6 cm, com parede curva com uma espessura entre 0,7 a 1 cm e fundo côncavo.



A pasta é de coloração castanha amarelada, cozida em ambiente reductor-oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos de quartzo, micas e negros, de grão fino. O tratamento de superfície aplicado em ambas as faces foi um engobe vermelho. Porém, o bordo apresenta um vidrado plumbífero, de coloração laranja, e respectivos escorrimentos em ambas as superfícies.

A superfície externa detém, como elemento decorativo duas incisões no bordo.

O fragmento apresenta também vestígios de marcas de fogo na sua superfície externa.

**PDLI11/12-5082-039**

Azulejo. Fragmento com espessura de 1 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como cerâmica moída, de grão fino a médio. A superfície externa contém um vidrado estanífero branco e azul.



A decoração é aplicada através de um vidrado estanífero azul com motivos florais e vegetalistas, possivelmente a representação de uma tulipa. Apresenta concreções sobre o vidrado de coloração azul.

**PDLI11/12-5082-040**

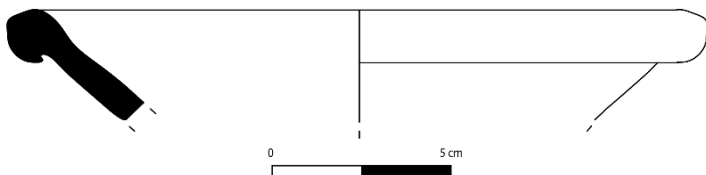
Castiçal (?). Fragmento pertencente a porção do fundo. Arranque do pé alto de suporte e zona para a colocação da vela fragmentada. Apresenta uma espessura de parede de 0,6 cm.



A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos de micas e negros, de grão fino. Na superfície interna foi aplicado um vidrado estanífero branco. Na superfície externa observa-se um vidrado estanífero branco e azul.

A decoração da superfície externa é composta por duas linhas concêntricas paralelas em azul, no pé.

**PDLI11/12-5085-041**



Prato. Fragmento correspondente a secção do bordo (peça possivelmente troncocónica). O bordo é exvertido com secção semicircular, sendo espessado





no exterior. Apresenta um diâmetro de 14 cm e espessura da parede curva entre 0,5 e 0,7 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Observa-se uma escassa incidência de elementos não plásticos, nomeadamente negros de grão fino. Apresenta, na superfície interna, um vidrado estanífero azul e branco e na superfície externa um vidrado estanífero branco, azul e vinhoso. Estão também presentes pequenos pontos negros ao longo do vidrado, provenientes possivelmente de elementos não plásticos presentes na pasta. Na superfície externa foi aplicado um vidrado estanífero branco com efeito craquelê.

A decoração surge apenas na superfície interna com a representação de duas linhas concêntricas paralelas a azul a demarcar o bordo, bem como um motivo decorativo de três contas a azul com contorno a vinhoso.

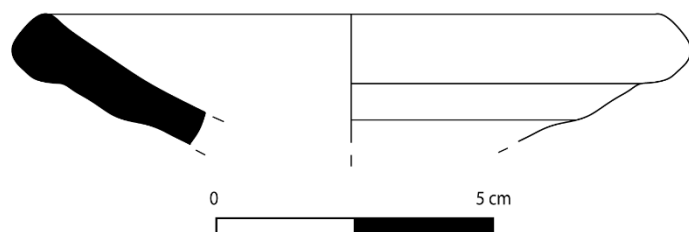
**PDLI11/12-5082-042**

Azulejo. Fragmento rolado que mantém contudo uma espessura de 1,5 cm.

A pasta é de coloração cinzenta escura, cozida possivelmente em ambiente reductor. Paralelamente, a coloração da pasta poderá ser também originária de factores pós-deposicionais. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como quartzos e micas de grão fino. A superfície externa contém um vidrado estanífero branco e azul.

A decoração aplicada é um vidrado estanífero azul com motivos decorativos similares a rendas.





Prato ou tijela. Fragmento correspondente a secção do bordo, possivelmente correspondente a uma peça troncocônica. O bordo é exvertido, com secção semicircular e espessado no exterior. Apresenta um diâmetro de 10 cm e espessura da parede oblíqua de 0,6 cm.

A pasta é de coloração bege escura, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Observa-se pouca incidência de elementos não plásticos, de quartzo e negros de grão fino. Apresenta um vidrado estanífero azul e branco na superfície interna e um vidrado estanífero branco na superfície externa. Observam-se pequenos pontos negros ao longo do vidrado, provenientes possivelmente de elementos não plásticos presentes na pasta.

A decoração surge apenas na superfície interna com a representação de duas linhas concêntricas paralelas a azul-escuro a demarcar o bordo, uma das quais apresenta um defeito aquando da aplicação do vidrado.

**PDLI11/12-5085-044**

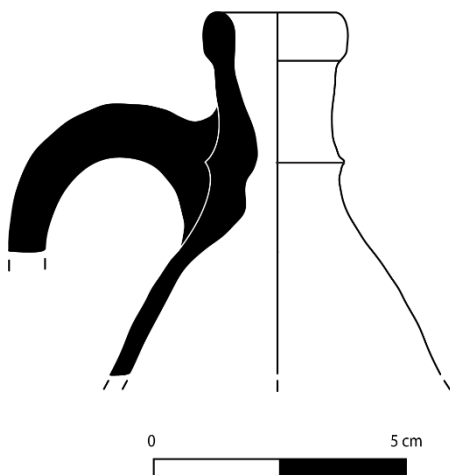
Garrafa. Fragmento correspondente à parede, tratando-se de uma peça semi-globular. A parede globular tem um arranque de asa e apresenta uma espessura de 0,4 cm.

A pasta é de coloração cinzenta, cozida em ambiente reductor. Os elementos não plásticos, quartzos e negros, têm uma incidência média e são de grão fino. Cerâmica de grés. A superfície externa apresenta um vidrado de sal de coloração bege, enquanto a superfície interna tem apenas a aplicação de um engobe laranja claro.

O fragmento pertence possivelmente à peça 045.



**PDLI11/12-5085-045**



Garrafa. Fragmento correspondente ao bordo, parede e arranque de asa (peça semi-globular). O bordo é vertical de secção semicircular, com um diâmetro de 2,4 cm e desenvolve-se numa parede globular com espessura de 0,4 a 1 cm. Para além disso, verifica-se ainda o arranque de uma asa de secção oval com uma espessura entre 1 e 1,5 cm.

A pasta é de coloração cinzenta, cozida em ambiente reductor. Os elementos não plásticos, quartzos e negros, têm uma incidência média e são de grão fino. Cerâmica de grés. Na superfície externa observa-se um vidrado de sal de coloração bege, enquanto a superfície interna apresenta apenas a aplicação de um engobe laranja claro.

A decoração é uma pintura a negro, com um motivo imperceptível, na parede da superfície externa da peça.

O fragmento pertence possivelmente à peça 044.

#### **PDLI11/12-5019-046**

Azulejo. Completo com espessura de 0,7 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta elementos não plásticos em abundância (negros e vermelhos) de grão fino a médio. A superfície externa contém um vidrado estanífero branco.

A decoração foi aplicada através da pintura a azul de motivos decorativos imperceptíveis.



#### **PDLI11/12-5019-047**

Azulejo. Fragmento apresentando dois dos seus limites, com uma espessura de 1,1 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta alguns elementos não plásticos de grão fino (negro, quartzos e micas). A superfície externa contém um vidrado estanífero branco com motivos decorativos imperceptíveis a vidrado estanífero azul. Na superfície interna observa-se ainda a presença de argamassa.



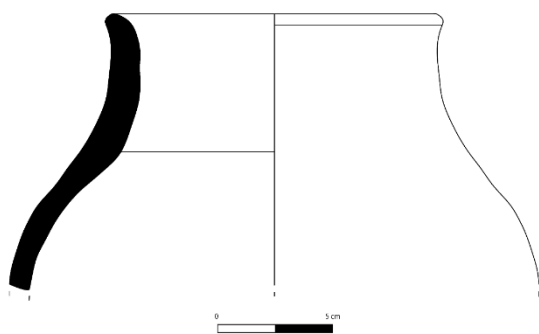
**PDLI11/12-5040-048**

Azulejo. Fragmento apresentando um dos limites com espessura entre 1 e 1,1 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta poucos elementos não plásticos, negros e vermelhos, de grão fino. A superfície externa contém um vidrado estanífero branco com motivos decorativos a azul imperceptíveis.



**PDLI11/12-5085-049**



Panela. Fragmento correspondente à secção do bordo. Trata-se de uma peça de forma globular. O bordo é ligeiramente exvertido de secção semicircular e detém um diâmetro de cerca de 13 cm. As paredes globulares têm uma espessura de 0,7 a 0,8 cm.



A pasta é de coloração castanha clara, cozida em ambiente oxidante. Apresenta elementos não plásticos abundantes de grão fino a médio. A superfície interna é alisada, contudo a externa apresenta vestígios de um engobe vermelho brunido.

A peça foi possivelmente montada a torno lento. Apresenta tanto a superfície interna bem como a pasta muito concrecionadas.

**PDLI11/12-5082-050**

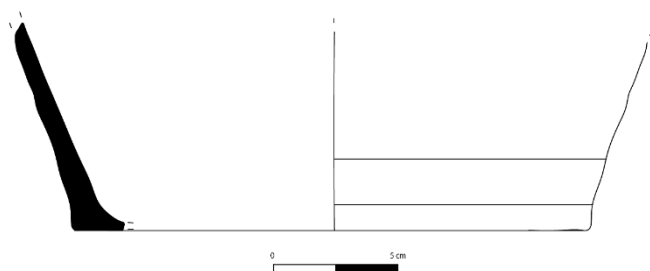
Castiçal (?) ou taça  
(?). Fragmento  
pertencente a porção do  
fundo. Pé em anel alto  
com espessura  
compreendida entre 0,5 e  
0,6 cm.



A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta elementos pontuais não plásticos de quartzo e negros de grão fino. Na superfície interna foi aplicado um vidrado estanífero branco. Já na superfície externa observa-se um vidrado estanífero branco e azul.

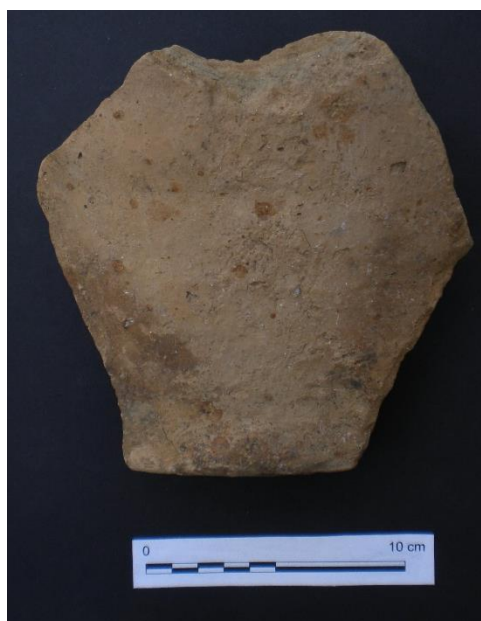
A decoração da superfície externa é composta, ao longo do pé, por uma linha concêntrica em azul e traços verticais da mesma coloração. Apresenta concreções sobre estes traços verticais azuis

**PDLI11/12-5085-051**



Cântaro. Fragmento correspondente a  
porção do fundo. Fundo plano com 21 cm de  
diâmetro e paredes oblíquas com 1,2- 2,5 cm de  
espessura.

A pasta é de coloração cinzenta escura no  
núcleo e bege perto das superfícies, cozida em ambiente oxidante-reductora. Apresenta  
abundantemente elementos não plásticos como micas, quartzos e negros de grão



pequeno a médio. O tratamento aplicado na superfície externa é um engobe bege escuro.

**PDLI11/12-5085-053**

Garrafa. Fragmento correspondente ao colo e arranque da asa. Asa de secção oval com uma espessura entre 1 e 1,5 cm e parede com espessura compreendida entre 0,5 e 0,9 cm.

A pasta é de coloração cinzenta, cozida em ambiente reductor. Os elementos não plásticos são quase imperceptíveis. Cerâmica de grés. A superfície externa apresenta um vidrado de sal de coloração laranja.



**pDLI11/12-6020-054**

Escultura. Fragmento de uma escultura representando um cavaleiro bem como o cavalo. Conserva apenas o tronco do corpo do cavalo e as pernas do cavaleiro. Apresenta uma espessura entre os 0,2 e os 0,3 cm.

A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Os elementos não plásticos são imperceptíveis. Porcelana branca, em que toda a superfície apresenta um vidrado estanífero de coloração branca.





**PDLI11/12-5047-055**

Prato. Fragmento correspondente a porção do fundo. Pé em anel com uma espessura de 0,4 cm.

A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Apresenta escassos elementos não plásticos de grão muito fino. Porcelana branca e azul, com ambas as superfícies a apresentarem um vidrado estanífero de coloração branca e azul.



Na superfície interna observa-se uma linha decorativa concêntrica e paralela, bem como uma cercadura de elos encadeados a azul. A superfície externa apresenta apenas duas linhas concêntricas a azul no pé.

**PDLI11/12-5082-056**

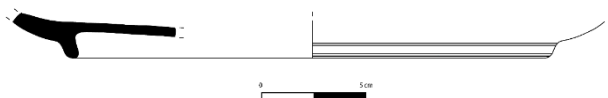
Tijela de pequena dimensão. Fragmento correspondente à secção do fundo, tendo a peça uma forma hemisférica. Apresenta um pé em anel com diâmetro aproximado de 2,5 cm e espessura de 0,4 cm.

A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Apresenta escassos elementos não plásticos de grão muito fino. A porcelana é branca e azul, cujas superfícies têm um vidrado estanífero de coloração branca e azul.



A decoração da superfície interna caracteriza-se por um corte transversal de uma laranja a azul. Na sua superfície externa apresenta uma linha concêntrica e um motivo subtil, também em azul.

**PDLI11/12-5085-057**



Prato. Fragmento correspondente a porção do fundo de uma peça de forma semi-hemisférica. Pé em anel alto de diâmetro de 23 cm e espessura das paredes entre 0,6 e 1,1 cm.

A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Apresenta em abundância elementos não plásticos negros e de cerâmica moída de grão muito fino. Porcelana branca e azul, em que ambas as superfícies têm um vidrado estanífero de coloração branca e azul. A superfície externa, contudo, não apresenta vidrado na zona interna do pé e do fundo.



A decoração presente na superfície interna é de duas linhas concêntricas paralelas a azul, no fundo, em redor de uma temática paisagística, também em azul. A paisagem inclui um rochedo, vegetação, duas galinhas e possivelmente uma águia. Por sua vez, a superfície externa apresenta uma decoração composta por duas linhas concêntricas paralelas, a azul, no pé.

**PDLI11/12-5085-058**

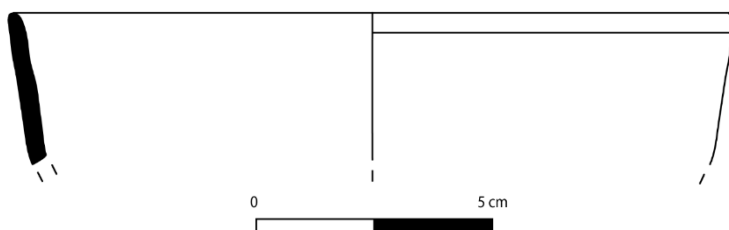
Prato. Fragmento correspondente à secção do fundo, possivelmente pertencente a um fundo de pé em anel (espessura de 0,4 cm).

A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Apresenta elementos não plásticos negros e de cerâmica moída pontuais, possivelmente de grão muito fino. Porcelana branca. Ambas as superfícies têm um vidrado estanífero branco.

Observa-se o vestígio de uma decoração incisa sobre o vidrado, possivelmente também esta vidrada, de motivos florais: um ramo de flores com espinhos atado com um cordão.



**PDLI11/12-5085-059**



Tijela. Fragmento correspondente a porção do bordo (peça de forma hemisférica). O bordo é exvertido de secção semicircular com um diâmetro de 15,2 cm e espessura das paredes oblíquas de 0,5 cm.



A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos negros de grão muito fino. Porcelana branca e castanha. Na superfície externa observa-se um vidrado estanífero de coloração branca e castanha, enquanto a superfície interna tem apenas um vidrado estanífero branco.

A decoração presente na superfície interna é uma banda a castanho ao longo do bordo (não vidrada). A superfície externa apresenta uma secção de vidrado estanífero castanho abaixo do bordo.

**PDLI11/12-5085-060**

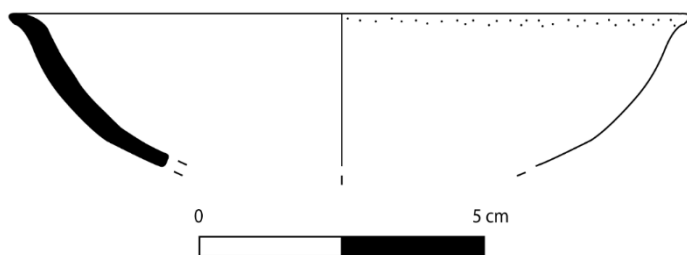
Pote. Fragmento correspondente a porção da parede. Peça de forma globular com uma espessura de parede de 0,6 cm.

A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos de cerâmica moída (grão fino a médio). Porcelana branca. A superfície externa apresenta um vidrado estanífero de coloração azul e branca, enquanto a superfície interna tem apenas um vidrado estanífero branco.



A decoração da superfície externa trata-se da representação de uma flor de lótus em azul.

**PDLI11/12-5085-061**



Tijela. Fragmento correspondente a porção do bordo, parede e arranque do fundo, tratando-se de uma peça de forma hemisférica. O bordo é exvertido de secção subtriangular, com 11,6 cm de diâmetro e 0,4 cm de espessura.

A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Apresenta pontualmente elementos não plásticos negros de grão fino. Porcelana azul e branca. Ambas as superfícies têm um tratamento de vidrado estanífero branco.

A decoração presente na superfície interna é quase imperceptível, apresentando alguns vestígios de vidrado, possivelmente a dourado, a demarcar duas linhas paralelas no fundo. Por sua vez, a superfície externa tem pontos incisos ao longo do bordo, talvez não intencionais.

**PDLI11/12-5085-062**

Tijela ou xícara. Fragmento correspondente a porção do fundo; peça potencialmente de forma hemisférica. Pé em anel com uma altura de 0,3 cm, um diâmetro de 2 cm e espessura das paredes de



0,4 cm. A pasta é branca, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Apresenta elementos não plásticos pontuais negros de grão fino. Porcelana azul e branca. Ambas

as superfícies têm um tratamento de vidrado estanífero de coloração azul, branca e dourada.

Observam-se na superfície interna duas linhas concêntricas paralelas a azul e uma flor pintada no centro do fundo, possivelmente a dourado devido à presença de vestígios deste mesmo vidrado. A superfície externa apresenta duas linhas concêntricas paralelas bem como uma marca de oleiro estilizada, nomeadamente um “shu” que significa um par de livros.

**PDLI11/12-5088-063**

Prato. Fragmento correspondente a porção da aba e caldeira, tratando-se de uma peça de forma hemisférica. A aba tem uma largura de 1,8 cm. A parede por sua vez é curva e carena, e detém uma espessura de 0,5 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente reductor. Apresenta elementos não plásticos em abundância, como quartzo e cerâmica moída de grão fino a médio. Cerâmica de grés. Em ambas as superfícies foi aplicado um vidrado de sal de coloração branca.

Na superfície interna da aba surgem motivos decorativos ondulares a relevo, possivelmente realizados através de um rolo.



## **APÊNDICE B**

*Catálogo cerâmico do Mercado da Ribeira*

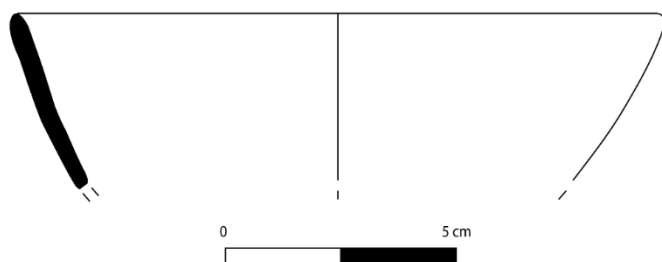


**MR03/04-2004-001**

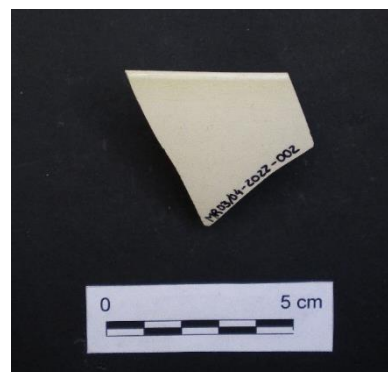
Prato côvo. Fragmento correspondente a porção do bordo, aba e caldeira. Trata-se de uma peça de forma troncocônica. O bordo é exvertido e ondular, de secção semicircular e desenvolve-se numa aba de 3,8 cm de largura e numa caldeira com paredes oblíquas de 0,4 cm de espessura.

A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente redutor. Apresenta escassos elementos não plásticos, como quartzo e cerâmica moída, de grão fino. Na superfície interna foi aplicado um vidrado estanífero de cor branca azulada e na superfície externa um vidrado estanífero de cor branca apenas.

A decoração é observada na superfície interna, junto ao bordo, através da impressão de ramos sucessivos, denotando-se a sobreposição do impresso.

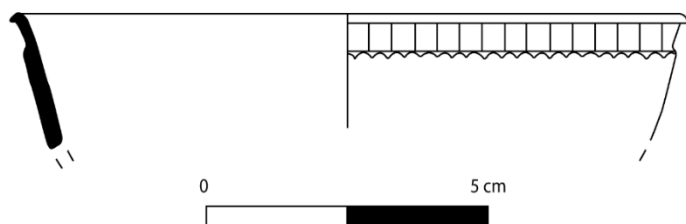
**MR03/04-2022-002**

Tijela. Fragmento correspondente a porção do bordo. O bordo é exvertido de secção semicircular com um diâmetro de 14 cm. A parede oblíqua tem uma espessura de 0,2 a 0,4 cm.



A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Apresenta escassos elementos não plásticos, quase imperceptíveis, de grão finíssimo. Ambas as superfícies apresentam um vidrado estanífero de cor branca.

MR03/04-2038-003



Jarrinha. Fragmento correspondente a porção do bordo. O bordo é exvertido de secção semicircular, é espessado no exterior, e detém um diâmetro de 12 cm. A parede, por sua vez, é recta e apresenta uma espessura de 0,2 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos, como cerâmica moída, de grão fino. Ambas as superfícies receberam um tratamento de superfície de vidrado estanífero branco.

Na sua superfície externa apresenta uma banda incisa ondular ao longo do bordo.

MR03/04-LIMP-004

Tijela. Fragmento correspondente a porção do fundo. Peça possivelmente de forma hemisférica. Pé em anel baixo, evoluindo numa parede curva com 0,4 cm de espessura.

A pasta é de cor branca, cozida em ambiente oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como quartzos e micas de grão fino. O

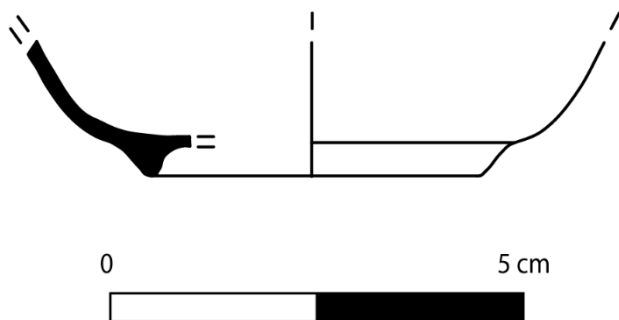
tratamento de superfície aplicado em ambas as superfícies é um vidrado estanífero de coloração branca. Contudo, na superfície interna tem também vidrado estanífero azul.



A decoração é observada na superfície interna através de motivos florais pontados a “pontilhado” em azul.

A sua superfície externa apresenta craquelê no vidrado.

MR03/04-2016-005



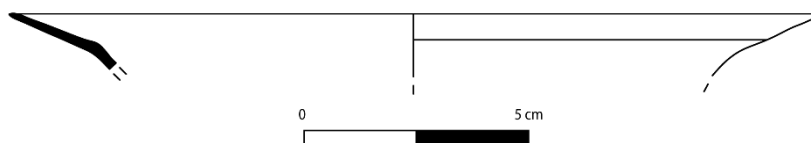
Tijela. Fragmento correspondente a porção do fundo. Trata-se de uma peça de forma hemisférica. Pé em anel baixo, espessado no exterior, com um diâmetro de 6,8 cm e que se desenvolve numa parede curva com uma espessura de 0,3 cm.



A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Porcelana azul e branca. Os elementos não plásticos existentes são imperceptíveis. Na superfície interna foi aplicado um vidrado estanífero de cor branca e azul, enquanto na superfície externa foi aplicado apenas um vidrado estanífero branco.

A decoração é observada na superfície interna com duas linhas concêntricas paralelas em azul a delimitar o fundo, circundando possíveis motivos vegetalistas.

MR03/04-2033-006



Prato côvo. Fragmento correspondente a porção do bordo, caldeira e aba. O bordo é exvertido de secção semicircular, com um diâmetro de 18 cm e desenvolve-se numa aba de 3,9 cm e numa caldeira com parede oblíqua de 0,4 cm de espessura.

A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante, e os elementos não plásticos existentes são imperceptíveis. Ambas as superfícies apresentam um tratamento de superfície com vidrado estanífero de cor branca, muito danificado.

MR03/04-2003-007



Prato. Fragmento correspondente a porção do fundo. Peça possivelmente troncocónica. Pé em anel baixo, espessado no exterior, com um diâmetro de 11,8 cm e que se desenvolve numa parede curva com 0,3 cm de espessura.

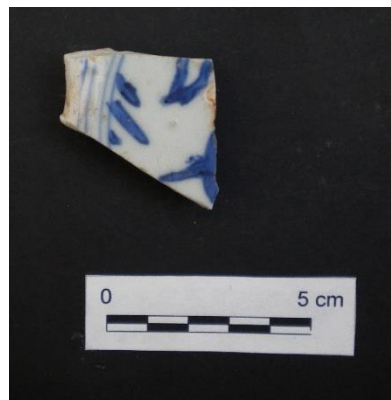
A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Porcelana branca. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como cerâmica moída, de grão fino. Ambas as superfícies apresentam um vidrado estanífero branco.

Na superfície interna detém uma decoração incisa, de motivos lineares, anterior à aplicação do vidrado.

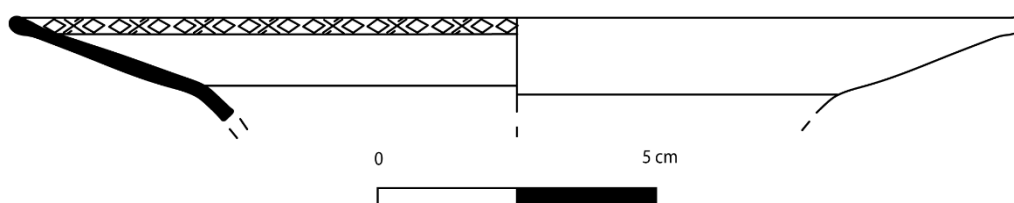
**MR03/04-2003-008**

Prato. Fragmento correspondente a porção do fundo. Peça possivelmente troncocônica. O fundo é um pé em anel baixo que progride numa parede oblíqua com uma espessura de 0,4 cm.

A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Porcelana azul e branca. Os elementos não plásticos presentes na pasta não são perceptíveis. Em ambas as superfícies foi aplicado um vidrado estanífero de cor branca e azul.

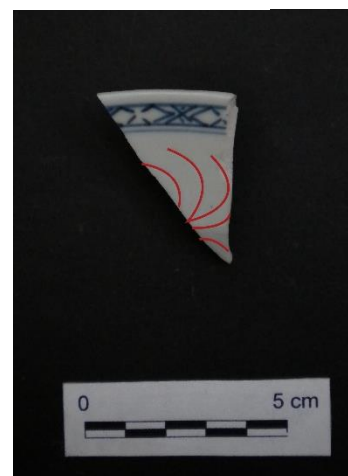


A superfície interna tem uma decoração a azul: quatro linhas concêntricas paralelas a delimitar o fundo, circundando motivos imperceptíveis também em azul. A superfície externa apresenta, por sua vez, duas linhas concêntricas paralelas de cor azul a delimitar o pé.

**MR03/04-2003-009**

Parto côvo. Fragmento correspondente a porção do bordo, aba e caldeira. Trata-se de uma peça de forma troncocônica. O bordo é exvertido, de secção semicircular, com um diâmetro de 18 cm e que se desenvolve numa aba com 3,8 cm de largura e posteriormente numa caldeira de parede oblíqua com 0,3 cm de espessura.

A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Porcelana azul e branca. Os elementos não plásticos presentes na pasta não são perceptíveis. Na superfície interna foi aplicado um



vidrado estanífero branco e azul, enquanto na superfície externa foi aplicado apenas um vidrado estanífero branco.

A decoração pode ser observada na superfície interna através de um elo de motivos geométricos encadeados, circundado por duas linhas concêntricas paralelas a azul, demarcando o bordo. Na aba, por sua vez, são visíveis motivos lineares incisos anteriores à aplicação do vidrado.

#### **MR03/04-2003-010**

Prato. Fragmento correspondente a porção da parede. A parede é recta e detém 0,4 cm de espessura.

A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Porcelana azul e branca. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, de coloração negra e grão finíssimo. Na superfície interna foi aplicado um vidrado estanífero branco, enquanto na superfície externa foi aplicado um vidrado estanífero branco e azul.



A decoração é observada na superfície externa através da pintura, a azul, de motivos forais, em particular uma peónia.

#### **MR03/04-2003-011**

Prato côvo. Fragmento correspondente a porção da aba e caldeira. A parede é recta e detém 0,3 cm de espessura.

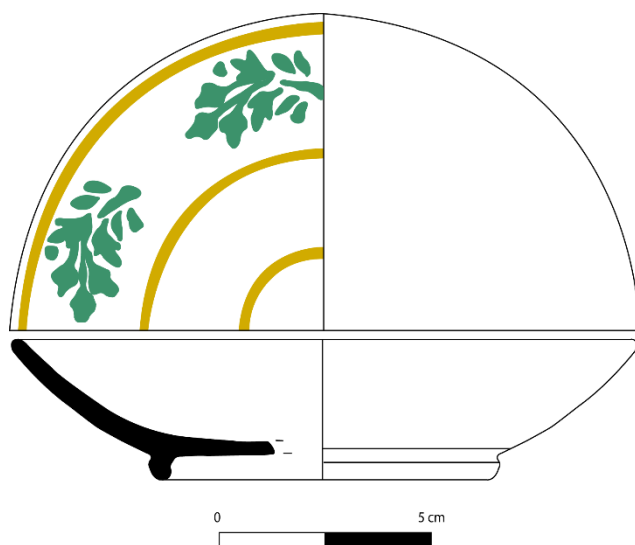
A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Porcelana azul e branca. Apresenta escassos elementos não plásticos, de coloração negra e grão finíssimo. Na superfície



interna é aplicado um vidrado estanífero branco e azul, enquanto na superfície externa é aplicado um vidrado estanífero branco.

A decoração é observada na superfície externa através da pintura, a azul, de motivos florais.

**MR03/04-2033-012**



Tijela. Fragmento correspondente ao perfil completo da peça de forma hemisférica. O bordo é exvertido de secção semicircular com um diâmetro de 14,8 cm. A parede é curva com 0,6 cm de espessura e desenvolve-se num pé em anel alto com 0,6 cm de altura.

A pasta é de coloração cinzenta, cozida em ambiente reductor. Apresenta abundantemente elementos não plásticos, como micas e negros, de grão grande. O tratamento aplicado na superfície externa é um vidrado estanífero branco. Na superfície interna, para além deste vidrado de coloração branca, apresenta ainda vidrado estanífero de cor verde e amarela.

A decoração é visível na superfície interna através de duas linhas concêntricas paralelas, em laranja, a rodear motivos vegetalistas a verde e uma linha concêntrica a delimitar o fundo, de cor laranja.

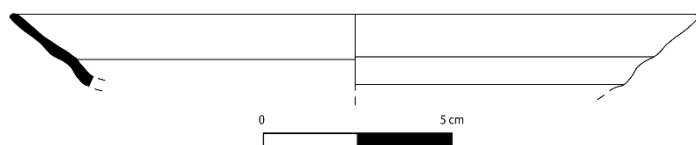


**MR03/04-2030-013**

Jarrinha. Fragmento correspondente a porção do bordo. Trata-se possivelmente de uma peça de forma cilíndrica. O bordo é vertical de secção subtriangular, progredindo numa parede recta com uma espessura de 0,8 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Os elementos não plásticos presentes na pasta são imperceptíveis devido às fracturas concrecionadas do fragmento. Na superfície interna foi aplicado um vidrado estanífero branco e amarelo, e na superfície externa um vidrado estanífero de coloração amarela e negra.

A decoração observada na superfície interna trata-se de uma linha concêntrica a amarelo a demarcar o bordo. Na superfície externa a decoração é uma linha concêntrica a negro junto ao bordo e motivos florais, possivelmente uma margarida, também a negro.

**MR03/04-2028-014**

Prato côvo. Fragmento correspondente a porção do bordo, aba e caldeira. O bordo é exvertido, de secção semicircular, com um diâmetro de 18 cm e que se desenvolve numa aba com 4,6 cm de largura. A caldeira detém uma parede curva com 0,7 cm de espessura.



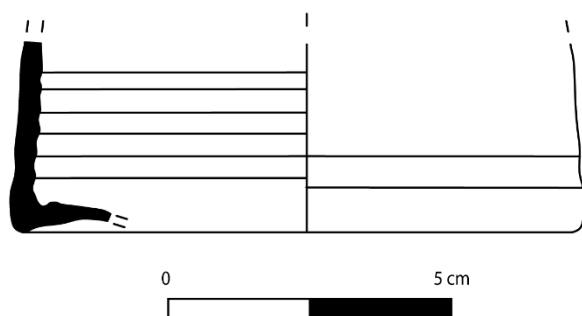
A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta pouca incidência de elementos não plásticos, como micas de coloração negra, de grão fino. Na

superfície interna foi aplicado um vidrado estanífero de coloração branca e azul, enquanto na superfície externa foi apenas aplicado um vidrado estanífero branco.

A decoração surge na superfície interna com duas linhas concêntricas paralelas em azul a demarcar o bordo e semicírculos concêntricos a azul a decorar a aba.

Apresenta algumas concreções nas suas fracturas.

MR03/04-2026-015

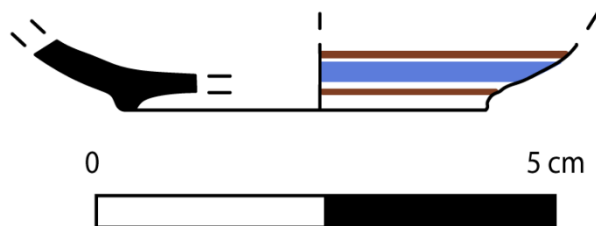


Garrafa. Fragmento correspondente a porção do fundo. Trata-se de uma peça de forma troncocónica. Fundo plano com espessamento exterior com 9,4 cm de diâmetro, progredindo numa parede recta com uma espessura de 0,7 cm.



A pasta é de coloração cinzenta, cozida em ambiente reductor. Cerâmica de grés. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como micas de coloração negra, de grão fino. O tratamento de superfície é apenas aplicado na superfície externa com um vidrado de sal de cor laranja.

MR03/04-2028-016



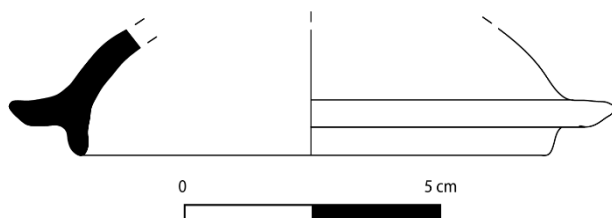
Prato. Fragmento correspondente a porção do fundo. Trata-se de uma peça de forma troncocônica. O fundo é um pé em anel baixo com uma altura de 0,4 cm e 5,6 cm de diâmetro, que se desenvolve numa parede curva com 0,7 cm de espessura.



A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos, como cerâmica moída de coloração negra, de grão médio. O tratamento aplicado na superfície interna é um vidrado estanífero de cor branca e vinhoso, enquanto o aplicado na superfície externa é de coloração branca, azul e vinhoso, sendo também vidrado estanífero.

A decoração na superfície interna são diversas linhas a vinhoso: três paralelas sobre uma perpendicular. Na superfície externa observa-se duas linhas concêntricas paralelas a vinhoso em redor de uma linha concêntrica em azul.

MR03/04-2002-017



Testo. Fragmento correspondente ao perfil completo da peça. A base é ligeiramente invertida, de secção semicircular, com



espessamento externo pronunciado, formando uma aba (de 0,4 cm de espessura), de modo a assentar a tampa no respectivo recipiente. Apresenta um diâmetro de 9 cm e as paredes são curvas com 0,5 cm de espessura.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos, como cerâmica moída e quartzos, de grão médio. O tratamento aplicado na superfície interna é um vidrado estanífero branco e na superfície externa um vidrado estanífero branco, azul e vinhoso.

A decoração é observada na superfície externa do fragmento através de duas linhas concêntricas paralelas em azul, circundando uma banda de contas: três contas em azul com contorno a vinhoso.

Ambas as superfícies apresentam um efeito craquelê.

#### **MR03/04-2002-018**

Prato côvo. Fragmento correspondente a porção do bordo, aba e caldeira. Trata-se de uma peça de forma troncocônica. O bordo é exvertido e recortado, de secção semicircular, desenvolvendo-se numa aba com 2,9 cm de largura e, posteriormente, numa caldeira de paredes curvas com 0,5 cm de espessura.



A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Apresenta escassos elementos não plásticos, como cerâmica moída, de grão fino. O tratamento aplicado na superfície interna é um vidrado estanífero branco e azul, e na superfície externa apenas um vidrado estanífero branco.

A decoração está presente na superfície interna através da pintura a azul do bordo bem como linhas perpendiculares em relevo, também no bordo.

**MR03/04-2028-019**

Prato. Fragmento correspondente a porção do bordo; trata-se de uma peça de forma troncocônica. O bordo é exvertido de secção semicircular, sendo a parede por sua vez curva e com uma espessura de 0,5 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos provenientes de cerâmica moída, de grão médio. O tratamento aplicado na superfície interna é de um vidrado estanífero branco, azul e vinhoso, enquanto na superfície externa é apenas um vidrado estanífero branco.

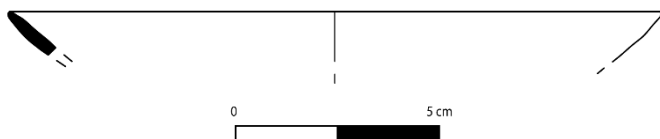
A decoração é observada na superfície interna junto ao bordo através de duas linhas concêntricas paralelas a azul circundando uma banda de contas: três contas, cada uma contornada a vinhoso.

**MR03/04-LIMP-020**

Indeterminado. Fragmento correspondente a porção de parede, com uma espessura de 0,5 cm. A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos, como quartzos e cerâmica moída, de grão fino. O tratamento de superfície aplicado na face exterior é um vidrado estanífero; na superfície interior é aplicado um vidrado estanífero de cor branca, azul, laranja e verde.

A decoração é observada na superfície interior, sendo composta por possíveis motivos vegetalistas a azul, laranja e verde.



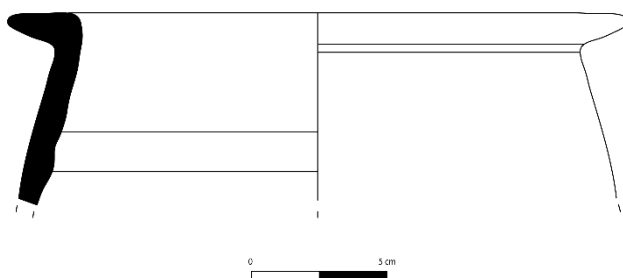
**MR03/04-LIMP-021**

Prato. Fragmento correspondente a porção do bordo. Trata-se de uma peça de forma troncocónica. O bordo é exvertido, de secção sub-triangular, e detém um diâmetro de 16 cm. A parede é curva e tem uma espessura de 0,5 cm.



A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como quartzos e cerâmica moída, de grão fino a médio. O tratamento aplicado na superfície externa é um vidrado estanífero branco; na superfície interna, por sua vez, foi aplicado um vidrado estanífero branco, vinhoso e azul.

A decoração está presente na superfície interna com uma linha concêntrica a vinhoso a demarcar o bordo e motivos de rendas a vinhoso e a azul.

**MR03/04-2037-022**

Panela. Fragmento correspondente a porção de bordo, Trata-se uma peça de forma troncocónica. O bordo é invertido de secção triangular (espessado exteriormente) e apresenta um diâmetro de 18,6 cm. A parede é ligeiramente vertical e tem espessuras compreendidas entre 0,8 e 1 cm.

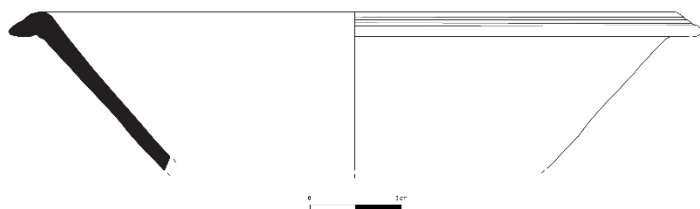


A pasta é cinzenta, cozida em ambiente reductor. Apresenta abundantemente elementos não plásticos, como micas, quartzos e negros, de grão fino a médio. O tratamento aplicado em ambas as superfícies é um vidrado plumbífero de cor verde.

A decoração observa-se na sua superfície exterior, sendo duas linhas concêntricas, paralelas, incisas abaixo do bordo.

Apresenta marcas de fogo na superfície exterior e vidrado muito danificado.

**MR03/04-2032-023**



Alguidar. Fragmento correspondente a porção do bordo, tratando-se de uma peça de forma troncocónica. O bordo é exvertido, de secção semicircular e tem 35 cm de diâmetro. A parede é oblíqua e tem uma espessura entre 0,9 cm e 1 cm.

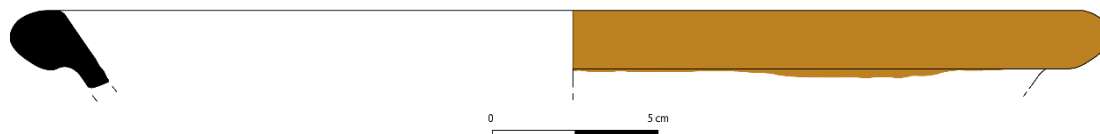


A pasta é de cor cinzenta, cozida em ambiente oxidante-reductor. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como micas e quartzos, de grão fino. Na superfície interna é aplicado um vidrado plumbífero de cor verde, enquanto que na interna apresenta um engobe laranja.

A decoração é observada na superfície externa através de duas linhas paralelas incisas abaixo do bordo e duas caneluras na secção do bordo.



**MR03/04-2013-024**

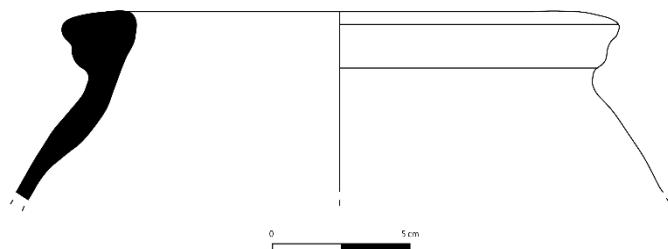


Alguidar. Fragmento correspondente a porção do bordo. Trata-se de uma peça de forma troncocônica. O bordo é exvertido, de secção semicircular, com 31 cm de diâmetro. A parede é oblíqua e apresenta 1,1 cm de espessura.

A pasta é de cor laranja, cozida em ambiente oxidante. Apresenta abundantemente elementos não plásticos, como cerâmica moída, de grão grande. Em ambas as superfícies foi aplicado um vidrado plumbífero de cor amarelo esverdeado.



**MR03/04-2001-025**

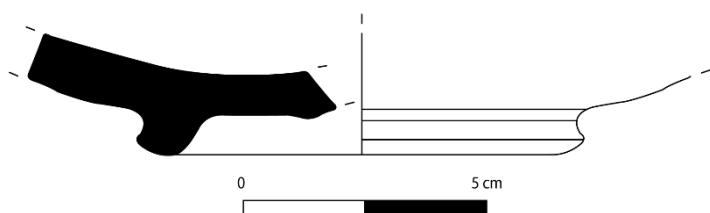


Pote. Fragmento correspondente a porção do bordo (peça de forma troncocônica). O bordo é invertido de secção sub-quadrangular e tem 15,4 cm de diâmetro. A parede é semi-globular e tem uma espessura compreendida entre 0,5 cm e 0,6 cm.

A pasta é de coloração laranja, cozida em ambiente oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como micas e quartzos, de grão fino. Em ambas as superfícies foi aplicado um vidrado plumbífero de cor castanho melado.



MR03/04-2017-026



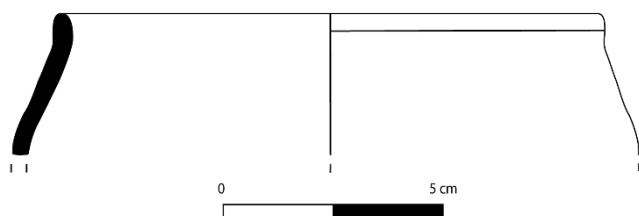
Tijela cônica. Fragmento correspondente a porção do fundo, possivelmente, de uma peça de foram troncocônica. Pé em anel com 7,4 cm de diâmetro e 0,8 cm de altura, desenvolvendo-se numa parede oblíqua de 0,9-1,1 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como micas e de coloração negra, de grão fina a média. Na superfície interna foi aplicado um vidrado plumbífero de cor castanha, enquanto na superfície externa se observa um vidrado plumbífero de cor branca.

A decoração é observada na superfície interna através da pintura a negro de motivos ondulares.

O vidrado encontra-se muito danificado em ambas as superfícies.

MR03/04-2002-027



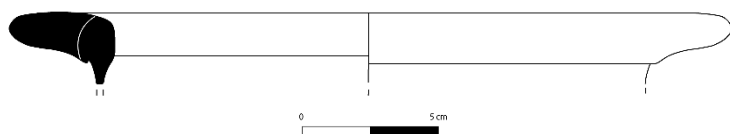
Recipiente pequeno. Fragmento correspondente a porção do bordo referente a uma peça de forma globular. O bordo é invertido, de secção semicircular, detém um diâmetro de 12 cm e desenvolve-se numa parede globular com 0,4 cm de espessura.

A pasta é de coloração bege clara, cozida em ambiente oxidante. Apresenta escassos elementos não plásticos, como micas e de coloração negra, de grão fino a médio. Na superfície interna foi aplicado um vidrado plumbífero de cor verde, enquanto na superfície externa é possível observar um vidrado plumbífero de cor negra.

A decoração é observada na superfície interna do fragmento através da existência de três linhas paralelas a negro.

Apresenta efeito craquelê em ambas as superfícies.

**MR03/04-2026-028**



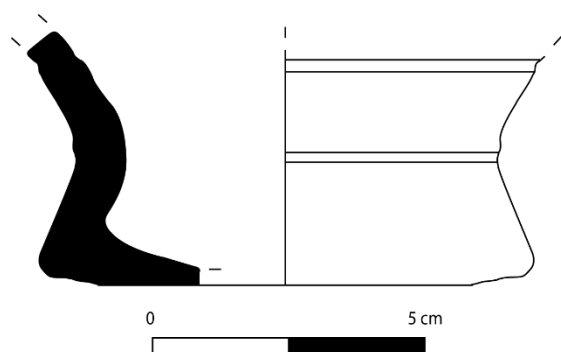
Caçoila. Fragmento correspondente a porção do bordo e da asa; trata-se possivelmente de uma peça de forma troncocônica. O bordo é ligeiramente invertido, de secção semicircular, com 20,6 cm de diâmetro e desenvolve-se numa asa triangular. A parede é ligeiramente vertical com uma espessura de 0,4 cm.



A pasta é de coloração laranja, cozida em ambiente oxidante. Em ambas as superfícies foi aplicado um engobe de coloração bege.

Apresenta as fracturas totalmente concrecionadas e o engobe muito danificado.

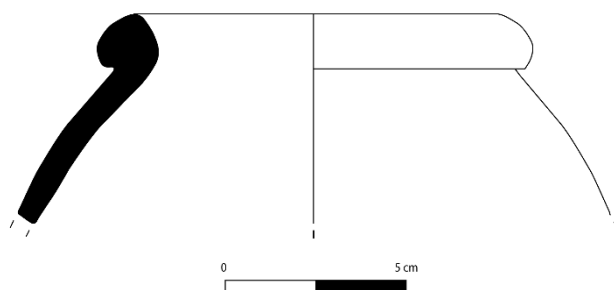
MR03/04-2003-029



Jarro. Fragmento correspondente a porção do fundo. Trata-se de uma peça de forma globular possivelmente. O fundo é plano com um estreitamento e detém 9 cm de diâmetro, desenvolvendo-se numa parede curva com 0,8 a 0,9 cm de espessura.

A pasta é de coloração laranja, cozida em ambiente oxidante. Apresenta escassos elementos não plásticos, como micas e quartzos, de grão fina a média. Na superfície interna aplicado observa-se um vidrado plumbífero de cor castanha, semelhante ao aplicado também na superfície externa. Para além deste vidrado, a superfície externa apresenta ainda um engobe laranja na zona do fundo.

MR03/04-2033-030



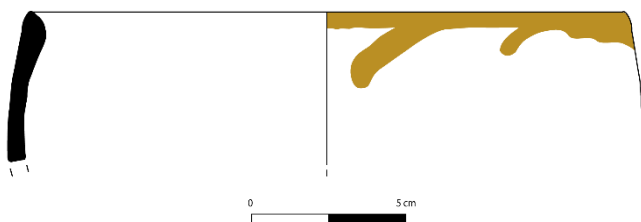
Pote. Fragmento correspondente a porção do bordo (de uma peça de forma globular). O bordo é invertido, de secção

semicircular, detém 10 cm de diâmetro e progride numa parede globular com 0,6 a 0,7 cm de espessura.

A pasta é de coloração vermelha, cozida em ambiente oxidante. Apresenta escassos elementos não plásticos, como micas e cerâmica moída, de grão grande. Em ambas as superfícies foi aplicado um vidrado plumbífero verde escuro.

Apresenta o vidrado muito concrecionado, nomeadamente na superfície interna.

**MR03/04-2020-031**



Caçoila. Fragmento correspondente a porção do bordo. Trata-se de uma peça de forma globular. O bordo é invertido, espessado no exterior, de secção semicircular, com 19,2 cm de diâmetro e evoluindo numa parede semi-globular com 0,6 a 0,7 cm de espessura.



A pasta é de coloração vermelha, cozida em ambiente oxidante. Apresenta escassos elementos não plásticos, como micas e cerâmica moída, de grão fino a médio. Em ambas as superfícies observam-se um vidrado plumbífero laranja. Contudo a presença do mesmo na superfície externa cinge-se apenas à porção do bordo, apresentando os respectivos escorrimentos.

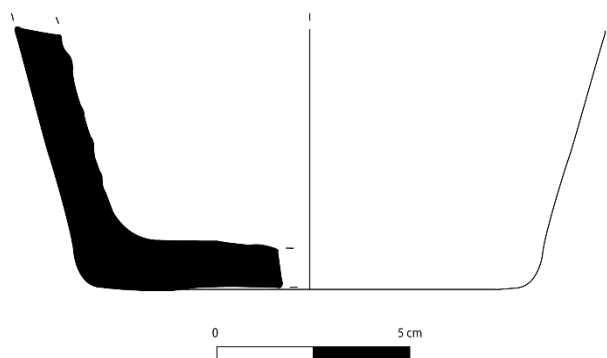
Apresenta marcas de fogo na sua superfície externa.

**MR03/04-2012-032**

Garrafa (?). Fragmento correspondente a porção da parede. A parede ostenta uma carena e apresenta 0,6 cm de espessura.

A pasta é de coloração cinzenta, cozida em ambiente reductor. Cerâmica de grés. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como micas e quartzos, de grão fino a médio. Na superfície interna foi aplicado um vidrado de sal de cor castanha, enquanto na superfície externa foi aplicado um vidrado de sal verde.

Apresenta diversas caneluras na sua superfície interna.

**MR03/04-2033-033**

Cântaro. Fragmento correspondente a porção do fundo; trata-se de uma peça de forma troncocónica. O fundo é plano e detém um diâmetro de 11,8 cm, desenvolvendo-se numa parede oblíqua com 1,2 cm de espessura.

A pasta é de coloração cinzenta, cozida em ambiente reductor. Na superfície externa foi aplicado um vidrado plumbífero cinzento, enquanto a superfície interna apresenta um engobe laranja.





O fragmento apresenta fracturas muito concrecionadas.

**MR03/04-2033-034**

Alguidar. Fragmento correspondente a porção do fundo (peça de forma troncocónica). O fundo é plano e detém um diâmetro de 25 cm, evoluindo numa parede oblíqua com 0,9 a 1,2 cm de espessura.

A pasta é de coloração laranja, cozida em ambiente oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como micas, quartzos e cerâmica moída, de grão fino. Na superfície interna foi aplicado um vidrado plumbífero laranja, enquanto que a superfície externa apresenta um engobe laranja.



**MR03/04-2020-035**

Caçoila. Fragmento correspondente a porção do fundo. Trata-se possivelmente de uma peça de forma hemisférica. O fundo é plano e detém um diâmetro de 11,8 cm, progredindo numa parede oblíqua com espessuras compreendidas entre 0,9 e 1 cm.

A superfície externa apresenta um vidrado plumbífero laranja, enquanto a superfície interna apresenta vestígios do mesmo vidrado apenas.

O fragmento apresenta fracturas muito concrecionadas bem como marcas de fogo na superfície exterior.





**MR03/04-2002-036**



Prato côvo. Fragmento correspondente a porção do fundo e da caldeira, possivelmente tratando-se de uma peça de forma hemisférica possivelmente. O pé é em anel e detém um diâmetro de 10 cm, desenvolvendo-se numa caldeira cujas paredes têm 0,4 cm de espessura.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta uma incidência média de elementos não plásticos, como micas e quartzos, de grão fino a médio. Na superfície interna observa-se um vitrado estanífero branco e vinioso, enquanto a superfície externa apresenta apenas um vitrado estanífero branco.

A decoração está presente na superfície interior da peça através de uma linha concêntrica a vinioso, a demarcar o fundo.

O fragmento apresenta o efeito craquelê e de “olhinhos” em ambas as superfícies.

**MR03/04-2035-037**

Azulejo. Fragmento, contém uma espessura de 1 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Apresenta escassos elementos não plásticos, quase imperceptíveis. A superfície externa contém um vitrado estanífero branco e azul.



A decoração verifica-se através de um vidrado estanífero azul “esponjoso” com motivos vegetalistas.

Apresenta vestígios de argamassa na sua superfície interior.

#### **MR03/04-2003-038**

Azulejo. Fragmento de 1 cm de espessura.

A pasta é de coloração bege, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Apresenta escassos elementos não plásticos, quase imperceptíveis. A superfície externa contém um vidrado estanífero branco e azul.

A decoração é evidenciada por um vidrado estanífero azul “esponjoso” com motivos vegetalistas.

Apresenta vestígios de argamassa na sua superfície interior.



#### **MR03/04-2003-039**

Azulejo. Fragmento, contém uma espessura de 1 cm.

A pasta é de coloração bege, cozida possivelmente em ambiente oxidante. Apresenta escassos elementos não plásticos, quase imperceptíveis. A superfície externa contém um vidrado estanífero branco e azul.

A decoração é aplicada através de um vidrado estanífero azul, compondo um padrão linear.

Apresenta vestígios de argamassa na sua superfície interior.



**MR03/04-2020-040**

Prato côvo. Fragmento correspondente a porção do bordo e aba. Trata-se possivelmente de uma peça de forma troncocónica. O bordo é exvertido e recortado de secção semicircular, desenvolvendo-se numa aba de 0,4 cm de espessura.

A pasta é de coloração branca, cozida em ambiente oxidante. Apresenta em abundância elementos não plásticos como quartzos de grão fino. Em ambas as superfícies é aplicado um vidrado estanífero branco.

A decoração está presente na superfície interior da peça através da impressão de um motivo floral a verde, sendo o bordo demarcado por uma banda de pequenas contas da mesma cor.

**MR03/04-2011-041**

Prato. Fragmento correspondente a porção do bordo, tratando-se possivelmente de uma peça de forma troncocónica. O bordo é exvertido e recortado de secção semicircular, evoluindo numa parede oblíqua de 0,6 a 0,7 cm de espessura.

A pasta é de coloração bege, cozida em ambiente oxidante. Apresenta em abundância elementos não plásticos como quartzos de grão médio. Em ambas as superfícies foi aplicado um vidrado estanífero branco azulado.



A decoração está presente na superfície interior da peça através de um motivo a azul e possivelmente outro dourado, vegetal e geométrico, separados por duas linhas perpendiculares. Ambos os motivos são circundados por duas linhas concêntricas.